



Estado de Santa Catarina
MINISTÉRIO PÚBLICO



Relatório de Gestão Institucional 2007



Estado de Santa Catarina MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Bocaiúva, 1.750 - Centro - Florianópolis
Santa Catarina - 88015-904

Relatório de Gestão Institucional 2007

Elaboração

Comissão de Planejamento Institucional, em cumprimento à Portaria nº 1.710/2005/PGJ, de 17 de junho de 2005

(48) 3229.9001

www.mp.sc.gov.br

pgj@mp.sc.gov.br

Projeto gráfico

Coordenadoria de Comunicação Social

(48) 3229.9011

comso@mp.sc.gov.br

Impressão

Gráfica Propress

Tiragem: 2.800 exemplares

S222

Santa Catarina. Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça.
Relatório de gestão institucional 2007. - Florianópolis: Procura-
doria-Geral de Justiça, 2008.
120 p.

1. Ministério Público – Santa Catarina – Relatório. 2. Ministério -
Santa Catarina – Gestão – 2007. I. Título.

CDDir 341.413

CDU 347.963(064)

APRESENTAÇÃO

Cumprindo a obrigação prevista no art. 101 da Constituição do Estado de Santa Catarina, o Procurador-Geral de Justiça apresenta o relatório de gestão das atividades, projetos e programas relativos ao ano de 2007, trazendo ao conhecimento da sociedade catarinense o conjunto de esforços empreendidos pela Administração Superior do Ministério Público, pelas Procuradorias e Promotorias de Justiça, em prol da relevante missão de servir com presteza e eficiência, na construção de um autêntico Estado Democrático de Direito.

Destaca-se que o ano representou o primeiro de uma nova gestão e, por esta razão, maior ainda é o desafio de trazer à prática uma nova filosofia no relacionamento institucional, tanto em relação aos Órgãos e aos Poderes do Estado, para os quais se visou à criação de novos canais de interlocução, quanto em relação aos órgãos internos, servidores e membros da Instituição, dirigindo-lhes novas diretrizes para a realização das tarefas descritas na Constituição Federal.

A Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) investiu em novas práticas, sempre alicerçadas nos valores que guiam o Ministério Público: *independência, ética, legalidade, efetividade, moralidade, solidariedade, harmonia, transparência, justiça e confiança*.

Esta nova visão, mais do que um mero compromisso formal de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais relevantes, tarefas outorgadas pela Constituição Federal de 1988, parte do reconhecimento das próprias dificuldades internas no enfrentamento da tutela dos direitos e interesses da sociedade, hoje exercido através de uma elevada gama de intervenções nas esferas judicial e extrajudicial, buscando-se soluções criativas e economicamente viáveis, sem, contudo, desmerecer os princípios que regem a administração pública.

Com efeito, ampliar a estrutura de recursos humanos e materiais colocados à disposição dos Procuradores e Promotores de Justiça tem sido o maior desafio da Administração Superior do Ministério Público e espera-se, com esta diretriz, aproximar ainda mais a Instituição de sua maior destinatária, a sociedade catarinense.

Dentre as estruturas já existentes, redirecionou-se a atuação dos Centros de Apoio Operacional, colocando-os integralmente na função de estimular a integração e o intercâmbio entre Órgãos de Execução, dando maior visibilidade às iniciativas inovadoras, de remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade, e de estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções, vedando-lhes a atividade de execução.

A reformulação do Plano Geral de Atuação (PGA), a ele acrescentando-se um plano estratégico, com a participação direta de todos os membros da Instituição, constitui-se num dos principais esforços empreendidos pelo Procurador-Geral de Justiça, no sentido de fortalecer os mecanismos democráticos de gestão e administração, culminando num documento transparente e de fácil acesso à sociedade, que poderá participar do monitoramento e da fiscalização das ações propostas como prioridades institucionais para o atual exercício.

A realização da “Campanha Boas Práticas - Economizando recursos públicos, protegendo a natureza” busca a mobilização permanente de membros, servidores, estagiários, bolsistas e contratados para a economia no consumo de bens e serviços disponíveis na Ins-

tituição, cujo resultado tanto pode se traduzir na consolidação de uma cultura de retidão no uso de bens públicos, como de respeito ao meio ambiente, o que já despertou interesse de outras instituições públicas em replicar esta concepção de gestão.

Em complemento às diversas atividades já exercidas no campo da moralidade administrativa pelos órgãos de execução, a Procuradoria-Geral de Justiça ampliou o apoio à campanha **“O que você tem a ver com a corrupção?”**, numa parceria com a Associação Catarinense do Ministério Público, levando-a também para o âmbito do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, recebendo várias importantes adesões durante todo o ano de 2007, dentre as quais se destacam a Assembléia Legislativa, o Governo do Estado de Santa Catarina e a veiculação em importante rede nacional de televisão.

Dentre as principais atividades exercidas pela PGJ, destacam-se:

1. a instalação da Subprocuradoria-Geral para Assuntos Jurídicos;
2. a criação do Grupo Especial de Apoio ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça nas ações originárias: visando a aprimorar as ações de combate aos crimes praticados por agentes públicos com foro privilegiado, o Procurador-Geral de Justiça criou o Grupo Especial de Apoio ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, com delegação, sem exclusividade, para atuar nos procedimentos de investigação, cível e criminal e nos processos criminais que já estão em curso, que são de atribuição do Chefe do Ministério Público, em razão do foro especial das autoridades envolvidas, que só podem ser julgadas pelo Tribunal de Justiça;
3. a reclassificação das entrâncias: acompanhando as modificações ocorridas na carreira da Magistratura Catarinense, o Procurador-Geral de Justiça também encaminhou projeto de lei, após discussão e aprovação pelo Colégio de Procuradores, para reclassificação das entrâncias, aprovado por unanimidade na Assembléia Legislativa e convertido na Lei Complementar n. 399, de 19 de dezembro de 2007;
4. pela mesma Lei Complementar, a ampliação da estrutura do Ministério Público de Primeiro Grau, com a criação de 23 Promotorias de Justiça, vinte delas na entrância especial e mais três de entrância inicial, para fazer frente à demanda que se apresentará pela criação de diversas unidades judiciárias no ano de 2007;
5. a instalação de Promotorias de Justiça: no ano de 2007, foram instaladas a 16ª e a 17ª Promotorias de Justiça da Comarca de Joinville, a 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brusque, a 9ª e a 10ª Promotorias de Justiça da Comarca de São José, a 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Camboriú, a 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Palhoça, a 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gaspar e a 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fraiburgo;
6. a admissão de 36 novos Assistentes de Procuradoria de Justiça, o que deve significar um elevado ganho de produtividade e eficiência na emissão de manifestações no Segundo Grau;
7. a criação de cargos auxiliares: para prestar apoio aos membros da Instituição na realização da atividade-fim, através de um Núcleo de Apoio Técnico, foram criados cargos de biólogo, geólogo, engenheiro sanitário, engenheiro agrônomo, contador, engenheiro civil, arquiteto, designer gráfico, analista de geoprocessamento e um cargo de estatístico. Também para atender as Promotorias de Justiça, ficaram criados mais dez cargos de oficial de diligência, dez cargos de motorista e dezessete cargos de técnico do Ministério Público. Por fim, para ampliar o quadro de servidores da PGJ e atender às demandas hoje existentes, foram também criados quatro cargos de técnico contábil, quatro cargos de técnico em informática e um cargo de técnico em editoração gráfica;

8. a instituição de auxílio financeiro para participação de membros em cursos de pós-graduação, num avanço significativo no apoio ao aperfeiçoamento funcional;
9. a ampliação da estrutura do Centro de Apoio Operacional Criminal, com a vinda de um Promotor de Justiça a mais para Coordenar o Apoio ao Promotor do Júri;
10. o pagamento de valores a título de atrasados aos membros do Ministério Público;
11. a locação de novas instalações para as Promotorias de Justiça das Comarcas de Biguaçu e Capinzal;
12. a instalação de mais uma Promotoria Regional de Combate à Sonegação Fiscal;
13. a celebração de diversos termos de cooperação técnica, destacando-se: Termo de Cooperação Técnica com a Escola Superior do Ministério Público da União, especificamente para cooperação na área de ensino à distância; Termo de Cooperação Técnica para a troca de informações entre a Fatma e o Ministério Público de Santa Catarina; Termo de Cooperação celebrado com a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL/SC), para ampliar ações que resultem no cumprimento da legislação que obriga os comerciantes a manter o preço dos produtos sempre visível ao consumidor; Termos de Cooperação com Instituto Geral de Perícias; além da ampliação da parceria com o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina no combate à corrupção, ao desperdício de recursos públicos, à renúncia de receita e ao descumprimento de preceitos legais que atinjam direta ou indiretamente o erário;
14. a elaboração, com a colaboração do Promotor de Justiça da 30ª Promotoria de Justiça da Capital, Alexandre Herculano Abreu, de quadro sinótico, em formato de tabela, da legislação de acessibilidade arquitetônica e urbanística, para consulta pública no Portal do MPSC, com a finalidade de auxiliar os Promotores de Justiça e a sociedade civil na fiscalização do cumprimento da lei;
15. a realização do evento “Crime Organizado e Ministério Público: estratégias de combate”, com a finalidade de marcar uma nova sistemática de atuação criminal do MPSC, com a reorganização do Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas (GECOC) e a criação dos Grupos Especiais de Combate ao Tráfico Ilícito de Drogas (GECOTs);
16. a realização do Primeiro Congresso Anual do Ministério Público;
17. a instalação da sede da Ouvidoria;
18. o convênio para conversão de máquinas caça-níqueis em computadores para escolas: denominado Programa de Inclusão Digital - Rede Digital Educativa Pró-Infância e Adolescência (Rede Píá), foi desenvolvido pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CIJ), em parceria com o Centro de Apoio Operacional Criminal (CCR), Estado de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) e Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina (AMPESC), e visa a revitalizar as máquinas caça-níqueis apreendidas, transformando-as em equipamentos de informática para uso didático-pedagógico nas escolas de ensino básico e médio, das redes públicas municipais e estadual, e por organizações governamentais e não-governamentais de atendimento a comunidades carentes, sendo a destinação da utilização destes equipamentos exclusivamente a alunos matriculados nas referidas escolas e a pessoas carentes;
19. a ampliação da estrutura do Centro de Apoio Operacional Criminal (CCR)

e Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade (CECCON), com a convocação de mais um Coordenador para cada um desses Centros de Apoio;

20. a instalação da Sala do Promotor de Justiça em Trânsito, na Procuradoria-Geral de Justiça;

21. a reformulação do Plano Geral de Atuação (PGA): o Procurador-Geral de Justiça editou ato reformulando o procedimento de elaboração do Plano Geral de Atuação, elaborado através de seis encontros regionais com os Promotores de Justiça e um encontro com os Procuradores de Justiça, nos quais foram colhidas propostas para o planejamento estratégico;

22. a instalação de oito pilotos do Sistema de Informação e Gestão do Ministério Público de Santa Catarina (SIG/MPSC), como etapa necessária à implantação geral que será realizada em 2008;

23. a transmissão das sessões do Colégio de Procuradores de Justiça pela TVWeb MPSC;

24. a reorganização e ampliação do Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas do MPSC (GECOC), com a designação de quinze membros da Instituição para atuar no órgão especializado na investigação e repressão do crime organizado, e criação dos Grupos Especiais de Combate ao Tráfico Ilícito de Drogas (GECOTs) na estrutura do Ministério Público, nas Comarcas da Capital, Joinville, Blumenau, Itajaí, Tubarão, Criciúma, Lages e Chapecó, para combater o crime de forma organizada, metodológica e harmônica, com compartilhamento de informações e troca de experiências de inteligência;

25. a agilização da publicação dos atos de movimentação na carreira; e

26. a concessão de reajuste de vencimento de 8% (oito por cento), reajuste do auxílio-alimentação e incorporação do abono aos servidores do Ministério Público.

Ainda que não se possa afirmar que estas atividades venham a solucionar por completo as deficiências estruturais da Instituição, certamente pode-se antever nestas realizações diversos resultados positivos em favor da sociedade catarinense, para a qual o Ministério Público dirige toda a sua gama de esforços.

GERCINO GERSON GOMES NETO

Procurador-Geral de Justiça

SUMÁRIO

I – ESTRUTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1 Considerações iniciais	9
2 Procuradoria-Geral de Justiça	9
3 Colégio de Procuradores de Justiça	10
4 Conselho Superior do Ministério Público	11
5 Corregedoria-Geral do Ministério Público	11
6 Procuradorias de Justiça	11
7 Coordenadoria de Recursos	12
8 Promotorias de Justiça	12
9 Órgãos Auxiliares	13
9.1 Secretaria-Geral do Ministério Público	13
9.2 Ouvidoria	13
9.3 Centros de Apoio Operacional	14
9.4 Comissão de Concurso	15
9.5 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	15
9.6 Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo	15
9.7 Estagiários	16

II – RECURSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1 Recursos Humanos	17
2 Recursos Orçamentários e Financeiros	18
3 Patrimônio	20

III – RESULTADOS DAS ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1 Atividades da Procuradoria-Geral de Justiça	21
2 Atividades do Colégio de Procuradores de Justiça	27
3 Atividades do Conselho Superior do Ministério Público	28
4 Atividades da Corregedoria-Geral do Ministério Público	29
5 Atividades da Coordenadoria de Recursos	30
6 Atividades dos Procuradores de Justiça	32
7 Atividades dos Promotores de Justiça	34
7.1 Na Área Criminal	34
7.2 Na Área Cível	39
7.3 Na Área da Infância e Juventude	42
8 Atividades dos Órgãos Auxiliares	46
8.1 Da Secretaria-Geral do Ministério Público	46
8.2 Da Ouvidoria	47
8.3 Dos Centros de Apoio Operacional	49
8.3.1 Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa	49
8.3.2 Centro de Apoio Operacional Criminal	52

8.3.3 Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária	54
8.3.4 Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude	56
8.3.5 Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente	69
8.3.6 Centro de Apoio Operacional do Consumidor.....	75
8.3.7 Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações	79
8.3.8 Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade	85
8.3.9 Centro de Apoio Operacional às Investigações Especiais.....	87
8.3.10 Centro de Apoio Operacional Cível e Eleitoral	87
8.4 Do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	88
8.5 Da Comissão de Concurso.....	89
8.6 Dos Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo	90
8.6.1 Coordenadoria-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo	90
8.6.2 Coordenadoria de Planejamento e Estratégias Organizacionais.....	91
8.6.3 Coordenadoria de Pagamento de Pessoal	91
8.6.4 Coordenadoria de Tecnologia da Informação.....	92
8.6.5 Coordenadoria de Operações Administrativas	101
8.6.6 Coordenadoria de Recursos Humanos.....	102
8.6.7 Coordenadoria de Finanças e Contabilidade	104
8.6.8 Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas.....	106
8.6.9 Coordenadoria de Comunicação Social	106
8.6.10 Assessoria Militar	109
8.6.11 Coordenadoria de Auditoria e Controle	110
IV – COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	112
V – PROMOTORES DE JUSTIÇA, POR ENTRÂNCIA E ANTIGÜIDADE NA CARREIRA	116

I – ESTRUTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1 Considerações iniciais

O MINISTÉRIO PÚBLICO, COMO FUNÇÃO ESSENCIAL À JUSTIÇA.

POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL, CABE AO MINISTÉRIO PÚBLICO A DEFESA DA ORDEM JURÍDICA, DO REGIME DEMOCRÁTICO E DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS (ART. 127).

Ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, tarefa que lhe foi outorgada pela Constituição Federal de 1988 e para a qual ainda se busca a estruturação e o aprimoramento necessários a lhe dar plena satisfação.

Além de estabelecer as atribuições do Ministério Público, a Constituição Federal conferiu independência funcional e autonomia administrativa e orçamentária, com poderes de propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, assim como as regras sobre sua organização e funcionamento.

A Lei Federal n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, denominada **LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, estabeleceu normas gerais sobre a organização do Ministério Público dos Estados, e de forma específica, a Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, definiu a estrutura do Ministério Público de Santa Catarina, compreendendo Órgãos de Administração Superior, de Administração, de Execução e Órgãos Auxiliares.

São Órgãos da Administração Superior do Ministério Público a Procuradoria-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria-Geral do Ministério Público. São Órgãos de Administração do Ministério Público as Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça.

Para desempenhar as atribuições definidas constitucionalmente, o Ministério Público possui como Órgãos de Execução o Procurador-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, a Coordenadoria de Recursos, os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça.

Por fim, também fazem parte da estrutura organizacional do Ministério Público os Órgãos Auxiliares, quais sejam, a Secretaria-Geral do Ministério Público, a Ouvidoria, os Centros de Apoio Operacional, a Comissão de Concurso, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo e os Estagiários.

2 Procuradoria-Geral de Justiça

A Procuradoria-Geral de Justiça é Órgão da Administração Superior do Ministério Público, ca-

bendo a chefia da Instituição ao Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado, a partir de lista tríplice formada em eleição pelos membros da Instituição, dentre Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça com mais de 10 anos de carreira, para mandato de dois anos, permitida uma recondução. O Procurador-Geral de Justiça é substituído, em seus impedimentos e suas faltas, ou por delegação, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.

Além das funções de natureza administrativa, o Procurador-Geral de Justiça atua como Órgão de Execução. Nesta qualidade, atua perante a Segunda Instância do Poder Judiciário Estadual, sendo legitimado ativo para os feitos de competência originária do Tribunal de Justiça; na revisão do arquivamento de inquérito policial; e nos casos de não-formulação de propostas de transação penal e de suspensão condicional do processo, quando houver a remessa dos feitos pelos diversos Juízos de Direito do Estado.

Assessoram o Procurador-Geral de Justiça três Promotores de Justiça de entrância especial, que exercem funções de assessoramento tanto no que diz respeito ao Órgão de Administração Superior, quanto no que tange ao Órgão de Execução.

A Subprocuradoria-Geral para Assuntos Administrativos tem dentre suas principais funções exercer a Coordenação-Geral dos órgãos e serviços auxiliares de apoio técnico e administrativo, além das atribuições delegadas pelo Procurador-Geral de Justiça.

A Subprocuradoria-Geral para Assuntos Jurídicos tem dentre suas principais funções, exercer a Coordenação-Geral dos Centros de Apoio Operacional e presidir o Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados, criado pela Lei Federal n. 7.347, de 24 de julho de 1985, e regulamentado pelo Decreto Estadual n. 1.047, de 10 de dezembro de 1987, além das atribuições delegadas pelo Procurador-Geral de Justiça.

Há, ainda, o Grupo Especial de Apoio ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, composto por três Procuradores de Justiça, que tem como função oficial, por delegação e sem exclusividade, nas ações que tramitam perante o Tribunal de Justiça em que a autoridade reclamada possui foro privilegiado, nas áreas criminal, do meio ambiente, consumidor e da moralidade administrativa, além de instaurar e presidir o inquérito criminal e o inquérito civil público de competência do Procurador-Geral de Justiça.

Prestam serviços nos gabinetes da Procuradoria-Geral de Justiça e nos dois gabinetes de Subprocurador-Geral de Justiça, um servidor exclusivamente comissionado, 4 servidores efetivos, sendo 3 deles comissionados, e um estagiário.

Vinculam-se também ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Coordenadoria de Comunicação Social e a Assessoria Militar.

3 Colégio de Procuradores de Justiça

O Colégio de Procuradores de Justiça, formado por 40 Procuradores de Justiça e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, atua como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução. Como Órgão da Administração Superior, cabe ao Colégio, dentre outras importantes atribuições, a convocação de eleições de Procurador-Geral de Justiça; a proposição ao Procurador-Geral de Justiça da criação de cargos e serviços auxiliares; a proposição de modificação da Lei Orgânica; a análise de proposta de providência relacionada ao desempenho das funções institucionais; a eleição do Corregedor-Geral do Ministério Público e de representantes no Conselho Superior do Ministério Público; a aprovação da indicação do Subcorregedor-Geral do Ministério Público; a aprovação da proposta orçamentária; a apreciação de recursos e a revisão de procedimentos administrativos; e a definição e modificação das atribuições dos Órgãos de Execução.

Como Órgão de Execução, o Colégio de Procuradores de Justiça está incumbido da apreciação de recurso de revisão de arquivamento de inquérito policial ou de peça de informação promovido pelo Procurador-Geral de Justiça. O Colégio de Procuradores de Justiça é assessorado pela Secretaria dos Órgãos Colegiados, a qual é composta por 3 servidores efetivos, sendo um deles comissionado, um funcionário contratado temporariamente e um bolsista de 3º grau.

4 Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público exerce atribuições tanto como Órgão da Administração Superior, como de Órgão de Execução. Como Órgão da Administração Superior, dentre outras funções, aprova o quadro geral de antigüidade do Ministério Público e decide sobre as reclamações que a ele forem efetuadas a esse respeito; aprecia os pedidos de opção, remoção, promoção, reversão e afastamento dos membros do Ministério Público; decide sobre o vitaliciamento, disponibilidade e aposentadoria compulsória de membro do Ministério Público; elabora o regulamento de concurso de ingresso na carreira do Ministério Público e elege os membros da respectiva comissão; e decide sobre exceções de suspeição ou impedimentos opostas contra membros do Ministério Público.

Como Órgão de Execução do Ministério Público, incumbe ao Conselho Superior rever o arquivamento de inquérito civil ou de peças de informação e julgar recurso interposto, em face da decisão de indeferimento do requerimento de instauração de inquérito civil.

O Conselho Superior do Ministério Público é composto por nove integrantes e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, que, assim como o Corregedor-Geral do Ministério Público, ocupa assento como membro nato. Compõem ainda o Conselho Superior do Ministério Público, cinco Procuradores de Justiça eleitos pelos Promotores de Justiça e dois eleitos pelo Colégio de Procuradores de Justiça. O Conselho Superior é assessorado pela Secretaria dos Órgãos Colegiados.

5 Corregedoria-Geral do Ministério Público

A Corregedoria-Geral do Ministério Público exerce atribuições como Órgão da Administração Superior, encarregando-se da orientação e da fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.

O Corregedor-Geral do Ministério Público é substituído, nos seus impedimentos e nas suas faltas, ou por delegação, pelo Subcorregedor-Geral do Ministério Público.

A Corregedoria-Geral de Justiça possui uma Secretaria que está a cargo de um Promotor de Justiça da mais elevada entrância e é assessorada por três Promotores de Justiça, também da mais elevada entrância. Por fim, atuam na Corregedoria-Geral do Ministério Público 6 servidores efetivos, 3 funcionários contratados temporariamente e um estagiário.

6 Procuradorias de Justiça

As Procuradorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público, cabendo-lhes, como tal, fixar teses jurídicas sem caráter vinculativo; propor ao Procurador-Geral de Justiça a fixação das férias; solicitar ao Procurador-Geral de Justiça a convocação de Promotor de Justiça em substituição; fixar critérios de presença de Procurador de Justiça nas sessões de julgamento e estabelecer sistema de

inspeção permanente dos Promotores de Justiça nos autos em que oficiam.

Há duas Procuradorias de Justiça, sendo uma com atuação cível e outra com atuação criminal, nesta última estão atuando 12 Procuradores e naquela, 22 Procuradores. Cada Procuradoria de Justiça é coordenada por um Procurador de Justiça.

A Procuradoria Cível é subdividida em quatro grupos de Procuradores de Justiça, para atuação em matérias relativas ao direito administrativo, grupo este formado por 7 Procuradores de Justiça; em matéria tributária, composto por 4 Procuradores de Justiça; em matérias de família, sucessões, infância e juventude, formado por 4 Procuradores de Justiça; e em matérias relativas à moralidade administrativa, composto por 7 Procuradores de Justiça.

Os Procuradores de Justiça são Órgãos de Execução, cabendo-lhes exercer as atribuições do Ministério Público no Tribunal de Justiça, inclusive interpor recursos aos Tribunais Superiores, desde que tais atribuições não sejam privativas do Procurador-Geral de Justiça.

Havia, em dezembro de 2007, 40 Procuradores de Justiça em atividade, dentre os quais, 4 exercendo cargos na Administração Superior (Subprocuradores-Gerais de Justiça, Corregedor-Geral do Ministério Público e Subcorregedor-Geral do Ministério Público), 5 exercendo as funções de Coordenadores-Gerais dos Centros de Apoio Operacional, um exercendo a função de Coordenador da Coordenadoria de Recursos e um exercendo a função de Ouvidor.

Os Procuradores de Justiça são assistidos ou assessorados por um total de 8 servidores efetivos, sendo 6 deles comissionados, 69 servidores exclusivamente comissionados e 50 estagiários, os quais estão distribuídos equitativamente nos gabinetes.

7 Coordenadoria de Recursos

A Coordenadoria de Recursos, chefiada por um Procurador de Justiça, é o Órgão de Execução do Ministério Público encarregado, dentre outras atribuições, da interposição de recursos judiciais, inclusive nos Tribunais Superiores; da prestação de suporte técnico e operacional aos demais Órgãos de Execução em matéria de recursos extraordinários e especiais; da defesa das teses jurídicas de interesse da Instituição; da articulação dos Órgãos de Execução acerca das teses jurídicas com vistas a sua adequação às diretrizes e políticas institucionais; e do acompanhamento e controle das decisões judiciais e dos prazos recursais relativos aos feitos em que o Ministério Público haja oficiado, especialmente aqueles que versem sobre matéria objeto de tese defendida pela Instituição.

Atuam na Coordenadoria de Recursos, além do Procurador de Justiça, 2 Promotores de Justiça, 3 servidores efetivos, 3 servidores exclusivamente comissionados, um bolsista de 3º grau e 2 bolsistas de 2º grau.

8 Promotorias de Justiça

As Promotorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público, tendo suas atribuições fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça, mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça. As Promotorias de Justiça são exercidas pelos Promotores de Justiça para o desempenho das funções institucionais do Ministério Público nas Comarcas, nos âmbitos judicial e extrajudicial.

Há 315 Promotorias de Justiça distribuídas pelas 110 Comarcas instaladas, com atribuições fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça. Deste total, 32 Promotorias de Justiça ainda não foram instaladas, pois 23 delas foram recentemente criadas (em dezembro de 2007).

Dentre as Promotorias de Justiça, de forma exclusiva, ou não, 116 têm atribuições na área da infância e juventude; 190, na área criminal; 110, na área tributária; 111, na área da moralidade administrativa; 110, no meio ambiente; 110, no consumidor; 112, na cidadania e fundações; 163, na área cível; e 103, na área eleitoral.

Estas Promotorias de Justiça têm atribuição, com exclusividade ou cumulativamente, nas diversas áreas afetas ao Ministério Público, tais como: as áreas criminal, da ordem tributária, da infância e da juventude, da moralidade administrativa, da cidadania e fundações, do meio ambiente, do consumidor, da família, da Fazenda Pública, dos registros públicos, dos acidentes do trabalho, das falências e das concordatas, dos Juizados Especiais Cíveis, do controle da constitucionalidade etc.

No âmbito do Ministério Público, há 296 Promotores de Justiça distribuídos pelas 110 Comarcas do Estado, que atuam, com exclusividade ou cumulativamente, nas diversas áreas. Dentre estes, 64 são de entrância especial; 95 de entrância final; 45 de entrância intermediária; 63 de entrância inicial; e, finalmente, 29 são substitutos.

Os Promotores de Justiça são assistidos ou assessorados por um total de 84 servidores efetivos, sendo um deles comissionado, 271 servidores exclusivamente comissionados, 81 funcionários contratados temporariamente, 421 estagiários, 13 bolsistas de 3º grau e 10 bolsistas de 2º grau, os quais estão distribuídos equitativamente nos diversos gabinetes. As Promotorias de Justiça de mais elevada entrância (especial e final) contam com servidores efetivos ou contratados temporariamente, os primeiros, para serviços administrativos do Órgão, e os segundos, para serviços regulares de manutenção e limpeza e, eventualmente, apoio administrativo. Os demais Promotores de Justiça são auxiliados, no máximo, por um Assistente de Promotoria e por dois Estagiários da 5ª fase em diante dos cursos de Direito.

9 Órgãos Auxiliares

São Órgãos Auxiliares do Ministério Público a Secretaria-Geral do Ministério Público, a Ouvidoria, os Centros de Apoio Operacional, a Comissão de Concurso, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo e os Estagiários.

9.1 Secretaria-Geral do Ministério Público

À Secretaria-Geral do Ministério Público, exercida por um Procurador de Justiça ou por um Promotor de Justiça da mais elevada entrância, cabe a responsabilidade da supervisão e direção dos serviços afetos aos Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público. Cabe, ainda, ao Secretário-Geral, além do exercício de atribuições delegadas pelo Procurador-Geral de Justiça, elaborar a proposta orçamentária; autorizar adiantamentos de despesa; firmar contratos; gerenciar a execução orçamentária e conduzir os processos disciplinares e sindicâncias de servidores, entre as mais relevantes. O Secretário-Geral do Ministério Público é auxiliado nas suas tarefas por um total de 9 servidores efetivos, sendo 2 deles comissionados, 5 funcionários contratados temporariamente, um estagiário e um bolsista de 2º grau.

9.2 Ouvidoria

A Ouvidoria, exercida por um Procurador de Justiça, foi criada pela Lei Complementar Estadual n. 298, de 4 de outubro de 2005, com o objetivo de contribuir para a melhoria dos padrões de transpa-

rência e presteza das atividades desenvolvidas pelos órgãos, membros e servidores do Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Sua criação decorreu de exigência da Emenda Constitucional n. 45/2004, também conhecida como Reforma do Judiciário. Compete à Ouvidoria, dentre outras atribuições, receber, examinar e encaminhar representações, denúncias, reclamações, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informações e sugestões sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público. O Ouvidor é auxiliado, nas suas tarefas, por 3 servidores efetivos.

9.3 Centros de Apoio Operacional

Os Centros de Apoio Operacional, no âmbito do Ministério Público de Santa Catarina, foram instituídos pelo Ato n. 48/MP/03, como órgãos auxiliares vinculados ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça. Em 2005, por meio do Ato n. 134/PGJ, foi instituído o Centro de Apoio Operacional Cível e Eleitoral (CCE) e o Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas (GECOC), reformulado em 2007, juntamente com a instituição do Grupo Estadual de Combate ao Tráfico de Drogas (GECOT).

Exercem funções nos referidos Centros de Apoio Operacional 5 Procuradores de Justiça, como Coordenadores-Gerais, e 14 Promotores de Justiça, como Coordenadores, os quais são auxiliados nas suas tarefas por 39 servidores efetivos, sendo um deles comissionado, 9 servidores exclusivamente comissionados, 9 funcionários contratados temporariamente, 18 estagiários, 5 bolsistas de 3º grau e 6 bolsistas de 2º grau.

Centros de Apoio Operacional	
CMA - Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa	Atua na área da moralidade administrativa e do patrimônio público, abrangendo as matérias cível e criminal.
CME - Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente	Atua na área do meio ambiente, abrangendo as matérias cível e criminal.
CCO - Centro de Apoio Operacional do Consumidor	Atua na área do consumidor, abrangendo as matérias cível e criminal.
CCF - Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações	Atua na área da cidadania e fundações, abrangendo as matérias cível e criminal, relativas, especialmente, aos direitos humanos, à saúde, à educação especial, à educação para idosos, à discriminação, às pessoas portadoras de necessidades especiais, aos idosos, à previdência, às fundações, ao terceiro setor e ao regular funcionamento dos serviços públicos.
CIJ - Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude	Atua na área da infância e da juventude.
COT - Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária	Atua na área da ordem tributária, especialmente nos crimes contra a ordem tributária, e na área cível, no que diz respeito à tributação ilegal e matéria correlata.
CCR - Centro de Apoio Operacional Criminal	Atua na área criminal, especialmente no que diz respeito à execução penal, ao controle externo da atividade policial, à criminalidade organizada e de alta repercussão social e à segurança pública, e apóia o Promotor de Justiça que atua perante o Tribunal do Júri.
CECCON - Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade	Atua na área do controle de constitucionalidade das normas jurídicas.
CIE - Centro de Apoio Operacional às Investigações Especiais	Atua, por determinação ou autorização do Procurador-Geral de Justiça, na área das investigações cíveis e criminais do âmbito do Ministério Público.

CCE - Centro de Apoio Operacional Cível e Eleitoral	Atua na área cível residual não abrangida pelos demais Centros de Apoio, especificamente no que diz respeito à implementação da racionalização da intervenção do Ministério Público no processo civil, e na área eleitoral.
---	---

9.4 Comissão de Concurso

Como Órgão Auxiliar de natureza transitória, cabe à Comissão de Concurso realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público, sendo composta pelo Procurador-Geral de Justiça, Presidente e membro nato da Comissão, por seis Procuradores de Justiça eleitos pelo Conselho Superior do Ministério Público e por um Advogado indicado pela Seção de Santa Catarina da Ordem dos Advogados do Brasil. A Secretaria da Comissão de Concurso é exercida por um Promotor de Justiça designado pelo Procurador-Geral de Justiça.

Esta Comissão, em face da sua natureza transitória, é constituída especificamente para a realização de concurso para ingresso na carreira do Ministério Público, sempre que há necessidade. Exercem funções, além dos integrantes mencionados anteriormente, servidores efetivos, comissionados, contratados temporariamente, estagiários e bolsistas especialmente designados, conforme a necessidade do serviço, especialmente no que se refere à aplicação das provas.

9.5 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional é o Órgão Auxiliar do Ministério Público encarregado da realização e do apoio a cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações, visando ao aprimoramento profissional e cultural dos membros da Instituição, de seus serviços auxiliares e funcionários, bem como à melhor execução de seus serviços e racionalização de seus recursos materiais.

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, atualmente, é dirigido por um Promotor de Justiça, auxiliado por 4 servidores efetivos, um estagiário, um bolsista de 3º grau e um bolsista de 2º grau.

9.6 Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo

Os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo da Instituição estão organizados em Coordenadorias e Gerências, de modo que uma Coordenadoria é composta de uma ou mais Gerências. Em sua maioria, estão vinculados à Coordenadoria-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo, que, por sua vez, é subordinada diretamente à Secretaria-Geral do Ministério Público.

Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo	
COGER – Coordenadoria-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo	Atua no gerenciamento de toda a área administrativa e financeira das Coordenadorias a ela subordinadas.
COFIN – Coordenadoria de Finanças e Contabilidade	Compreende a Gerência de Finanças e a Gerência de Contabilidade.
COAD – Coordenadoria de Operações Administrativas	Compreende a Gerência de Patrimônio, a Gerência de Almoxarifado, a Gerência de Transportes e Serviços Gerais, a Gerência de Manutenção e a Gerência de Compras.
COPIJ - Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas	Compreende a Gerência de Biblioteca e a Gerência de Arquivo e Documentação.

CORH - Coordenadoria de Recursos Humanos	Compreende a Gerência de Cadastro e Legislação de Pessoal.
COPAG - Coordenadoria de Pagamento de Pessoal	Excepcionalmente não é dividida em Gerências.
COTEC - Coordenadoria de Tecnologia da Informação	Compreende a Gerência de Rede e de Banco de Dados, a Gerência de Desenvolvimento e a Gerência de Suporte.
COPEO - Coordenadoria de Planejamento e Estratégias Organizacionais	Compreende a Gerência de Informações e Projetos.

Há, ainda, a Coordenadoria de Auditoria e Controle e a Assessoria Técnica e Jurídica, subordinadas diretamente à Secretaria-Geral do Ministério Público, e a Coordenadoria de Comunicação Social e a Assessoria Militar, subordinadas ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

Atuam nos Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo 149 servidores efetivos, sendo 23 deles comissionados, 4 servidores exclusivamente comissionados, 104 funcionários contratados temporariamente, 24 bolsistas de 3º grau e 24 bolsistas de 2º grau.

9.7 Estagiários

Os estagiários, que desenvolvem quatro horas de atividades diárias, são Órgãos Auxiliares do Ministério Público, aos quais cabe o exercício de atividades de levantamento de dados e de conteúdos doutrinários e jurisprudenciais; a realização e o acompanhamento de diligências de investigações para as quais forem incumbidos; o estudo de matérias que lhe sejam confiadas; o atendimento ao público; o controle da movimentação processual e a execução de serviços de digitação, correspondência, escrituração, registro e arquivo de documentos.

Há, no Ministério Público, 703 vagas de estagiários, dessas estão providas 538 vagas. Os estagiários estão distribuídos equitativamente, numa média de dois para cada membro do Ministério Público, e auxiliam os Órgãos de Execução e os Centros de Apoio Operacional do Ministério Público nas suas atribuições.

II RECURSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1 Recursos Humanos

O Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC) construiu ao longo de sua história uma sólida estrutura de recursos humanos que tem demonstrado resultados efetivos no desempenho da missão institucional em diversas frentes onde a sociedade catarinense exige a presença da Instituição.

A formação cada vez mais qualificada de membros e servidores coloca o MPSC em destaque entre os demais Ministérios Públicos, pela geração de resultados úteis à sociedade, através das campanhas e programas institucionais, a exemplo da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”.

O ano de 2007 foi marcado pela consolidação de um quadro técnico mínimo necessário ao pleno desenvolvimento das atividades, com destaque para a contratação de Assistentes de Promotoria de Justiça para todas as Promotorias de Justiça do Estado. A evolução do quadro de pessoal pode ser observada na tabela a seguir:

Tabela 1 - Evolução do Quadro de Pessoal

Membros em atividade	dez/05	dez/06	dez/07	Evolução (07/05)	Evolução (07/06)
Procuradores de Justiça	39	40	40	2,56%	0,00%
Promotores de Justiça de Entrância Especial	70	66	64	-8,57%	-3,03%
Promotores de Justiça de Entrância Final	91	94	95	4,40%	1,06%
Promotores de Justiça de Entrância Intermediária	41	38	45	9,76%	18,42%
Promotores de Justiça de Entrância Inicial	64	69	63	-1,56%	-8,70%
Promotores de Justiça Substitutos	18	13	29	61,11%	123,08%
Subtotal	323	320	336	4,02%	5,00%
Servidores em atividade	dez/05	dez/06	dez/07	Evolução (07/05)	Evolução (07/06)
Servidores Efetivos	257	287	312	21,40%	8,71%
Servidores Comissionados Efetivos	30	33	36	20,00%	9,09%
Servidores Comissionados Não-Efetivos	99	289	356	259,60%	23,18%
Servidores à Disposição do MP (PC/PM/PRF)	28	36	36	28,57%	0,00%
Subtotal	414	645	740	78,74%	14,73%
Colaboradores	dez/05	dez/06	dez/07	Evolução (07/05)	Evolução (07/06)
Servidores Terceirizados	186	193	202	8,60%	4,66%
Estagiários	521	491	538	3,26%	9,57%
Bolsistas	82	79	46	-43,90%	-41,77%
Subtotal	789	763	786	-0,38%	3,01%
Inativos	dez/05	dez/06	dez/07	Evolução (07/05)	Evolução (07/06)
Membros	129	127	127	-1,55%	0,00%
Servidores	31	30	31	0,00%	3,33%
Subtotal	160	157	158	-1,25%	0,64%
Total	1.686	1.885	2.020	19,81%	7,16%

2 Recursos Orçamentários e Financeiros

A gestão financeira do Ministério Público é subordinada à programação contida no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Orçamento Anual (LOA), mantendo vínculo direto com as metas fixadas no Plano Geral de Atuação (PGA) e regras de gestão fixadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A programação orçamentária do Ministério Público é estruturada em 4 (quatro) unidades orçamentárias, com dotações vinculadas a fontes de receitas que, para serem executadas, precisam ter o valor correspondente nas receitas arrecadadas.

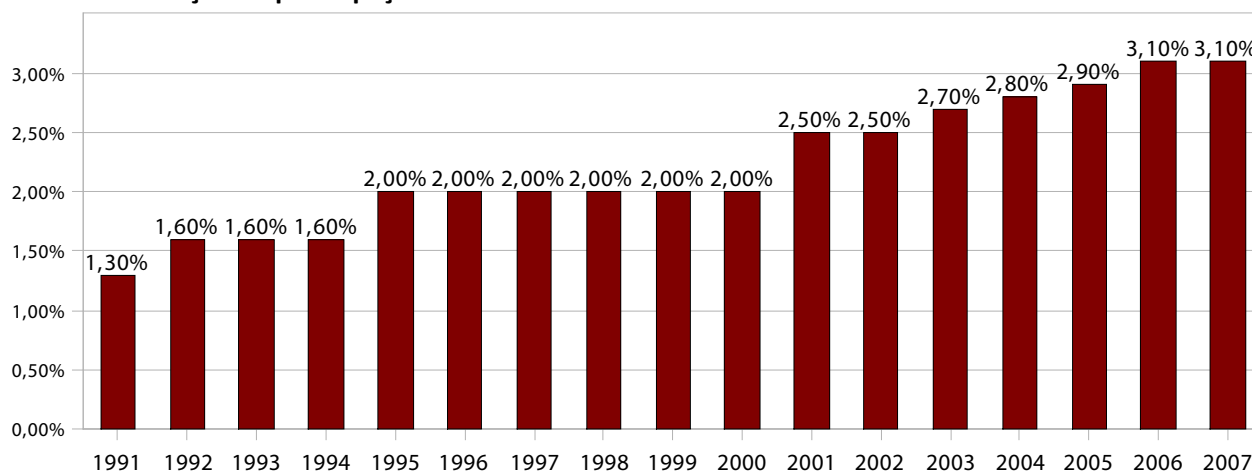
Tabela 2 – Estrutura orçamentária do MPSC

Unidades	2007		2008	Evolução 08/07
	Orçado	Realizado	Orçado	% Orçado
04001 - MPSC*	202.980.000,00	205.555.056,79	240.006.906,00	18,24%
04091 - FRBL	900.000,00	335.695,13	1.433.397,00	59,27%
04092 - FECEAF	100.000,00	71.633,06	91.241,00	-8,76%
04093 - FERMP	12.000.000,00	11.131.199,53	14.700.000,00	22,50%
Total	215.980.000,00	217.093.584,51	256.231.544,00	18,64%

* O valor realizado acima do orçado decorre do excesso de arrecadação do exercício e superávit financeiro do exercício anterior

A principal fonte de receita da Instituição é o repasse previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, cujo valor estimado para 2008 é de R\$ 232.500.000,00 (duzentos e trinta e dois milhões e quinhentos mil reais), e corresponde a 3,10% (três vírgula dez por cento) da Receita Líquida Disponível (RLD) do Estado. O repasse desse valor ocorrerá mensalmente, de acordo com o comportamento da receita efetivamente arrecadada, sendo necessário o acompanhamento e a avaliação mensal das despesas da Instituição, face o comportamento da arrecadação. O gráfico abaixo demonstra a evolução da participação do Ministério Público, desde a adoção deste critério de repasse pelo Poder Executivo.

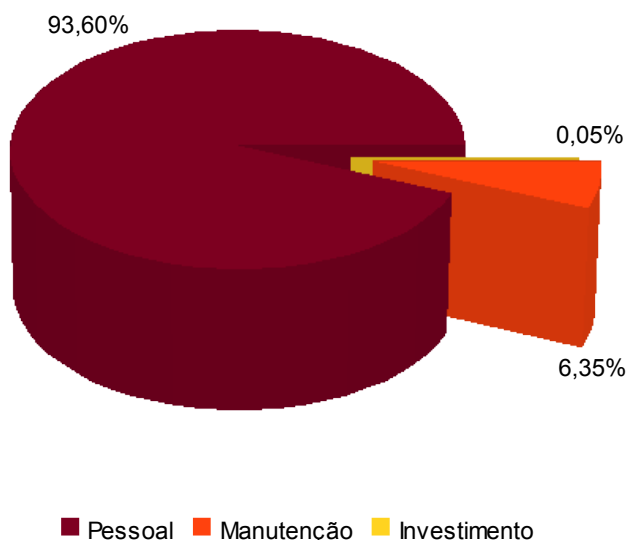
Gráfico 1 – Evolução da participação do MPSC na RLD



Na Unidade Orçamentária 04001 – Ministério Público, são realizadas despesas com pagamento de pessoal ativo e inativo, assim como as despesas necessárias ao funcionamento do aparato administrativo e manutenção da Instituição. A distribuição da aplicação dos recursos orçamentários em 2007, apresenta

a distribuição expressa no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Distribuição dos recursos orçamentários por Grupo de Despesa em 2007



Na Unidade Orçamentária 04091 – Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados, são realizadas despesas com a contratação de perícias e projetos vinculados à área de recuperação do patrimônio histórico, paisagístico e ambiental.

Tabela 3 – Recursos do FRBL liberados em 2007

Recursos Liberados	Número	Valor (R\$)
Perícias deferidas	8	43.809,04
Projetos aprovados	2	291.886,09
Total	10	335.695,13

Na Unidade Orçamentária 04092 – Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MPSC, são realizadas atividades relacionadas à capacitação e formação de membros, servidores e colaboradores do Ministério Público, conforme detalha a tabela abaixo:

Tabela 4 – Atividades realizadas pelo CEAf em 2007

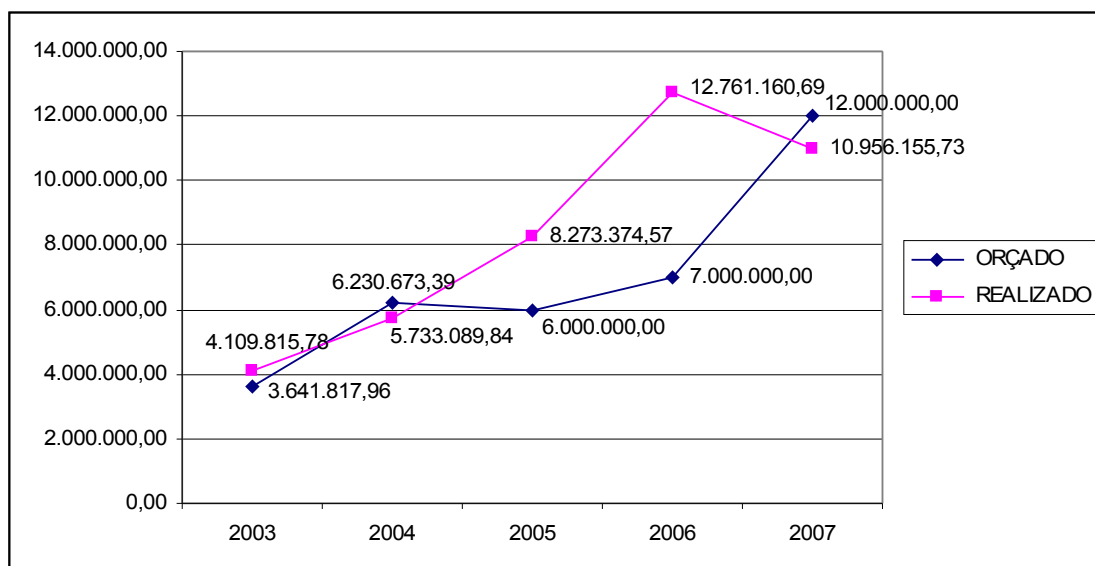
Atividades Realizadas	
Eventos	22
Participantes	1.253
Carga horária	6.565
Bolsa de Estudo Graduação	22
Bolsa de Estudo Pós-Graduação	6
Custo das Atividades Realizadas	R\$ 71.633,06

Na Unidade Orçamentária 04093 – Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do MPSC, os recursos aplicados são aprovados pelo Conselho de Administração do Fundo, composto por três membros do Ministério Público, um representante do Poder Judiciário e um representante da Ordem dos Advogados do Brasil.

As receitas deste fundo decorrem de transferência financeira, correspondente a 20% (vinte por cento) das taxas judiciais e extrajudiciais do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ) do Poder Judiciário. Os valores são aplicados na modernização da Justiça e da Instituição, sendo que parte retorna ao Poder Judiciário a título de ressarcimento das despesas de manutenção dos fóruns, na proporção das áreas ocupadas pelo Ministério Público.

Em 2007, as despesas com ressarcimento ao Poder Judiciário somaram R\$ 913.806,49 (novecentos e treze mil, oitocentos e seis reais e quarenta e nove centavos). Foram apresentados ao Conselho de Administração 249 pedidos, sendo aprovados recursos na ordem de R\$ 8.017.393,04 (oito milhões, dezesseite mil, trezentos e noventa e três reais e quatro centavos). Ainda em 2007 foram pagas 12 de 24 parcelas da dívida existente junto ao Tribunal de Justiça, referente ao ressarcimento de despesas administrativas do período de 2003 a 2005, totalizando R\$ 2.024.956,20 (dois milhões, vinte e quatro mil, novecentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos). A tabela a seguir demonstra a evolução da aplicação dos recursos do FERMP desde a sua constituição até dezembro de 2007:

Tabela 5 – Evolução da Aplicação dos Recursos do FERMP



3 Patrimônio

A evolução do patrimônio imobiliário e mobiliário do Ministério Público, demonstrado na tabela a seguir, evidencia o crescimento da Instituição. Sempre que ocorre a entrada de um novo Promotor de Justiça ou servidor, existe a necessidade de aparelhar o local de trabalho, com móveis e equipamentos. A evolução do patrimônio guarda uma relação direta com o incremento do número de membros, servidores ou colaboradores do Ministério Público.

Patrimônio móvel do MPSC				
Descrição	2004	2005	2006	2007
Veículos	16	35	37	39*
Máquinas e Equipamentos de Informática	6.454	8.171	9.116	11.475
Mobiliário em Geral	8.942	10.864	13.141	14.028
Utensílios em Geral	9.139	1.845	1.986	2.243
Livros e Softwares	9.006	8.397	8.956	8.905

* Incluindo 1 (um) reboque em uso do CIE

III – RESULTADOS DAS ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1 Atividades da Procuradoria-Geral de Justiça

A Procuradoria-Geral de Justiça, como Órgão da Administração Superior, diretamente ou por delegação aos Subprocuradores-Gerais de Justiça ou a outros órgãos do Ministério Público, realizou as seguintes atividades no ano de 2007:

Espécie	Quantidade
Reuniões realizadas	85
Sessões do Colégio de Procuradores de Justiça presididas	9
Sessões do Conselho Superior do Ministério Público presididas	15
Sessões especiais do Tribunal de Justiça	28
Reuniões da Comissão de Concurso	1
Projetos de Lei elaborados	2
Atos	491
Portarias	5.423
Processos administrativos despachados	372
Processos licitatórios despachados	58
Convênios	22
Outros	1.009

O Procurador-Geral de Justiça, como Órgão de Execução, diretamente ou por delegação aos Subprocuradores-Gerais de Justiça ou a outros órgãos do Ministério Público, realizou as seguintes atividades no ano de 2007:

Na área criminal	
Espécie	Quantidade
1. Remanescentes do período anterior	197
2. Procedimentos de Investigação Criminal - PIC/ Notícias Criminais/PROT	240
3. Inquérito Policial/TC	-
3.1 Recebidos	74
3.2 Arquivados	20
4. Remetidos a outros órgãos	105
5. Arquivamento PIC – Prot - NC	61
6. Requisição de Inquérito Policial/Baixa Delegacia	19
7. Portarias de instauração de PIC	55
8. Despachos motivados	249
9. Oitivas	6

10. Denúncias	20
11. Passam para o período seguinte	284
12. Processos Judiciais	-
12.1 Remanescentes do período anterior	0
12.2 Recebidos	45
12.3 Manifestação de Denúncia	17
12.4 Outras Manifestações	15
12.5 Alegações Finais	7
12.6 Pedidos de quebra de sigilo telefônico/bancário	-
12.7 Proposta de Transação	5
12.8 Proposta de Suspensão	2
12.9 Passam para o período seguinte	0
13. Audiências judiciais	7
14. Sessão TJ: Admissibilidade de denúncia	6
15. Sessão TJ: Julgamento	3
16. Precatórias recebidas	1
17. Precatórias expedidas	22
Na área cível	
1. Remanescentes do período anterior	24
2. Inquéritos Cíveis, Procedimentos Administrativos Preliminares - PAP/ Peças Informativas	14
3. Remetidos a outros órgãos	5
4. Arquivados	3
4. Portarias de instauração de PAP/IC	1
5. Despachos motivados	35
6. Passam para o período seguinte	29
No controle da constitucionalidade	
1. Ação Diretas de Inconstitucionalidade ajuizadas	70
2. Representações ao PGR	0
3. Pareceres exarados como <i>custos legis</i>	126
4. Representações recebidas	110
Outras atividades	
1. Reuniões	25
2. Participações em cursos/seminários/congressos e outros eventos	14
2.1 Palestrantes	3
2.2 Assistentes	11
3. Ofícios, e-mails e fax expedidos	401
4. Ofícios, e-mails e fax recebidos	179
5. Pessoas atendidas (do público externo)	12
6. Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	4
7. Encaminhamentos de documentos ou feitos a outros órgãos	57

Registram-se, ainda, as atividades referentes ao Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Ministério Público (FERMP) e ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), sob a administração da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e Jurídicos, respectivamente:

Atividades do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Ministério Público	
Espécie	Quantidade
Preparação de reuniões	9
Reuniões realizadas	9
Elaboração de atas	9
Pedidos encaminhados	212
Pedidos deferidos	205
Pedidos indeferidos	7
Certidões expedidas	17
Correspondências expedidas	36
Correspondências recebidas	4
Portarias expedidas	2
Acompanhamento das receitas do FERMP	12
Acompanhamento das despesas do FERMP	12

O principal investimento dos recursos do FERMP ocorreu na área de informática, destacando a continuidade da implantação do Sistema de Informações Gerenciais (SIG/MPSC) e do Sistema Corporativo Geoprocessado do Ministério Público.

Atividades do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados	
Espécie	Quantidade
Preparação de reuniões	4
Reuniões realizadas	4
Elaboração de Atas	4
Correspondências expedidas	63
Correspondências recebidas	10
Portarias expedidas	1
Acompanhamento das receitas do FRBL	12
Acompanhamento das despesas do FRBL	12
Projetos encaminhados	10
Autuação de processos	9
Processos distribuídos	9
Processos deferidos	4
Processos indeferidos	3
Pareceres técnicos	10
Acompanhamento dos processos deferidos	1
Conferência de documentação	4
Verificação <i>in loco</i> dos projetos aprovados e em andamento	1
Cadastros de peritos aprovados	45
Perícias solicitadas	10
Perícias deferidas	9
Perícias pagas	4

No ano de 2007, o FRBL encerrou o convênio com a FAPEU – Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária, que tratou do projeto “Valoração Ambiental como Instrumento de Gestão Sustentável em Bacias Hidrográficas” e com entidade social, para projeto em favor da comunidade. Recebeu, também, outros projetos que foram analisados, e alguns deferidos, sendo que os convênios estão

em fase de elaboração. O destaque das atividades do FRBL fica, então, por conta das perícias realizadas em 2007 nas Comarcas de Araranguá, Balneário Camboriú, Capital, Chapecó, Criciúma, Herval d'Oeste, Itapema, Pomerode, São José, Videira e Xaxim.

ASPECTOS QUALITATIVOS

Em termos qualitativos, merecem destaque as seguintes atividades da Procuradoria-Geral de Justiça:

Centros de Apoio

Continua reestruturação dos Centros de Apoio e adequação dos Programas à metodologia de planejamento denominada *Balanced Scorecard*.

Plano Geral de Atuação

Revisão e atualização, com a participação inicialmente dos membros da Instituição, por meio de encontros regionais de planejamento com Promotores de Justiça em seis regiões do Estado e com Procuradores de Justiça e, posteriormente, do Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais e dos Centros de Apoio Operacional, do Plano Geral de Atuação, que tem por objetivo definir as políticas e prioridades a serem observadas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2008.

Neste novo modelo, o Plano Geral de Atuação passou a ser complementado com o Plano Estratégico, através do qual foram estabelecidas as estratégias de atuação para a consecução dos objetivos gerais propostos, definindo-se as prioridades regionais em cada uma das áreas de atuação dos Órgãos de Execução de Primeiro Grau.

Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público

Publicação do Edital n. 003/PGJ/2007 no Diário Oficial do dia 14 de novembro de 2007, abrindo, no período de 19 de novembro a 19 de dezembro, as inscrições para o XXXIII Concurso Público de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Dentre as regras previstas, destaca-se aquela referente à reserva de 5% das vagas para os candidatos portadores de necessidades especiais. Por meio da Portaria n. 5.211/2007/PGJ, foram designados os membros da Comissão de Concurso, cabendo a presidência à Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.

Comissão de Planejamento Institucional

Reestruturação da composição da Comissão de Planejamento Institucional (COPLI), por meio do Ato n. 1.747/2007/PGJ, passando a integrá-la o Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e dois Coordenadores de Centros de Apoio Operacional, mantendo-se inalteradas as atribuições de apoio à elaboração do Calendário de Atividades do Ministério Público de Santa Catarina, do anteprojeto e do projeto do Plano Geral de Atuação (PGA) e de auxílio ao Procurador-Geral de Justiça, na preparação da proposta orçamentária anual do Ministério Público, e acompanhamento do trâmite do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias na Assembléia Legislativa do Estado.

Atribuições das Promotorias de Justiça

Foram redistribuídas as atribuições das Promotorias de Justiça das Comarcas de Tubarão, Curitibaanos, Campos Novos, Criciúma, Lages, Joinville, Brusque, São José, São Francisco do Sul, Palhoça, Gaspar, Fraiburgo e Balneário Camboriú.

Instalação de novas Promotorias de Justiça

No ano de 2007, foram instaladas nove Promotorias de Justiça, dentre aquelas criadas pela Lei Complementar n. 368, de 14 de dezembro de 2006. Foram elas: a 16ª e a 17ª Promotorias de Justiça da Comarca de Joinville, a 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brusque, a 9ª e a 10ª Promotorias de Justiça da Comarca de São José, a 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Camboriú, a 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Palhoça, a 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gaspar e a 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fraiburgo.

Frota de veículos

Início de estudos para renovação e ampliação da frota de veículos, atualmente com 39 veículos, para atender as necessidades dos Órgãos de Execução.

Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Pessoal do Quadro Permanente

Elaboração de anteprojeto de lei para alteração do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores do Ministério Público, com a posterior remessa à Assembléia Legislativa, resultando na edição da Lei Complementar n. 400, de 21 de dezembro de 2007.

Além do reajuste de 8% do piso salarial dos servidores, foram criados cargos no quadro de pessoal da Instituição. No grupo operacional de atividades de nível superior, foram criados um cargo de Biólogo, um de Geólogo, um de Engenheiro Sanitário, um de Engenheiro Agrônomo, um de Engenheiro Civil, um de Arquiteto, um de Designer Gráfico, um de Analista de Geoprocessamento, um de Estatístico, dois de Analista de Sistemas e quatro de Contador. Já no grupo operacional de atividades de nível médio, foram criados dez cargos de Oficial de Diligência, dez de Motorista Oficial, dezessete de Técnico do Ministério Público, quatro de Técnico Contábil, quatro de Técnico em Informática e um de Técnico em Editoração Gráfica. Restou criado também o cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

Assistentes de Promotoria de Justiça e de Procuradoria de Justiça

Ampliação do quadro de servidores com a nomeação para provimento de 36 cargos de Assistente de Procuradoria de Justiça, dentre os 40 criados pela Lei Complementar n. 368, de 14 de dezembro de 2006. Também foram providos 90 cargos de Assistente de Promotoria de Justiça, dentre aqueles criados pela Lei Complementar n. 368 e os declarados vagos em decorrência de exoneração. Ainda, por meio da Lei Complementar n. 400, de 21 de dezembro de 2007, houve a criação de mais 23 cargos de Assistente de Promotoria de Justiça.

Convocação de aprovados em concurso

Ampliação do quadro de servidores efetivos com a nomeação de candidatos aprovados no último concurso, com o provimento de 2 cargos de Motorista Oficial II, 27 cargos de Técnico do Ministério Público e 2 cargos de Técnico em Informática.

Tecnologia da Informação

Aquisição de 15 impressoras laser e 35 multifuncionais, 300 placas de rede sem fio, para melhor captura do sinal nas Promotorias de Justiça, 66 monitores de vídeo LCD e 540 microcomputadores para atendimento de membros e áreas administrativas, com recursos do Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Ministério Público (FERMP).

Modernização da infra-estrutura de rede, com a instalação de novos servidores de rede e amplia-

ção da capacidade de armazenamento. Implantação de oito pilotos do Sistema de Informação e Gestão do Ministério Público de Santa Catarina (SIG/MPSC), com o objetivo de criar equipe de multiplicadores de conhecimento para dar suporte à implantação do sistema em todos os Órgãos de Execução.

Termos de Cooperação Técnica firmados

Foram consolidadas parcerias interinstitucionais, responsáveis pela intensificação das atividades jurisdicionais e aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público, conforme seguem:

Relacionamento Interinstitucional		
Objeto	Área de atribuição	Parceiros
Cessão de Engenheiro Agrônomo para atuar perante o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente do MPSC	CME – Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente	Município de Abelardo Luz
Execução da nova etapa da campanha intitulada “O que você tem a ver com a corrupção?”, destinada, principalmente, ao público infantil e juvenil, mediante distribuição de cartilhas	CMA – Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa	Associação Catarinense do Ministério Público, Instituto Rui Barbosa, Tribunal de Contas, Assembléia Legislativa e Governo do Estado de Santa Catarina
Conjunção de esforços visando ao combate à macrocriminalidade e ao crime organizado, especialmente os celebrados com objetivo de infringir a ordem tributária, por meio da constituição de estrutura de investigação especial	CIE – Centro de Apoio Operacional às Investigações Especiais	Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina
Concessão de desconto no valor das mensalidades, nos cursos de Graduação da Faculdade Anita Garibaldi, nos cursos de Ensino Fundamental, Médio e Técnico do Colégio Cruz e Sousa e dos Cursos de Pós-graduação do IPEJ	CEAF - Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	Faculdade Anita Garibaldi, Colégio Cruz e Souza e Instituto de Pesquisas e Estudos Jurídicos
Implantação e execução do Programa de Fiscalização de Internações Psiquiátricas Involuntárias	CCF – Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações	Secretaria de Estado da Saúde, Instituto São José, Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina e Hospital Santa Catarina
Permitir a consulta de informações úteis à atuação ministerial diretamente no banco de dados do SPC de Santa Catarina	CCR – Centro de Apoio Operacional Criminal	Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina
Operacionalização do Programa de Assessoria Psicológica nos Procedimentos Judiciais e Extrajudiciais de Crianças e Adolescentes em Situação de Risco Pessoal e Autores de Ato Infracional	CIJ – Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude	Univali, Unisul e Unesc
Disponibilizar o acesso ao Cadastro de Consumidores da Celesc	CCR – Centro de Apoio Operacional Criminal	Celesc Distribuição S.A.
Operacionalização do Programa de Estágio Curricular Obrigatório	CIJ – Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude	Unesc e Udesc
Promoção de medidas com a finalidade de resguardar o Direito de Informação do Consumidor no Estado de Santa Catarina	CCO – Centro de Apoio Operacional do Consumidor	Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina
Formalização de instrumento com vista a estabelecer formas de cooperação entre a ESMPU e o CEAF-MPSC para intercâmbio de atividades e experiências técnico-operacionais na área de educação à distância	CEAF - Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	Escola Superior do Ministério Público da União

Conjuação de esforços visando ao desenvolvimento de ações para a continuidade da implantação do sistema de informações ambientais (SINFAT) e compartilhamento das informações com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina	CME – Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente	Fundação Estadual do Meio Ambiente (FATMA)
Estruturação material, física e pessoal da divisão de crimes contra a ordem tributária municipal da 20ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital	COT – Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária	Município de Florianópolis
Desenvolvimento de programa de cooperação técnica e científica, buscando aumentar a eficiência das atividades do Ministério Público relacionadas ao velamento e fiscalização das fundações e entidades de interesse social	CCF – Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE)
Desenvolvimento de Programa de Inclusão Digital, baseado na revitalização das máquinas caça-níqueis apreendidas, visando transformá-las em equipamentos de informática para uso didático-pedagógico	CIJ – Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude CCR – Centro de Apoio Operacional Criminal	Estado de Santa Catarina, UFSC, Associação Catarinense das Fundações Educacionais e Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina
Cooperação em todas as atividades que resultem no combate à corrupção, ao desperdício de recursos públicos, à renúncia de receita e ao descumprimento de preceitos legais que atinjam direta ou indiretamente o erário	CMA – Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa	Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

Reformulação da Comissão Especial para Implantação do Sistema de Automação do Ministério Público - Sistema de Informatização e Gestão do Ministério Público (SIG/MPSC), integrada pelos Promotores de Justiça Gustavo Mereles Ruiz Diaz (Presidente), Fábio de Souza Trajano, Aor Steffens Miranda e Marcelo Gomes da Silva e pelo servidor Paulo César Allebrandt.

Além de dar seguimento ao Projeto SIG/MPSC, o Ministério Público de Santa Catarina passou a integrar a Comissão Especial de Informática, criada no âmbito do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, através da qual se iniciaram estudos para o desenvolvimento coletivo de um *software* livre para utilização na atividade-fim da Instituição, aproveitando-se da experiência de cada unidade na análise e desenvolvimento desta espécie de ferramenta.

2 Atividades do Colégio de Procuradores de Justiça

O Colégio de Procuradores de Justiça, como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução, realizou as atividades descritas a seguir:

Espécie	Quantidade
Sessões realizadas	16
Sessões ordinárias	11
Sessões extraordinárias	5
Acórdãos relatados e apreciados em autos de procedimentos e representações	14
Pedidos de Vista em autos de procedimentos e representações	1
Edição de Ato de redistribuição de atribuições de Promotorias de Justiça	5
Eleições realizadas para Procurador-Geral do Ministério Público e Ouvidor do Ministério Público	2

Posses solenes	2
Feitos recebidos	16
Feitos distribuídos	15
Feitos – pedido de vista	1
Publicações IOESC	16
Editais	2
Resolução	1
Súmulas	16
Atas	16
Ofícios expedidos	32

Em termos qualitativos, o Colégio de Procuradores de Justiça manifestou-se acerca do anteprojeto de lei para criação de Promotorias de Justiça e de cargos na estrutura orgânica da Instituição.

3 Atividades do Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público, como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução, realizou as seguintes atividades no ano de 2007, conforme a tabela abaixo:

Espécie	Quantidade
Sessões realizadas	23
Sessões ordinárias	21
Sessões extraordinárias	2
Sessões realizadas - 1ª Turma Revisora	21
Sessões realizadas – 2ª Turma Revisora	21
Súmulas	23
Atas	23
Convocações	44
Feitos recebidos	1.908
Feitos distribuídos	1.907
Feitos Julgados	1.718
Editais de Concurso para movimentação na carreira	79
Movimentações no quadro – Permutas	2
Movimentações no quadro – Opções	16
Editais de Remoção	63
Movimentações no quadro – Remoções	45
Editais de Promoção	14
Movimentações no quadro – Promoções	14
Aprovações de residência fora da comarca de lotação	25
Justificativas de ausência em pleito institucional	7
Afastamentos autorizados	1
Aprovação do quadro de antigüidade dos membros do Ministério Público	1
Votação para formação de lista tríplice para vaga de Desembargador do Tribunal de Justiça	1
Edição de Resoluções	4
Publicações Oficiais (Diário Oficial)	112

Publicações Oficiais (Diário Eletrônico do MPSC)	192
Ofícios expedidos	1.053

Em 2007, foram recebidos 1.908 feitos, o que resulta numa média de 159 por mês. Dos feitos recebidos, 1.907 foram distribuídos aos Conselheiros, sendo que 1.718 foram julgados, 176 permaneceram em gabinete e 30 foram convertidos em diligência.

Em relação ao ano de 2006, houve aumento na ordem de:

- 26% no número de feitos recebidos na Secretaria do Conselho Superior, passando de 1.513 (2006) para 1.908 (2007). Em 2007, foram recebidos 395 feitos a mais que no ano anterior.
- 28,67% no número de feitos distribuídos aos Conselheiros, passando de 1.482 (2006) para 1.907 (2007). Em 2007, foram distribuídos 425 feitos a mais que no ano anterior.

4 Atividades da Corregedoria-Geral do Ministério Público

A Corregedoria-Geral do Ministério Público, como Órgão da Administração Superior, realizou as seguintes atividades no ano de 2007, conforme tabela abaixo:

Espécie	Quantidade
Processos de acompanhamento de Promotores de Justiça em estágio probatório	19
Relatórios Trimestrais de Estágio Probatório	31
Processos de vitaliciamento, concluídos e arquivados, de Promotores de Justiça	17
Consultas respondidas	8
Procedimentos de verificação de pendências instaurados	1
Pedidos de explicações instaurados	2
Correções realizadas	3
Visitas de inspeção realizadas	126
Sindicâncias instauradas	3
Processos administrativos instaurados	5
Procedimentos Administrativos Preliminares	37
Recomendações	5
Ofícios expedidos	527
Portarias expedidas	48
Expedição de certificados de estágio	254
Procedimentos de anotação em ficha funcional	49
Participação em sessões do Conselho da Magistratura	12
Participação, como membro nato, de Sessões do CSMP	23
Participação de sessões do Colégio de Procuradores	16
Participação em reuniões ordinárias do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União	5
Participação em reuniões do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas	1

5 Atividades da Coordenadoria de Recursos

A Coordenadoria de Recursos, como Órgão de Execução, realizou as seguintes atividades no ano de 2007:

Aspectos quantitativos – área criminal	
Espécie	Quantidade
Acórdãos recebidos para análise	6.260
Processos requisitados para estudo	332
Total de Recursos interpostos	231
Recursos Especiais	103
Recursos Extraordinários	26
Embargos de Declaração	47
Agravo de Instrumento	51
Agravo de Decisão do Relator	3
Medida Cautelar	1
Contra-razões de recursos	547
Aspectos quantitativos – área cível	
Espécie	Quantidade
Acórdãos recebidos para análise	9.325
Processos requisitados para estudo	193
Total de Recursos interpostos	105
Recursos Especiais	40
Recursos Extraordinários	10
Embargos de Declaração	17
Agravo de Instrumento	30
Agravo de Decisão do Relator	2
Ação Rescisória com Pedido de Antecipação de Tutela	1
Contestação	1
Impugnação ao valor da causa	1
Pedido de Reconsideração	1
Outras manifestações recursais	2
Pareceres emitidos sobre a admissibilidade de recursos	4.045
Contra-razões de recursos	169
Aspectos qualitativos – área criminal	
Situação Processual	Quantidade
Recursos Extraordinários interpostos	26
Admitidos e pendentes de julgamento no STF	1
Pendentes de análise de admissibilidade no TJSC	16
Não admitidos	9
Providos no ano	1
Recursos Especiais interpostos	103
Admitidos e pendentes de julgamento no STJ	23
Pendentes de análise de admissibilidade no TJSC	58
Não admitidos	20

Providos no ano	34
Parcialmente providos no ano	1
Agravos de Instrumento aos Tribunais Superiores	51
Providos no ano	9
Desprovidos	18
Pendentes de Julgamento	25
Não conhecido	1
Embargos de Declaração	47
Acolhidos	6
Parcialmente acolhidos	1
Não Acolhidos	25
Pendentes de Julgamento	15
Agravos de decisão do relator	3
Desprovidos	2
Pendentes de Julgamento	1
Medida Cautelar	1
Pendentes de Julgamento	1
Aspectos qualitativos – área cível	
Situação Processual	Quantidade
Recursos Extraordinários interpostos	10
Admitidos e pendentes de julgamento no STF	4
Pendentes de análise de admissibilidade no TJSC	2
Não admitidos	4
Providos no ano	4
Recursos Especiais interpostos	40
Admitidos e pendentes de julgamento no STJ	17
Pendentes de análise de admissibilidade no TJSC	16
Não admitidos	7
Providos no ano	13
Agravos de Instrumento aos Tribunais Superiores	30
Providos no ano	21
Desprovidos	6
Pendentes de Julgamento	14
Embargos de Declaração	17
Acolhidos	1
Parcialmente Acolhidos	2
Não Acolhidos	6
Pendentes de Julgamento	8

Agravos de decisão do relator	2
Providos	2
Pedido de Reconsideração	1
Desprovidos	1
Petições	2
Deferidas	1
Pendentes de Análise	1
Impugnação ao valor da causa	1
Pendentes de Análise	1
Ação rescisória com pedido de antecipação de tutela	1
Pendentes de Análise	1
Contestação	1
Pendentes de Análise	1

6 Atividades dos Procuradores de Justiça

Subdivididas as Procuradorias de Justiça em Coordenadorias Cível e Criminal, nessa qualidade desenvolveram as seguintes atividades:

Coordenadoria Cível	
Espécie	Quantidade
Sessões realizadas	9
Sessões ordinárias	8
Sessões extraordinárias	1
Ofícios Expedidos	20
Atas	9
Editais de Convocação	9

Coordenadoria Criminal	
Espécie	Quantidade
Sessões realizadas	3
Sessões ordinárias	3
Ofícios Expedidos	20
Atas	3
Editais de Convocação	3

Além das atividades das Coordenadorias antes referidas, os Procuradores de Justiça, como Órgãos de Execução, realizaram as seguintes atividades no ano de 2007:

Atividades da Procuradoria de Justiça Cível	
Pareceres	Quantidade
Ação Rescisória	143
Agravo de Instrumento	2.306
Apelação Cível	7.511
Apelação Cível em Mandado de Segurança	1.367
Conflito de Competência	121
Embargos Infringentes	21
Exceção de Suspeição ou Impedimento	17
Habeas-Corpus	219
Mandado de Injunção	1
Mandado de Segurança	858
Medida Cautelar	4
Pedido de Intervenção Municipal/Estadual	1
Pedido de Providências	1
Precatório	1.070
Processo Administrativo	17
Reclamação	5
Recurso de Decisão	2
Reexame Necessário	137
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	316
Outros	4
Total	14.121
Atividades da Procuradoria de Justiça Criminal	
Pareceres	Quantidade
Agravo de Instrumento	9
Apelação Criminal	4.887
Apelação do ECA	49
Carta Testemunhável	5
Conflito de Jurisdição	46
Embargos Infringentes	17
Exceção de Suspeição	8
Habeas-Corpus	2.049
Mandado de Segurança	33
Pedido de Desaforamento	9
Reclamação	27
Recurso de Agravo	487
Recurso de Habeas-Corpus	1
Recurso Ordinário Crime	682
Revisão Criminal	126
Outros	9
Total	8.444

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Santa Catarina

7 Atividades dos Promotores de Justiça

Os Promotores de Justiça, como Órgãos de Execução, realizaram as seguintes atividades no ano de 2007:

7.1 Na Área Criminal

ATIVIDADES DA ÁREA CRIMINAL	2006	2007	Percentual
1 INQ. POLICIAIS/NOT. CRIMINAIS/PROCEDIMENTOS/TERMOS			
1.1 – Remanescentes em gabinete no período anterior	16.568	17.701	6,84%
1.2 – Retornados: delegacia/cartório/outro órgão de origem (antigos)	54.294	72.071	32,74%
1.3 – Recebidos/instaurados no período (somente os novos)			
a) Procedimentos de Investigação Criminal (PICs) instaurados	743	811	9,15%
b) meio ambiente	5.408	4.717	-12,78%
c) consumidor	380	599	57,63%
d) moralidade administrativa	307	289	-5,86%
e) idosos	81	121	49,38%
f) pessoas portadoras de deficiência	3	7	133,33%
g) preconceito racial	7	10	42,86%
h) ordem tributária	1.823	1.750	-4,00%
i) Código Penal Militar	1.437	1.396	-2,85%
j) outras infrações de menor potencial ofensivo	45.343	46.495	2,54%
k) área comum/outros	57.737	66.308	14,84%
1.4 TRANSAÇÕES PENAIS:			
a) meio ambiente	2.053	1.918	-6,58%
b) consumidor	100	181	81,00%
c) moralidade administrativa	4	16	300,00%
d) idosos	14	15	7,14%
e) pessoas portadoras de deficiência	0	1	-
f) ordem tributária	151	79	-47,68%
g) Código Penal Militar	47	46	-2,13%
h) outras infrações de menor potencial ofensivo	9.949	10.702	7,57%
i) área comum/outros	3.774	4.026	6,68%
1.5 Arquivados:			
a) Procedimento de Investigação Criminal (PICs)	114	101	-11,40%
b) meio ambiente	497	538	8,25%
c) consumidor	74	140	89,19%
d) moralidade administrativa	83	95	14,46%
e) idosos	39	25	-35,90%
f) pessoas portadoras de deficiência	2	2	0,00%
g) preconceito racial	1	4	300,00%
h) ordem tributária	945	700	-25,93%
i) Código Penal Militar	844	563	-33,29%
j) outras infrações de menor potencial ofensivo	20.459	21.619	5,67%
k) área comum/outros	18.530	20.985	13,25%

1.6 Baixados para diligência	25.177	29.701	17,97%
1.7 Extinção da punibilidade pelo cumprim. da transação formalizada	12.773	12.996	1,75%
1.8 Remetidos a outra Promotoria e demais sit. de baixa estatística	43.186	60.650	40,44%
1.9 Denúncias oferecidas:			
a) meio ambiente	1.293	1.415	9,44%
b) consumidor	101	202	100,00%
c) moralidade administrativa	76	71	-6,58%
d) idosos	14	33	135,71%
e) pessoas portadoras de deficiência	3	1	-66,67%
f) preconceito racial	0	0	-
g) ordem tributária	658	902	37,08%
g.1) valor nominal sonegado (em milhares de R\$)	118.022	68.703	-41,79%
h) lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	1	1	0,00%
i) Código Penal Militar	235	189	-19,57%
j) outras infrações de menor potencial ofensivo	4.307	4.729	9,80%
k) área comum/outros	20.926	22.734	8,64%
1.10 Passam para o período seguinte	17.701	16.895	-4,55%
2 TIPOS PENAS DENUNCIADOS			
2.1 ÁREA DA COLETIVIDADE/CÓDIGO PENAL MILITAR			
a) meio ambiente	1.285	1.550	20,62%
b) consumidor	104	216	107,69%
c) moralidade administrativa	32	23	-28,13%
d) pessoas portadoras de deficiência	2	1	-50,00%
e) preconceito racial	3	5	66,67%
f) ordem tributária			
f.1) art. 1º, da Lei 8.137/90	180	182	1,11%
f.2) art. 2º, da Lei 8.137/90	472	762	61,44%
f.3) outros contra a ordem tributária	11	11	0,00%
g) Código Penal Militar	231	189	-18,18%
2.2 CÓDIGO PENAL			
2.2.1 Contra a Pessoa			
a) Homicídio	879	778	-11,49%
b) Lesão Corporal	1.627	3.168	94,71%
c) Outros tipos contra pessoa	807	1901	135,56%
2.2.2 Contra o Patrimônio			
a) Furto	6.445	5.926	-8,05%
b) Roubo e extorsão	1.533	1.420	-7,37%
c) Latrocínio	97	49	-49,48%
d) Estelionato e outras fraudes	1.754	1.341	-23,55%
e) Outros tipos contra o patrimônio	1.499	1.520	1,40%
2.2.3 Contra os Costumes			
a) Estupro	270	244	-9,63%
b) Atentado violento ao pudor	264	266	0,76%
c) Outros contra os costumes	132	150	13,64%
2.2.4 Contra administração pública			
a) Peculato	29	38	31,03%

b) Emprego irregular de verbas ou rendas públicas	6	1	-83,33%
c) Concussão	27	22	-18,52%
d) Corrupção passiva	16	11	-31,25%
e) Prevaricação	12	7	-41,67%
f) Desacato/resistência	527	715	35,67%
g) Outros contra a Administração Pública	477	542	13,63%
2.2.5 Outros tipos de Código Penal	1.012	1.113	9,98%
2.3 Tipos previstos em leis especiais:			
2.3.1 Tóxicos			
a) Tráfico	1.576	1.932	22,59%
b) Posse	1.275	747	-41,41%
c) Outros da Lei de Tóxicos	119	236	98,32%
2.3.2 Abuso de autoridade	62	28	-54,84%
2.3.3 Tortura	16	21	31,25%
2.3.4 Crimes da Lei de Armas	2.166	2.174	0,37%
2.3.5 Crimes da Lei de Trânsito	2.499	2.964	18,61%
2.3.6 Crimes Eleitorais	67	38	-43,28%
2.3.7 Crimes de lavagem ou ocult. de bens, direitos e valores	6	1	-83,33%
2.3.8 Outros	1.011	1.307	29,28%
3 CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES			
3.1 Contra a vida	8	14	75,00%
3.2 Lesão corporal e maus tratos	69	83	20,29%
3.3 Abandono e omissão de socorro	47	36	-23,40%
3.4 Contra os costumes			
a) Estupro	110	137	24,55%
b) Atentado violento ao pudor	215	226	5,12%
c) Outros contra os costumes	15	38	153,33%
3.5 Crimes previstos na Lei n. 8.069/90(ECA)			
a) Privação de liberdade - art. 230	0	2	-
b) Constrangimento ilegal - art. 232	7	11	57,14%
c) Produção artística pornográfica - art. 240	1	0	-100,00%
d) Uso de imagem pornográfica - art. 241	1	2	100,00%
e) Submissão à prostituição e exploração sexual - art. 244-A	31	22	-29,03%
f) Outros previstos na Lei n. 8.069/90 (ECA)	110	80	-27,27%
3.6 Abuso de autoridade	1	5	400,00%
3.7 Tortura	19	8	-57,89%
3.8 Outros contra criança e adolescente	64	90	40,63%
4 CRIMES CONTRA IDOSOS			
4.1 Contra a vida	2	1	-50,00%
4.2 Lesão corporal e maus tratos	6	173	2.783,33%
4.3 Abandono e omissão de socorro	1	3	200,00%
4.4 Outros contra os costumes			
a) Estupro	2	0	-100,00%
b) Atentado violento ao pudor	3	2	-33,33%
c) Outros contra os costumes	2	0	-100,00%
4.5 Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/03)			

a) art. 102 - Apropriação/desvio de bens ou valores	12	14	16,67%
b) art. 104 - Retenção de cartão magnético	3	2	-33,33%
c) art. 105 - Veiculação de informações/imagens depreciativas	0	0	-
d) art. 107 - Coação para outorga de procuração	1	1	0,00%
e) art. 108 - Lavra de ato notarial irreg em desfavor do idoso	0	0	-
f) Outros previstos na Lei n. 10.741/03	11	7	-36,36%
4.6 Abuso de autoridade	0	1	-
4.7 Tortura	0	0	-
5 PROCESSOS			
5.1 Remanescentes em gabinete no período anterior	3.423	3.009	-12,09%
5.2 Recebidos no período:			
a) meio ambiente	3.823	5.419	41,75%
b) consumidor	274	386	40,88%
c) moralidade administrativa	595	780	31,09%
d) idosos	20	63	215,00%
e) pessoas portadoras de deficiência	4	3	-25,00%
f) preconceito racial	2	4	100,00%
g) área tributária	2.061	2.434	18,10%
h) Código Penal Militar	679	779	14,73%
i) outras infrações de menor potencial ofensivo	26.837	28.502	6,20%
j) área comum/outros	226.523	273.521	20,75%
5.3 Manifestações:			
5.3.1 alegações finais	15.773	16.520	4,74%
5.3.2 medidas cautelares	3.893	5.107	31,18%
5.3.3 propostas de suspensão condicional do processo	3.036	2.842	-6,39%
5.3.4 execução penal	61.441	60.268	-1,91%
5.3.5 libelos	576	613	6,42%
5.3.6 razões de recursos	1.913	1.899	-0,73%
5.3.7 contra-razões de recursos	3.879	4.470	15,24%
5.3.8 pareceres perante Turma de Recursos	812	320	-60,59%
5.3.9 outras	64.353	85.362	32,65%
5.3.10 intimações diversas	105.555	133.828	26,79%
5.4 Passam para o período seguinte	3.010	3.671	21,96%
6 INTIMAÇÕES DE SENTENÇAS			
6.1 Absolutórias	2.666	3.190	19,65%
6.2 Condenatórias	8.845	10.557	19,36%
6.3 Pronúncia	496	499	0,60%
6.4 Impronúncia	31	49	58,06%
6.5 Desclassificação para juízo comum	183	59	-67,76%
6.6 Absolvição sumária	84	59	-29,76%
6.7 Extinção da punibilidade	28.421	29.925	5,29%
6.8 Outras	27.425	29.249	6,65%
7 TRIBUNAL DO JÚRI - PLENÁRIO			
7.1 Sessões de julgamento	470	621	32,13%
7.2 Réus condenados	359	475	32,31%
7.3 Réus absolvidos	132	165	25,00%

7.4 Decisões desclassificadoras	96	86	-10,42%
8 OUTRAS ATIVIDADES			
8.1 Audiências judiciais	88.849	102.407	15,26%
8.2 Sessões de julgamento dos Conselhos de Justiça Militar	90	63	-30,00%
8.3 Sessões da Turma de Recursos	68	52	-23,53%
8.4 Requerimento de prisão preventiva	1.023	1.286	25,71%
8.5 Pedidos de quebra de sigilo bancário, telefônico/outros	1.375	1.618	17,67%
8.6 Atos de controle externo da atividade policial	482	491	1,87%
8.7 Outras manifestações em procedimentos extrajudiciais	3.018	3.963	31,31%
8.8 Visitas a estabelecimentos penais	212	153	-27,83%
8.9 Atendimento ao público (número de pessoas atendidas)	26.226	29.389	12,06%
9 PENDÊNCIAS COM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO			
9.1 Inquéritos policiais, notícias crim. procedim. e termos	7.834	5.947	-24,09%
9.2 Procedim. de Investigação Criminal - mais de 90 dias	9	65	622,22%
9.3 Processos	959	1.163	21,27%
9.4 Vencidos há mais de 30 (trinta) dias (geral)	5.450	5.174	-5,06%

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Santa Catarina

No ano de 2007, as Promotorias de Justiça receberam para análise, entre inquéritos policiais, notícias criminais e outros procedimentos investigatórios, 194.574 procedimentos, representando um aumento de 16,11% em relação ao total recebido no ano de 2006, quando foram registrados 167.563 procedimentos recebidos.

As Promotorias de Justiça, em face da carga recebida, ofertaram 30.277 denúncias, ultrapassando o volume do ano anterior em 2.663 peças, o que representa um aumento de 9,64% em relação ao ano de 2006. Analisando os dados relativos aos tipos penais denunciados, tem-se que a maior incidência continua a ser no campo dos crimes contra o patrimônio, com 10.256 ocorrências, seguidos dos crimes contra a pessoa, com 5.847 ocorrências, e crimes de tóxicos, com 2.915 ocorrências.

Dos 194.574 inquéritos policiais, notícias criminais e procedimentos investigatórios recebidos para exame em 2007, dos quais 122.503 são novos, 44.772 do total foram arquivados e 29.701 retornaram à origem para a realização de novas diligências.

Foram realizadas em 2007, ainda, 16.984 transações penais, o que representa um acréscimo na ordem de 5,54% em relação ao ano de 2006, quando somaram 16.092. A maior incidência de transações penais foi verificada nas práticas delituosas contra o meio ambiente, com 1.918 registros, totalizando 6,58% a menos em relação ao ano de 2006, quando 2.053 foram concretizadas nesta área, especificamente.

No campo processual, em 2007 anotou-se o recebimento pelas Promotorias de Justiça de 311.891 processos que, somados à pendência do ano de 2006, totalizaram 314.900, verificando-se um aumento de 19,58% em relação ao número de novas entradas registradas no ano de 2006, que foi de 260.818 feitos. Deste total, foram despachados 311.229 processos, o que equivale a um incremento de 19,14% em relação ao ano de 2006, quando 261.231 processos sofreram análise.

Os Promotores de Justiça participaram, em 2007, de 621 sessões do Tribunal do Júri, representando um acréscimo de 32,13% em relação ao ano de 2006, quando foram registrados 470 julgamentos. Também participaram de 102.407 audiências judiciais, 15,26% a mais do que em 2006, cujo número apontou 88.849 audiências.

7.2 Na Área Cível

ATIVIDADES DA ÁREA CÍVEL	2006	2007	Percentual
1 INQUÉRITOS CIVIS/PROCED. ADM./PEÇAS INFORMATIVAS			
1.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	4.552	5.266	15,69%
1.2 Devolvidos à Promotoria pelo CSMP para diligên./outros	203	235	15,76%
1.3 Instaurados/Recebidos no período			
a) meio ambiente	1.360	1.291	-5,07%
b) consumidor	994	1.196	20,32%
c) moralidade administrativa	1.219	1.628	33,55%
d) idosos	346	446	28,90%
e) pessoas portadoras de deficiência	71	106	49,30%
f) saúde	758	921	21,50%
g) fundações	38	46	21,05%
h) outros	694	946	36,31%
1.4 Arquivados			
1.4.1 Sem ajustamento de conduta:			
a) meio ambiente	362	501	38,40%
b) consumidor	369	389	5,42%
c) moralidade administrativa	371	526	41,78%
d) idosos	134	236	76,12%
e) pessoas portadoras de deficiência	27	35	29,63%
f) saúde	205	338	64,88%
g) direitos humanos, cidadania e fundações	90	143	58,89%
h) outros	175	337	92,57%
i) remessa ao MPF ou outro Órgão do MPE	265	499	88,30%
1.4.2 Com ajustamento de conduta:			
a) meio ambiente	409	232	-43,28%
b) consumidor	322	226	-29,81%
c) moralidade administrativa	63	139	120,63%
d) idosos	8	22	175,00%
e) pessoas portadoras de deficiência	15	18	20,00%
f) saúde	155	50	-67,74%
g) fundações	4	1	-75,00%
h) outros	45	42	-6,67%
1.5 Concluídos/anexados à petição inicial	538	566	5,20%
1.6 Representações indeferidas (art. 13, do Ato PGJ 135/00)	159	239	50,31%
1.7 Outras situações de baixa estatística	952	1.225	28,68%
1.8. Ajustamento de conduta em execução	1.473	2.435	65,31%
1.9 Passam para o período seguinte	5.267	6.317	19,94%
2 AÇÕES CIVIS AJUIZADAS			
2.1 Ações civis públicas:			
a) meio ambiente	285	226	-20,70%
b) consumidor	112	70	-37,50%
c) moralidade administrativa	246	246	0,00%
d) idosos	77	109	41,56%

e) pessoas portadoras de deficiência	12	14	16,67%
f) saúde	287	286	-0,35%
g) fundações	8	31	287,50%
h) outras	73	100	36,99%
2.2 Ações diretas de inconstitucionalidade	13	18	38,46%
2.3 No Juízo da Família	219	177	-19,18%
2.4 No Juízo Eleitoral	333	208	-37,54%
2.5 Outras ações	105	256	143,81%
3 PROCESSOS			
3.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	5.394	4.067	-24,60%
3.2 Recebidos no período:			
a) meio ambiente	1.831	2.045	11,69%
b) consumidor	810	616	-23,95%
c) moralidade administrativa	1.810	1.711	-5,47%
d) idosos	215	450	109,30%
e) pessoas portadoras de deficiência	806	1.515	87,97%
f) saúde	1.539	2.862	85,96%
g) fundações	162	73	-54,94%
h) área comum/outros	254.259	257.547	1,29%
3.3 Manifestações:			
3.3.1 Ação civil pública:			
a) meio ambiente	1.104	1.415	28,17%
b) consumidor	366	377	3,01%
c) moralidade administrativa	1.023	1.139	11,34%
d) idosos	137	253	84,67%
e) pessoas portadoras de deficiência	59	82	38,98%
f) saúde	809	1.300	60,69%
g) fundações	47	46	-2,13%
h) outras	649	830	27,89%
3.3.2 Direito de família	71.370	71.251	-0,17%
3.3.3 Inventário/arrolamento (Direito das sucessões)	7.608	7.603	-0,07%
3.3.4 Falência/concordata	2.317	1.822	-21,36%
3.3.5 Fazenda pública	4.853	4.007	-17,43%
3.3.6 Mandado de segurança	4.748	3.810	-19,76%
3.3.7 Ação popular	310	320	3,23%
3.3.8 Registros públicos	6.746	6.867	1,79%
3.3.9 Acidente do trabalho/previdenciário	3.419	3.632	6,23%
3.3.10 Ações indenizatórias	1.675	1.694	1,13%
3.3.11 Ações possessórias/usucapião	3.547	3.913	10,32%
3.3.12 Direito eleitoral	9.595	7.175	-25,22%
3.3.13 Recurso - razões	455	268	-41,10%
3.3.14 Recurso - contra-razões	238	481	102,10%
3.3.15 Recurso - pareceres	246	172	-30,08%
3.3.16 Recurso – manif art. 1º do Ato PGJ/CGMP/n. 178/2001	2.674	3.572	32,98%
3.3.17 Pareceres perante a Turma de Recursos	191	301	33,58%
3.3.18 Manifestações formais (art 1º do Ato PGJ n. 103/2004)	13.584	14.950	10,06%

3.3.19 Outras manifestações	19.744	17.620	-10,76%
3.3.20 Cotas	19.697	20.825	5,73%
3.3.21 Intimações	85.548	91.983	7,52%
3.4 Passam para período seguinte	4.067	3.178	-21,86%
4 OUTRAS ATIVIDADES			
4.1 Audiências judiciais	46.701	4.408	-90,56%
4.2 Sessões da Turma de Recursos	81	91	12,35%
4.3 Assistência em rescisões de contrato de trabalho	12.675	13.508	6,57%
4.4 Atos de fiscalização de fundações	228	167	-26,75%
4.5 Manifestações em habilitações de casamentos	25.249	25.511	1,04%
4.6 Manifestações em procedimentos de parcelam. do solo	3.184	3.053	-4,11%
4.7 Outras manifestações em procedimentos extrajudiciais	10.755	5.349	-50,26%
4.8 Reuniões/audiências extrajudiciais	3.132	3.451	10,19%
4.9 Visitas/inspeções em cartórios	71	33	-53,52%
4.10 Visitas a estabelecimentos que abriguem idosos	46	28	-39,13%
4.11 Visitas a estabel. que abriguem portadores de defic.	9	23	155,56%
4.12 Visitas a estabelecimentos de saúde	89	51	-42,70%
4.13 Visitas a comunidades terapêuticas	39	15	-61,54%
4.14 Visitas a fundações	37	20	-45,95%
4.15 Palestras sobre assuntos institucionais	255	244	-4,31%
4.16 Atos de Instrução ICP/Procedimento Administrativo			
a) Audiências públicas realizadas	232	175	-24,57%
b) Audiências instrutórias de ICP/Procedim. administrativos	1.095	1.342	22,56%
c) Pessoas inquiridas	1.676	2.234	33,29%
d) Requisições e ofícios expedidos	19.419	29.222	50,48%
e) Cartas Precatórias expedidas	97	88	-9,28%
f) Cartas Precatórias cumpridas	102	137	34,31%
4.17 Atendimento ao públ. (número de pessoas atendidas)	61.165	60.557	-0,99%
5 PENDÊNCIAS COM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO			
5.1 Inquéritos civis/proced. adm./peças informativas	2.029	2.389	17,74%
5.2 Processos	1.403	908	-35,28%
5.3 Vencidos há mais de 30 (trinta) dias	2.122	2.337	10,13%

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Santa Catarina

Os dados estatísticos das atividades das Promotorias de Justiça na área cível no ano de 2007 revelam que houve aumento na demanda processual. Nesse ano, foram recebidos 266.819 processos cíveis para exame, o que representa um acréscimo de 2,06% em relação àqueles recebidos no ano de 2006, quando totalizaram 261.432 processos.

A quantidade de intervenções nos processos cíveis pelos Promotores de Justiça também registrou aumento, da ordem de 1,88%. Enquanto que no ano de 2006 foram totalizadas 262.759 intervenções, em 2007 houve registro de 267.708, equivalendo a um aumento de 4.949.

Em 2007, o exercício da atividade de agente interveniente do Ministério Público ficou na casa de 139.950 manifestações de mérito, o que, se confrontado ao exercício de 2006, representa um decréscimo de 2,76%.

Dentre as manifestações processuais, permanece representando a maior fatia aquelas exaradas em processos envolvendo direito de família – 26,62% do total, correspondendo a 71.251 pareceres -, vindo

após os relativos à área de sucessões, num total de 7.603, representando 2,84% do total, seguidos de 7.175 manifestações relativas a direito eleitoral e 6.867 na área de registros públicos.

O número de audiências judiciais que contou com a participação do membro do Ministério Público baixou 5,77% em 2007, em comparação com o ano de 2006. Foram 44.008 audiências em 2007, contra 46.701 no ano anterior.

No exercício do dever legal de atender ao cidadão diariamente, 60.557 pessoas foram recebidas nos gabinetes pelos Promotores de Justiça, número inferior aos 61.165 atendimentos realizados em 2006.

Dentre as atividades extrajudiciais desenvolvidas pelos membros do Ministério Público, merece registro o atendimento a 13.508 rescisões de contrato de trabalho que contaram com a assistência do Promotor de Justiça e a apreciação de 25.511 processos de habilitação de casamento.

Na área da defesa dos direitos difusos e coletivos, houve aumento nas atividades dos órgãos de execução. À exceção da área do meio ambiente, todas as demais destacadas nos relatórios mensais de atividades das Promotorias de Justiça receberam ou instauraram mais inquéritos civis públicos, procedimentos administrativos e peças informativas do que nos anos anteriores.

Foram ajuizadas 1.082 ações civis públicas, o que representa 18 ações a menos do que no ano de 2006 – quando restaram aforadas 1.100 ações –, importando em diminuição de 1,64%.

Na área de defesa dos direitos humanos, da cidadania e das fundações, com preocupação, anota-se a redução do número de visitas a estabelecimentos diversos realizadas por Promotores de Justiça, estando registradas 28 visitas a abrigos de idosos, 23 a abrigos de portadores de deficiência, 51 a estabelecimentos de saúde, 15 a comunidades terapêuticas e 15 visitas a fundações.

Ainda, em 2007, foram realizadas 175 audiências públicas, além de 1.342 outras para instrução de inquéritos civis e procedimentos administrativos no âmbito das Promotorias de Justiça.

7.3 Na Área da Infância e Juventude

ATIVIDADES DA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	2006	2007	Percentual
I - DA ÁREA DOS ATOS INFRACIONAIS			
1 NOTÍCIAS DE ATOS INFRACIONAIS			
1.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	748	524	-29,95%
1.2 Autos de apreensão/Boletins circunstanciados/outros	19.486	19.444	-0,22%
1.3 Ajustes de relatório			
a) ajuste pelo número de adolescentes infratores em Aapr/BC	439	293	-33,26%
b) ajuste por Aapr/BC reunidos	270	53	-80,37%
1.4 Arquivamentos promovidos	2.574	1.987	-22,80%
1.5 Remissões concedidas:			
a) simples	1.020	852	-16,47%
b) com medida sócio-educativa:	6.304	5.732	-9,07%
b.1) advertência	4.055	3.596	-11,32%
b.2) obrigação de reparar o dano	293	261	-10,92%
b.3) prestação de serviços à comunidade	2.421	2.525	4,30%
b.4) liberdade assistida	665	714	7,37%
1.6 Representações de atos infracionais oferecidas	2.135	2.390	11,94%
1.7 Outras situações de baixa estatística	7.846	8.740	11,39%

1.8 Passam para o período seguinte	524	507	-3,24%
2 ATOS INFRACIONAIS REPRESENTADOS			
2.1 Contra a Pessoa			
a) Homicídio	137	138	0,73%
b) Lesão corporal	161	127	-21,12%
c) Ameaça	109	93	-14,68%
d) Outros	67	58	-13,43%
2.2 Contra o Patrimônio			
a) Furto	1.019	861	-15,51%
b) Roubo e extorsão	262	261	-0,38%
c) Latrocínio	13	15	15,38%
d) Estelionato e outras fraudes	18	14	-22,22%
e) Outros	106	93	-12,26%
2.3 Contra costumes			
a) Estupro	21	23	9,52%
b) Atentado violento ao pudor	53	69	30,19%
c) Outros	10	8	-20,00%
2.4 Tóxicos			
a) Tráfico	152	298	96,05%
b) Posse	113	123	8,85%
c) Outros	10	10	0,00%
2.5 Estatuto do desarmamento	103	106	2,91%
2.6 Contra Idosos (Estatuto do Idoso)	1	2	100,00%
2.7 Trânsito	111	77	-30,63%
2.8 Outros	106	87	-17,92%
3 ATOS INFRACIONAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES			
3.1 Homicídio	21	11	-47,62%
3.2 Contra os costumes	29	54	86,21%
3.3 Tortura	2	0	-100,00%
3.4 Outros	53	43	-18,87%
4 PROCESSOS/AUDIÊNCIAS			
4.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	461	240	-47,94%
4.2 Recebidos no período	30.401	29.358	-3,43%
4.3 Manifestações/Audiências:			
a) Alegações finais	1.181	1.255	6,27%
b) Razões de recurso	22	39	77,27%
c) Contra-razões de recurso	89	129	44,94%
d) Pareceres em execução de medidas	9.695	9.688	-0,07%
e) Outras promoções	6.093	6.089	-0,07%
4.4 Intimações diversas	13.542	12.114	-10,54%
4.5 Passam para o período seguinte	240	284	18,33%
4.6 Cartas precatórias (Ato CGMP 03/01)			
a) Expedidas	256	237	-7,42%
b) Recebidas para cumprimento	370	337	-8,92%
II - DA ÁREA CÍVEL			
5 INQUÉRITOS CIVIS/PEÇAS INFORMATIVAS/REPRESENTAÇÕES			

5.1 Vindos do período anterior	242	283	16,94%
5.2 Notícias/Inquéritos civis/Proc adm/Representações	989	1.235	24,87%
5.3 Avisos por infreqüência escolar	780	581	-25,51%
5.4 Avisos por maus-tratos	545	508	-6,79%
5.5 Arquivados/Indeferidos:			
a) Inquéritos civis/procedimentos administrativos:			
a.1) sem ajustamento de conduta	265	307	15,85%
a.2) com ajustamento de conduta	35	54	54,29%
a.3) indeferidos	36	52	44,44%
b) Avisos por infreqüência escolar			
b.1) crianças ou adolescentes que retornaram à escola	512	335	-34,57%
b.2) crianças ou adolescentes que não retornaram à escola	180	158	-12,22%
c) Avisos por maus-tratos			
c.1) violência física/psicológica	181	139	-23,20%
c.2) exploração sexual infanto-juvenil	64	106	65,63%
c.3) outras situações de maus-tratos	186	153	-17,74%
5.6 Inq. civil/proc. adm. concluído/anexado à inicial	377	227	-39,79%
5.7 Ajustamentos de conduta em execução	15	153	920,00%
5.8 Outras situações de baixa estatística	437	562	28,60%
5.9 Passam para o período seguinte	283	514	81,63%
6 AÇÕES CIVIS AJUIZADAS			
6.1 Ações civis públicas	117	144	23,08%
6.2 Ações diretas de inconstitucionalidade	0	0	-
6.3 Apuração de infração administrativa	102	186	82,35%
6.4 Cautelares	68	79	16,18%
6.5 Destituição/suspensão do poder familiar	330	343	3,94%
6.6 Mandado de Segurança	51	6	-88,24%
6.7 Medidas de proteção	571	490	-14,19%
6.8 Outras	189	224	18,52%
7 PROCESSOS			
7.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	493	387	-21,50%
7.2 Recebidos	37.479	35.176	-6,14%
7.3 Manifestações/pareceres:			
a) Adoção			
a.1) por brasileiros	1.636	1.447	-11,55%
a.2) por estrangeiros	45	54	20,00%
b) Alegações finais	629	677	7,63%
c) Alimentos	1.539	1.637	6,37%
d) Cadastro de adotantes	1.782	1.577	-11,50%
e) Cautelares	252	384	52,38%
f) Infrações administrativas	496	682	37,50%
g) Mandado de Segurança	20	29	45,00%
h) Recursos			
h.1) Razões de recurso	30	21	-30,00%
h.2) Contra-razões de recurso	75	152	102,67%
h.3) Pareceres em recurso	57	48	-15,79%

i) Outros pareceres	8.421	7.384	-12,31%
j) Outras manifestações	11.312	10.679	-5,60%
k) Intimações diversas	11.291	10.501	-7,00%
7.4 Passam para o período seguinte	387	291	-24,81%
8 OUTRAS ATIVIDADES			
8.1 Audiências judiciais	9.132	9.472	3,72%
8.2 Audiências de apresentação (n. de adolescentes)	10.163	9.639	-5,16%
8.3 Audiências/Reuniões ICP/Procedimentos Administrativos	323	318	-1,55%
8.4 Recomendações e orientações	467	611	30,84%
8.5 Reuniões/Audiências extrajudiciais	467	1.044	123,55%
8.6 Palestras sobre assuntos institucionais	174	181	4,02%
8.7 Visitas a entidades de atendim. ao autor de ato infrac.	1.099	64	-94,18%
8.8 Visitas a abrigos e outras entidades de atendimento	186	204	9,68%
8.9 Atendimento ao público (número de pessoas)	16.824	15.259	-9,30%
9 PENDÊNCIAS COM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO			
9.1 Procedimentos de apuração de ato infracional	101	144	42,57%
9.2 Notícias de atos infracionais	114	20	-82,46%
9.3 Inquéritos civis/Procedimentos Administrativos	64	28	-56,25%
9.4 Procedimento de Investig. Criminal (PIC) mais de 90 dias	0	0	-
9.5 Processos	122	78	-36,07%
9.6 Vencidos há mais de 30 dias	230	88	-61,74%

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Santa Catarina

As Promotorias de Justiça da área da infância e juventude receberam para análise, no ano de 2007, um total de 19.790 notícias de atos infracionais, número 2,01% menor em relação ao verificado no ano de 2006, cujo total alcançou 20.195 comunicações desta espécie.

Por conta destas notícias, foram apresentados em audiência aos Promotores de Justiça 9.639 adolescentes indiciados como autores de atos infracionais, decorrendo daí o oferecimento de 2.390 representações, importando num aumento de 11,94% em relação ao ano de 2006, quando foram ajuizadas 2.135 representações, significando aquele número 2.463 tipos infracionais.

As remissões concedidas beneficiaram 6.584 adolescentes – número que é 10,1% inferior àquelas concedidas em 2006, quando alcançaram 7.324. Das remissões concedidas, 852 foram simples, ou seja, sem a cumulação de qualquer medida sócio-educativa, 3.596 cumuladas com medida sócio-educativa de advertência, 261 cumuladas com medida sócio-educativa de reparação do dano, 2.525 cumuladas com medida sócio-educativa de prestação de serviço à comunidade e 714 cumuladas com medida sócio-educativa de liberdade assistida.

Dentre os atos infracionais representados, a maior incidência continuou sendo pela prática de furto, com 861 ocorrências, muito embora esse número seja 15,51% inferior ao apresentado em 2006. Os homicídios com autoria atribuída a adolescentes totalizaram 138 ocorrências no ano de 2007, contra 137 registradas em 2006.

Vale salientar também que a incidência da prática infracional por tráfico de drogas aumentou 96,05% em 2007, com 298 atos infracionais representados contra 152 no exercício passado.

No último ano, as Promotorias de Justiça com atuação na área da infância e juventude receberam 581 avisos por infrequência escolar, instrumento concebido no Programa de Combate à Evasão Escolar – APÓIA – para dar conhecimento ao Promotor de Justiça da falta das crianças à escola, a fim de que adote as medidas legais para o seu retorno aos bancos escolares. Destes casos avisados ao Ministério

Público com a intervenção dos Promotores de Justiça através de providências extrajudiciais, foi possível o retorno de 335 crianças ou adolescentes à escola, representando 57,65% do total comunicado. Comparado com os resultados de 2006, constata-se, por este instrumento de aferição, que as comunicações de evasão escolar diminuíram 25,51%.

Na área da defesa dos direitos difusos e coletivos das crianças e dos adolescentes, entre inquéritos civis públicos, notícias e representações recebidas e procedimentos administrativos preliminares instaurados, as Promotorias de Justiça apresentaram 1.235 ocorrências, sendo celebrados 54 termos de ajustamento de conduta, com o conseqüente arquivamento dos procedimentos. Foram arquivados também 307 procedimentos sem a celebração de ajuste de conduta.

Foram ajuizadas 1.472 ações civis, sendo 144 ações civis públicas, 490 ações visando à adoção de medidas de proteção ou à verificação de situação de risco de criança ou adolescente, 343 ações de destituição ou suspensão do poder familiar, 79 medidas cautelares, 186 ações para apuração de infração administrativa por entidade de atendimento à criança ou adolescente, impetrados 6 mandados de segurança e aforadas 224 outras ações.

Na área cível da infância e juventude, as Promotorias de Justiça receberam 35.176 processos, representando um decréscimo de 6,14% em relação ao ano de 2006, emitindo 24.771 manifestações de mérito, registradas ainda 10.501 intimações diversas.

Além destas atividades, merece também registro o número de 15.259 pessoas atendidas no ano de 2007 e 204 visitas a entidades e abrigos de atendimento a crianças e adolescentes.

8 Atividades dos Órgãos Auxiliares

8.1 Da Secretaria-Geral do Ministério Público

A Secretaria-Geral do Ministério Público, como Órgão Auxiliar de apoio administrativo e logístico, realizou as atividades abaixo descritas:

Espécie	Quantidade
Correspondências recebidas	9.487
Correspondências expedidas	3.484
Portarias	3.479
Atos Normativos	36
Contratos	22
Publicações oficiais – IOESC	426
Escalas de Plantão nas Promotorias de Justiça	12
Processos de Seleção de Estagiários	99
Autuações de Processos	372

Dentre as atividades desenvolvidas, merecem destaque o registro e o trâmite, por meio do Protocolo Eletrônico, de toda a documentação remetida à Procuradoria-Geral de Justiça e a posterior distribuição aos setores competentes; a definição de projetos institucionais; a deflagração de processos licitatórios; a elaboração de balancetes; acompanhamento de receitas; a gestão de orçamento; a emissão de empenhos; emissão de ordens de pagamento; a análise de requerimentos formulados por servidores; as reuniões do FERMP e de Comissões; o controle de patrimônio; a redação de ofícios e expedientes do Procurador-Geral de Justiça, dos Subprocuradores-Gerais de Justiça e do Secretário-Geral do Ministério

Público; a elaboração de despachos, comunicações eletrônicas, declarações, certidões, portarias e atos normativos, além de convênios e de acordos de cooperação técnica, incluindo registro e controle de implantação; o registro e autuação de procedimentos administrativos; a deflagração do processo de seleção de estagiários; a elaboração de portarias de designação de membros do Ministério Público; a elaboração da portaria mensal de indicação dos Promotores de Justiça para atuar perante as zonas eleitorais; a designação dos Coordenadores Administrativos; a remessa dos atos oficiais para publicação na internet e na imprensa oficial; o apoio e assessoria aos Assessores do Procurador-Geral de Justiça; a realização de intimações de decisões administrativas; a execução de atividades de arquivo e atualização; o agendamento de compromissos institucionais; a recepção telefônica dos membros e servidores da Instituição, com orientações de procedimentos acerca de diárias, viagens, férias, licenças, fornecimento de móveis e de equipamentos; a autenticação de documentos; a reprografia de documentos e o controle das publicações no Diário Oficial, com o respectivo registro.

8.2 Da Ouvidoria

A Ouvidoria, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Classificação	Total
1 MEIOS DE ACESSO UTILIZADOS	2.172
Contato pessoal	52
Contato telefônico	52
E-mail	173
Formulário eletrônico	1.829
Outros	64
Via postal	2
2 TIPO DE MANIFESTAÇÃO	2.172
2.1 Crítica ou Reclamação	247
Retardamento de atos de ofício	18
Omissão ou desídia	14
Recusa de atendimento ou trato descortês	8
Deficiência técnica no exercício da função	7
Incontinência verbal ou inadequação de linguagem	4
Conduta funcional ou social inconveniente	7
Parcialidade	1
Excesso de rigor ou de zelo	5
Outros	183
2.2 Denúncia	1.187
Retardamento de atos de ofício	7
Omissão ou desídia	8
Deficiência técnica no exercício da função	2
Conduta funcional ou social inconveniente	2
Incontinência verbal ou inadequação de linguagem	11
Parcialidade	1
Favorecimento, conluio ou prevaricação	1
Percepção de vantagens pessoais indevidas	1
Abuso dos poderes do cargo	8

Atos de improbidade administrativa	378
Infrações ambientais	206
Violações a direitos do consumidor	125
Violações a direitos da cidadania	124
Violações a direitos da infância e idosos	43
Infrações penais diversas	165
2.3 Outros	105
2.4 Elogio	22
Desempenho funcional	12
Presteza no atendimento	4
Iniciativas judiciais	3
Iniciativa administrativa ou extrajudicial	1
Posicionamento político-institucional	2
2.5 Informação	649
Iniciativas e procedimentos	29
Situação de processos	20
Órgãos e serviços do Ministério Público	183
Órgãos e serviços externos	60
Consultoria jurídica de interesse pessoal	215
Consultoria jurídica de interesse coletivo	91
Outros	51
2.6 Outros	27
2.7 Sugestão e comentário	40
Posicionamento político-institucional	2
Adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais	18
Adoção de procedimentos disciplinares	1
Alteração de rotinas e procedimentos	1
Outros	18
3 ORIGEM DAS MANIFESTAÇÕES	2.172
Parlamentares	9
Administradores Públicos	1
Integrantes do Ministério Público	6
Integrantes do Judiciário	6
Profissionais liberais	530
Estudantes	190
Entidades civis ou sindicais	11
Servidores públicos	392
Imprensa	10
Empresários	85
Aposentados	63
Estrangeiros	3
Qualificação não informada	327
Fontes anônimas	139
Outra	400
4 SETORES VISADOS PELAS MANIFESTAÇÕES	2.172
Procuradoria-Geral	13

Corregedoria-Geral	1
Procuradorias de Justiça	17
Ouvidoria	79
Promotorias de Justiça	176
Comissão de Concurso	35
Centros de Apoio	46
Outros órgãos do MPSC	37
Órgãos Federais	98
Órgãos Estaduais	451
Órgãos Municipais	464
Pessoas jurídicas privadas	416
Pessoas físicas	207
Outros	132
5 ENCAMINHAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES	2.172
Arquivadas por impertinente	235
Devolvidas para envio a outros órgãos	136
Remetidas ao Corregedor-Geral	4
Remetidas a outros órgãos do MPSC	999
Solucionadas pela Ouvidoria	702
Outros	96
TOTAL GERAL	2.172

8.3 Dos Centros de Apoio Operacional

8.3.1 Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA)

O Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações recebidas para apoio a órgãos de execução	269
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	10
Atos de apoio realizados a órgãos de 1º grau	122
Pesquisas realizadas	52
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	85
Palestras ministradas	21
Participações em reuniões	72
Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	22
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	99
Ofícios, e-mails e fax expedidos	804
Ofícios, e-mails e fax recebidos	1.286
Pessoas atendidas (do público externo)	36
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	45

8.3.1.1 Estratégias estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área da moralidade administrativa ocorreu, prioritariamente, nos campos da prevenção e da repressão dos atos de improbidade administrativa.

8.3.1.2 Prevenção da improbidade administrativa

Visando atender ao planejamento estratégico para o ano de 2007, com a prevenção de atos de improbidade administrativa, o Centro de Apoio engajou-se com o TCE na realização do “X Ciclo de Estudos de Controle da Administração Municipal”, com 12 eventos nas regiões do Estado, com palestras para administradores públicos municipais.

A Coordenação do Centro participou de dois encontros do GNCOPP (Grupo Nacional de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público), agora denominado Comissão Permanente de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público, grupo ligado ao Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, que congrega todos os Ministérios Públicos brasileiros, onde, além da troca de subsídios e identificação de prioridade de enfrentamento nacionais na área de defesa do patrimônio público, foram traçadas as metas a serem cumpridas no ano de 2008.

8.3.1.3 Repressão de atos de improbidade administrativa

Deu-se continuidade às ações já desencadeadas de forma intensificada, visando à integração com o Tribunal de Contas do Estado, com a Assembléia Legislativa, com o Tribunal de Justiça, com o Poder Executivo e com as Câmaras de Vereadores, no sentido de serem ampliadas as fontes alimentadoras da Instituição, buscando, especialmente, coibir as fraudes em procedimentos licitatórios; o enriquecimento ilícito de agentes públicos; os desvios de verbas públicas e gastos indevidos; a ilegalidade no recebimento de honorários de sucumbência por parte dos procuradores municipais, com vistas à cessação de irregularidades e à reversão ao erário das quantias recebidas indevidamente; o superfaturamento de obras, produtos e serviços; as fraudes em concursos públicos; os desvios de finalidade e o abuso de poder; as contratações irregulares de funcionários; a publicidade irregular e a doação indevida de bens imóveis por parte de entes públicos.

8.3.1.4 Atividades realizadas

O CMA gerencia o Programa de Combate ao Nepotismo no Serviço Público no Estado de Santa Catarina, iniciado em 1º de junho de 2006, através do Inquérito Civil n. 02/2006, da Procuradoria-Geral de Justiça, cujo objetivo é efetuar diagnóstico no âmbito municipal, objetivando identificar os casos de nepotismo.

A efetivação do Programa teve como desdobramento nas Comarcas do Estado, após identificados os casos de nepotismo no serviço público municipal, tanto no âmbito do Executivo como do Legislativo, a formatação de Termos de Compromisso de Ajustamento de Condutas, visando à exoneração dos cargos comissionados configuradores do nepotismo, bem como a impelir os poderes municipais a legislar sobre a matéria, nos termos propostos no TAC, ou, em caso de não ajustamento, o ajuizamento de ações civis públicas, visando à exoneração e à proibição de novas contratações. Até o momento, alcançaram-se os seguintes objetivos (tais informações são baseadas no material enviado pelos Promotores de Justiça):

- a) Ações Civis Públicas Ajuizadas: 35
- b) Termos de Ajustamentos de Condutas firmados: 154
- c) ICs e PAPs instaurados: 160
- d) Arquivados (ICs e PAPs): 33

Cabe ser destacado que, no ano de 2007, o Centro de Apoio Operacional da Moralidade Adminis-

trativa imprimiu relevância à atividade de apoio, visando a um rápido atendimento das demandas pontuais que os Promotores de Justiça se deparam no dia-a-dia da atividade desenvolvida na Comarca.

Nesta linha de atuação é que a Procuradoria-Geral de Justiça e a Coordenação-Geral do CMA identificaram a necessidade de criação de órgão próprio para atendimento da demanda nos procedimentos investigatórios e processos judiciais que tratam de autoridades com foro privilegiado e de atribuição do Procurador-Geral, sendo, então, criado, pelo Ato n. 251/2007, de 16 de julho de 2007, o Grupo Especial de Apoio ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

No aspecto organizacional interno, visando ao apoio aos Órgãos de Execução, a Coordenação do CMA identificou a necessidade de aprimoramento do suporte técnico, o que foi obtido com a reestruturação pela Procuradoria-Geral de Justiça da Coordenadoria de Auditoria e Controle, criando o Setor de Auditoria e Suporte aos Órgãos de Execução de 1º e 2º graus e Centros de Apoio (Portaria PGJ n. 3.529/2007).

8.3.1.5 Resultados obtidos

Convém ser ressaltado, segundo o que revela o relatório de atividades do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa, que no ano de 2007 estreitou-se o contato com os Órgãos de Execução, aprimorando-se o apoio operacional.

Avançou-se no Programa de Combate ao Nepotismo no Serviço Público, neste primeiro momento voltado às administrações municipais, já banindo o nepotismo em cerca 50% dos Municípios do Estado.

O Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa, como Órgão de Execução por delegação, até a criação do Grupo Especial de Apoio ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, pelo Ato n. 251, de 16 de julho de 2007, realizou as seguintes atividades:

Atividade Criminal	
Espécie	Quantidade
Remanescentes do período anterior	197
Procedimentos de Investigação Criminal - PIC/ Notícias criminais/PROT	126
Inquéritos Policiais	20
Arquivados	12
Remetidos a outros órgãos	68
Indeferimento de instauração de PIC	21
Requisição de Inquérito Policial/Baixa Delegacia	7
Denúncias	10
Portarias de instauração de PIC	18
Despachos motivados de instrução	80
Passam para o período seguinte	225
Audiências judiciais	2
Atividade Cível	
Espécie	Quantidade
Remanescentes do período anterior	24
Inquéritos Cíveis, Procedimentos de Administrativos Preliminares - PAP/ Peças Informativas	14
Arquivados	3
Remetidos a outros órgãos	5
Portarias de instauração de PAP/IC	1
Despachos motivados de instrução	29

Passam para o período seguinte	30
Processos Judiciais	
Espécie	Quantidade
Remanescentes do período anterior	0
Recebidos	27
Alegações Finais	1
Manifestações diversas	11
Recebimento de denúncia	12
Arquivamento	0
Passam para o período seguinte	2

8.3.2 Centro de Apoio Operacional Criminal (CCR)

O Centro de Apoio Operacional Criminal, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de Apoio a órgãos de execução recebidas	2.350
Atos de apoio realizados a órgãos de 1º grau	2.337
Pesquisas realizadas	2.390
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	191
Palestras ministradas	24
Eventos promovidos	1
Participação em reuniões	99
Participação em audiências públicas	3
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	19
Participação em órgãos externos representando a Instituição	20
Ofícios, e-mails e fax recebidos	2.278
Ofícios, e-mails e fax expedidos	3.461
Pessoas atendidas (do público externo)	43
Outras atividades de apoio	2.159
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	31

8.3.2.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área criminal ocorreu, prioritariamente, nos campos da prevenção de delitos; da repressão à criminalidade organizada, à macrocriminalidade e à criminalidade de elevada repercussão social; da execução penal e do controle externo da atividade policial.

8.3.2.2 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além dos resultados já retratados na tabela acima, foram realizadas as seguintes atividades na área criminal relacionadas com o Plano Geral de Atuação:

a) Programas:**a.1) Programa Integrado de Proteção de Interesses Difusos e Coletivos afetos à Segurança Pública**

Objetiva incentivar e dar suporte para o Promotor de Justiça implantar, no âmbito da sua Comarca, as diretrizes e operações nele previstas. O programa envolve órgãos públicos de diversas áreas, objetivando uma atuação conjunta, preferencialmente preventiva e, se necessário, repressiva, com vista à redução dos índices de criminalidade, além do seu caráter pedagógico e de orientação, com a aplicação de sanções administrativas e adoção das providências cabíveis, encaminhando-se as ocorrências e autuações aos representantes do Ministério Público, para a promoção das ações no âmbito penal e civil, cada qual nas suas respectivas áreas de atuação.

a.2) Programa de Acesso e Compartilhamento de Dados e Informações

Visa a desenvolver, prioritariamente, as atividades de coleta e busca de dados de inteligência, estabelecendo os canais de ligação formais e informais, que permitam o acompanhamento e a investigação de temas, dentre os quais o crime organizado, o narcotráfico e os delitos conexos, a violência urbana e rural, as estruturas de segurança pública e ameaças potenciais a instituições democráticas e à sociedade. O compartilhamento de dados com os diversos órgãos detentores de informações úteis a auxiliar o Ministério Público na investigação criminal é medida que se impõe para o êxito no desempenho da função de persecução penal.

Neste contexto, buscou-se a celebração de convênios com diversas instituições, de modo a ser disponibilizado o acesso às informações aos membros do Ministério Público. Concedido o acesso, o Centro de Apoio Operacional Criminal ou as instituições conveniadas encaminham as senhas aos Procuradores e Promotores de Justiça interessados, que poderão fazer as consultas diretamente ou por meio de senha do Centro de Apoio Operacional Criminal.

O presente programa também tem por finalidade a melhoria no compartilhamento de peças processuais e informações entre os membros do Ministério Público, facilitando o acesso aos dados produzidos dentro da própria Instituição.

a.2.1) Ações:

a.2.1.1) No primeiro semestre de 2007, foram acrescentados ao Programa de Acesso a Dados e Informações Compartilhadas, os acesso *on line* à base de clientes da Celesc, da Federação Catarinense das Câmaras do Diretores Lojistas (FCDL) e do Departamento Estadual de Trânsito.

A Celesc, mediante convênio, comprometeu-se em cadastrar 40 usuários deste Ministério Público, que serão habilitados para consulta ao sistema informatizado que administra seus mais de 4 milhões de clientes no Estado.

O convênio firmado com a FCDL prevê que os Procuradores e Promotores de Justiça que desejarem poderão obter acesso às informações consignadas no sistema informatizado daquela entidade, que contempla informações relativas aos dados básicos de pessoas cadastradas no referido sistema pelos estabelecimentos conveniados à FCDL, reportando, também, as últimas 10 consultas efetuadas por usuários do sistema e informações relativas ao Serviço de Proteção ao Crédito, além de proporcionar consulta à Rede Nacional de Informações Comerciais (RENIC), de abrangência nacional.

a.2.1.2) Ainda durante o primeiro semestre do corrente ano, foram cadastrados os primeiros usuários do MPSC para acessar o sistema informatizado do Departamento Estadual de Trânsito, por meio do DetranNet. Assim, foram cadastrados diversos Procuradores e Promotores de Justiça que, a partir de então, passaram a ser usuários do DetranNet, com acesso a todas as informações relativas aos veículos registrados no Estado de Santa Catarina, tais como dados básicos do proprietário, dados do veículo,

listagem de multas e infrações, processos administrativos, cadeia dominial, veículos anteriormente registrados em nome do pesquisado etc.

a.3) Programa Execução Regular da Pena:

O presente programa visa a propiciar suporte técnico-jurídico aos Promotores de Justiça com atribuição junto às varas de execução penal, no intuito de exercerem a fiscalização do sistema prisional, objetivando o correto cumprimento das penas impostas pelos Juízes de Execução Penal do Estado de Santa Catarina e das normas relativas ao encarceramento, contribuindo para a reinserção do egresso à sociedade.

a.3.1) Ações:

a.3.1.1) No início do semestre, em atendimento a solicitações de alguns Promotores de Justiça, em virtude da situação calamitosa encontrada nas celas anexadas junto às Delegacias de Polícia locais, que além da falta de estrutura básica abrigavam presos provisórios e até mesmo condenados, foram realizadas inspeções nas cadeias públicas das seguintes Comarcas: Capital, Palhoça, Itapema, Brusque, Balneário Camboriú, Urussanga, Laguna, Braço do Norte, Porto União, Maravilha, Mondaí, São José do Cedro, Dionísio Cerqueira e Campo Erê.

a.3.1.2) As inspeções resultaram em ações civis públicas ajuizadas nas Comarcas de Itapema e Brusque.

a.3.1.3) As vistorias desencadearam, também, mas sem a necessidade de interposição de medida judicial, a remoção dos presos que cumpriam pena nas cadeias de Maravilha e Braço do Norte.

a.4) Programa de Execução do Controle Externo da Atividade Policial:

Objetiva implementar ações ordenadas no sentido de dar efetividade ao exercício da função constitucional do Ministério Público no acompanhamento da atividade policial, bem como buscar uma maior integração entre o Ministério Público, como órgão de controle externo, e os órgãos policiais encarregados do controle interno, com o propósito de melhorar os níveis de cooperação e solidariedade funcional, entre as instituições policiais e o Ministério Público, e potencializar a efetividade da Justiça.

a.4.1) Ações:

a.4.1.1) Verificações nas Delegacias de Polícia das Comarcas de Orleans, Itapema, Brusque, Balneário Camboriú, Urussanga, Laguna, Braço do Norte, Porto União, Maravilha, Mondaí, São José do Cedro, Dionísio Cerqueira, Campo Erê, Mafra, Canoinhas, São Francisco do Sul e Palhoça.

Aspectos qualitativos das atividades dos Órgãos de Execução	
Contra-razões em recurso de apelação (art. 600, §º 4º, CPP)	
Recebidos no exercício do ano	388
Pareceres exarados	393
Passam para o exercício seguinte	0

8.3.3 Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária (COT)

O Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a Órgãos de Execução recebidas	1.705
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	1
Atos de apoio realizados a órgãos de 1º grau	1.704
Pesquisas realizadas	1.712
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	5
Palestras ministradas	2
Eventos promovidos	2
Participação em reuniões	25
Participação em audiências públicas	2
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	2
Ofícios, e-mails e fax expedidos	704
Ofícios, e-mails e fax recebidos	520
Pessoas atendidas (do público externo)	5
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisiva	1

8.3.3.1 Estratégias estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área da ordem tributária ocorreu, prioritariamente, na continuidade da articulação entre o Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária e as Promotorias de Justiça, com os órgãos responsáveis pela fiscalização tributária do Estado e dos Municípios catarinenses, com o Ministério Público Federal e a Secretaria da Receita Federal, objetivando uma efetiva repressão às infrações penais tributárias.

8.3.3.2 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além dos resultados já descritos, foram realizadas as seguintes tarefas na área da ordem tributária:

a) Programas:

a.1) Programa de Repressão aos Crimes Contra a Ordem Tributária

O Programa de Repressão aos Crimes contra a Ordem Tributária tem por objetivo diminuir a supressão e a redução ilegais de tributos municipais e estaduais, tendo como indicador o índice de combate aos crimes contra a ordem tributária. No primeiro semestre de 2007 todas as 110 (cento e dez) Promotorias de Justiça com atribuição para combater a sonegação fiscal receberam Relatórios de Notificações Fiscais, retroativos a janeiro de 2005, para incremento das ações penais tributárias. Os referidos Relatórios servem de parâmetro para que o Órgão de Execução possa selecionar o material a ser trabalhado no combate à sonegação fiscal, ou seja, rastrear as Notificações Fiscais que caracterizam crimes tributários para ulterior encaminhamento processual. Em razão do Termo de Cooperação Técnica n. 019/03, firmado entre o Ministério Público de Santa Catarina e a Junta Comercial de Santa Catarina, foram extraídos 1.579 (um mil quinhentos e setenta e nove) contratos sociais e extratos cadastrais de empresas situadas no Estado e remetidos aos Órgãos de Execução para instrumentalizar peças e subsidiar investigações desenvolvidas. Foi remodelada e atualizada a base de peças processuais e extra-processuais contida na Intranet do Ministério Público de Santa Catarina, propiciando a socialização e o compartilhamento do conhecimento a partir de um ambiente virtual que contém inúmeros trabalhos desenvolvidos pelos Promotores de Justiça das mais diversas Comarcas do Estado. Ao todo foram propostas 831 (oitocentas e trinta e uma) ações penais, em 40 (quarenta) Comarcas do Estado, sendo que o valor nominal denunciado envolve a cifra de R\$ 51.725.000,00 (cinquenta e um milhões, setecentos e vinte e cinco mil

reais), significando um incremento de 26% em relação ao número de ações penais ajuizadas no exercício anterior.

Por fim, para dar seguimento às ações do Programa de Repressão aos Crimes Contra a Ordem Tributária, o Centro de Apoio Operacional selecionou, a partir das decisões julgadas com trânsito em julgado no Conselho Estadual de Contribuintes, referente ao ano de 2005, o total de 68 (sessenta e oito) Notificações Fiscais, somente das cidades de Joinville, São José, Florianópolis e Blumenau, que totalizam o valor de R\$ 72.584.189,80 (setenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, cento e oitenta e nove reais e oitenta centavos) correspondente à quantia que deixou de ser arrecadada pelo Estado de Santa Catarina por conta da evasão fiscal e que será alvo de análise e controle formal por parte da Instituição no próximo ano.

b) Atividades:

b.1) Reuniões regionais para o planejamento estratégico

Os Promotores de Justiça da Ordem Tributária, assim como o Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária, participaram das 6 (seis) reuniões realizadas nas cidades de Chapecó, Criciúma, Blumenau, Florianópolis, Joinville e Lages, para elaboração do planejamento estratégico, definindo em conjunto as prioridades regionais que devem nortear a atuação do Ministério Público de Santa Catarina em 2008.

8.3.4 Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CIJ)

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a órgãos de execução recebidas	615
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	5
Atos de apoio realizados a órgãos de 1º grau	304
Pesquisas realizadas	49
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	234
Palestras ministradas	7
Eventos promovidos	1
Participação em reuniões	158
Participação em audiências públicas	6
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	41
Participação em órgãos externos ou outras entidades representando a Instituição	122
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	4.506
Ofícios, e-mails e fax expedidos	2.249
Ofícios, e-mails e fax recebidos	3.447
Pessoas atendidas (do público externo)	356
Outras atividades de apoio	1.570
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	22

8.3.4.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área da Infância e da Juventude ocorreu nos três eixos que constituem o Sistema de Garantias de Direitos da Infância e da Juventude, ou seja, em campos que contemplam a promoção, o controle social, a defesa e a responsabilização.

8.3.4.2 Promoção de direitos

Deu-se continuidade às políticas sociais básicas voltadas à garantia do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, por meio da implantação ou operacionalização e avaliação dos programas, das ações, dos projetos e das atividades já existentes:

- a) de combate à evasão escolar e garantia de permanência e sucesso escolar (APÓIA);
- b) oferta de exame de DNA, com a implementação do Programa de DNA em audiência de Santa Catarina (PRODNASC), gerido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina;
- c) combate à exploração sexual infanto-juvenil, apoiando o Fórum Catarinense Pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil;
- d) oferta de medicamentos e suplementos alimentares para os portadores de mucoviscidose e ao funcionamento do sistema de vigilância alimentar e nutricional e de notificação compulsória da desnutrição grave em crianças de até cinco anos (SISVAN);
- e) Programa de Aviso por Maus-Tratos Contra Crianças e Adolescentes (APOMT) - Sistema Estadual Unificado de Aviso de Maus-tratos;
- f) Programa de Facilitação e Estímulo para o Aumento das Contribuições ao Fundo para a Infância e Adolescência (FIAR Cidadania) ;
- g) Mobilização dos Promotores de Justiça da Infância para garantia dos direitos das crianças e adolescentes, através da identificação de questões com alcance regional ou estadual e do conseqüente estudo das soluções viáveis a serem alcançadas através de farto subsídio, consistente em peças processuais e extraprocessuais elaboradas pelo CIJ;
- h) Disque-Denúncia 100, serviço nacional unificado de notificação anônima e gratuita de violência sexual cometida contra crianças e adolescentes; e
- i) Programa de Inclusão Digital – Rede Digital Educativa Pró-Infância e Adolescência (Rede Piá), em parceria com o Centro de Apoio Operacional Criminal.

8.3.4.3 Controle social

Deu-se continuidade à implementação das Políticas de Proteção Especial, por meio de programas, ações, projetos e atividades, para o atendimento às crianças e aos adolescentes vulnerabilizados por ameaças ou violações a seus direitos, como drogaditos, portadores de necessidades especiais e vítimas de violência, e que visem, notadamente:

- a) à adequação das entidades de abrigo, em atenção ao preconizado nos artigos 90 a 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio da promoção da fiscalização, da avaliação e do reordenamento operacional de tais entidades (Programa Família - O Melhor Abrigo);
- b) à avaliação da estrutura e do funcionamento dos Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais de Direitos, a fim de viabilizar as ações necessárias ao seu adequado funcionamento;
- c) ao fornecimento de subsídios e de apoio para auxiliar e fomentar a atuação do Promotor de Justiça na formulação de políticas municipais de atenção à criança e ao adolescente, especialmente na

elaboração dos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais; e

d) à implantação e à operacionalização do banco de dados disponibilizando o acesso ao acervo do Centro de Apoio ao Promotor de Justiça, visando à promoção do intercâmbio das informações necessárias à defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

8.3.4.4 Defesa e responsabilização

Deu-se continuidade à implementação das políticas sócio-educativas, por meio de programas, ações, projetos e atividades que visem:

a) à fiscalização dos Centros de Internação Provisória e Centros Educacionais Regionais e do sistema de execução das medidas sócio-educativas, a fim de avaliar a sua adequação às diretrizes preconizadas no Estatuto da Criança e do Adolescente, a capacidade de atendimento e sua adequação à demanda atualizada e a manutenção dos convênios para execução das medidas sócio-educativas em meio aberto;

b) ao atendimento de adolescente autor de ato infracional que seja dependente de substâncias químicas, estendendo este atendimento aos seus familiares, quando apresentarem a mesma dependência, por meio de aplicação de medidas de proteção (Justiça Terapêutica); e

c) ao fornecimento de assessoria técnica em ciência psicológica nos procedimentos extrajudiciais e judiciais de crianças e adolescentes em violação de seus direitos e em conflito com a lei (PAPSI).

8.3.4.5 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além das atividades e dos resultados descritos na tabela constante do item 8.3.4, pode-se destacar os seguintes resultados obtidos em face das atividades abaixo relacionadas:

a) Programas:

a.1) Programa de Combate à Evasão Escolar (APÓIA)

O programa visa a garantir a permanência na escola de crianças e adolescentes, de 7 a 18 anos, para que concluam o ensino fundamental, bem como promover o regresso à escola de crianças e adolescentes que a abandonaram sem concluir o ensino fundamental, destacando-se que, em seu sétimo ano, foram mantidas as ações já desencadeadas, com a continuidade dos trabalhos da Comissão Interinstitucional de Avaliação e Reformulação do Programa, composta por representantes da Secretaria de Estado da Educação e Inovação, que tem por finalidade discutir a evolução dos resultados obtidos por meio do APÓIA e elaborar, em conjunto, o planejamento das estratégias para adequá-lo às necessidades atuais, corrigindo eventuais deficiências.

Durante o primeiro semestre, o CIJ desenvolveu estratégias para adequação do programa às necessidades das Promotorias de Justiça, conforme também diagnosticado nos Encontros Regionais de Planejamento Estratégico, para sua maior eficácia e garantia de amplo funcionamento. No segundo semestre, iniciou uma ação visando à implementação de equipes multidisciplinares nas Comarcas para combate à evasão escolar com atendimento continuado ao aluno e suas famílias. A partir de uma consulta aos Promotores de Justiça sobre o interesse na implementação em suas Comarcas, indicando a experiência da Comarca de Araranguá com o Promotor de Justiça Isaac Guimarães, o CIJ recebeu o retorno positivo de 21 Comarcas. A partir desta adesão, foram encaminhados os seguintes subsídios para atuação: a) roteiro e justificativa das medidas; b) sugestão de Portaria de instauração de Inquérito Civil (ou Procedimento Administrativo Preliminar); c) sugestão de ofícios a serem encaminhados às escolas públicas municipais e estaduais e ao Conselho Tutelar, a fim de estimar o número de registros de crianças e adolescentes que abandonaram os estudos nos anos de 2005, 2006 e 2007, avaliar a estrutura das escolas para atendimento dessa demanda e sua potencial necessidade, bem como apurar estabelecimentos próximos às escolas que

contribuam para a infrequência; d) sugestão de Termo de Ajuste (ou convênio), para criação e manutenção de equipe(s) multidisciplinar(es), a ser firmado com o(s) Município(s) da Comarca, ou até de duas ou mais Comarcas, cujas disposições objetivam distribuir proporcionalmente, conforme o número de habitantes de cada Município, as obrigações de cada um.

Foram encaminhados materiais de divulgação e capacitação, conforme solicitações, sendo 91 cadernos e 20 cartazes para atender às Comarcas de São Bento de Sul, Braço do Norte, Araranguá e Araruama.

Ainda com relação ao Programa, destaca-se que, das atividades extrajudiciais desenvolvidas pelas Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, em 2007, foram registrados 581 Avisos por Infrequência Escolar, sendo que destes, 335 retornaram à escola e 158 não retornaram, conforme dados da Corregedoria-Geral de Justiça. Já os resultados das atividades desenvolvidas pelos Conselhos Tutelares, conforme informações por eles prestadas, registram 5.262 avisos, sendo que destes, 4.522 retornaram à escola e 686 não retornaram.

a.2) Programa de Aviso por Maus-Tratos contra Criança ou Adolescente (APOMT)

Visa a implantar em todo o Estado de Santa Catarina um Sistema Unificado de Aviso Compulsório de Maus-Tratos contra Criança e Adolescente, por meio do uso de um formulário padronizado de notificação expedido pelos parceiros executores, que garanta o atendimento e o encaminhamento da vítima aos programas protetivos que se fizerem necessários, conforme preconiza a Lei n. 8.069/90.

Dentre as ações realizadas, destaca-se inicialmente a aprovação da Matriz de Planejamento do Programa 2007, no dia 12 de março, na primeira reunião de trabalho da Comissão Gestora. Esta Matriz foi elaborada numa parceria entre o Centro de Apoio e a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, a partir dos I, II e III Encontros de Avaliação e Planejamento do Programa APOMT, realizados com a Coordenação da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, nos dias 14 de novembro e 4 e 15 de dezembro do ano de 2006, reunindo os integrantes da Comissão Gestora. A Matriz prevê ações de Gestão (como a descentralização a partir da instalação de comissões regionais; a realização de Seminários Regionais; a ratificação dos compromissos com os Secretários de Governo e instituições; a ampliação de parceiros; a elaboração de regimento interno da comissão gestora; a manutenção de reuniões periódicas; a elaboração do Plano de Ação por área e do Relatório Anual; a revisão da composição e atribuições da equipe técnica; a otimização de ações do Ministério Público; a articulação, execução e monitoramento da rede local de atendimento; a realização do Seminário Estadual de Avaliação; a revisão do formulário para preenchimento efetivo da Rede de Proteção Social); de Capacitação e Qualificação dos Operadores (como a confecção de material pedagógico de apoio, a estruturação dos grupos de estudo por temas e a elaboração de um guia prático para jornalistas para abordagem da violência) e de Comunicação (divulgação efetiva no meio escrito, falado ou televisivo; processo de comunicação e criação de produtos colaborando com a articulação da rede no programa).

Durante o ano de 2007, destaca-se o desenvolvimento de estratégias para adequação do programa às necessidades das Promotorias de Justiça, conforme também diagnosticado nos Encontros Regionais de Planejamento Estratégico, para sua maior eficácia e garantia de amplo funcionamento. Dentre elas, o início das tratativas com o Tribunal de Justiça, a fim de compor parceria no sentido de informatizar o sistema unificado através da migração automática de alguns dados a constarem do Sistema de Automação Judiciária (SAJ) para o Banco de Dados do CIASC, responsável pelo armazenamento das informações relacionadas a maus-tratos praticados contra crianças e adolescentes.

Além disso, foram encaminhados materiais de divulgação e capacitação, totalizando 315 cadernos e 100 formulários, além de vídeos e cartazes.

Conforme dados extraídos do banco disponível na Intranet, os números de casos registrados em 2007 foram de 839 Avisos por Maus-Tratos, não incluídos aqueles que ainda encontram-se em trami-

ção nos Conselhos Tutelares, totalizando 2.560 avisos desde o seu início.

a.3) Programa FIAR – Cidadania

Visa a estimular e facilitar as contribuições ao Fundo para a Infância e Adolescência (FIA) no Estado de Santa Catarina e, dentre as atividades realizadas em 2007, destacam-se: a) Atendimento a solicitações de apoio dos Promotores de Justiça com o encaminhamento de 11 (onze) pesquisas e subsídios; b) apoio a todos os Promotores de Justiça da Infância e Juventude, com o encaminhamento de minuta de ofício recomendatório ao Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, como subsídio para monitoramento das responsabilidades dos Conselhos de Direitos, no que tange à observação dos prazos do ciclo orçamentário do respectivo município para elaboração do Plano de Ação e do Plano de Aplicação em tempo hábil, e assim garantir a inclusão de dotação orçamentária para as necessidades neles referenciadas.

a.4) Programa Família – O Melhor Abrigo

Visa a efetivar a doutrina da proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere às crianças e aos adolescentes abrigados, garantindo-lhes prioridade absoluta, de modo que nenhum direito venha a ser ameaçado ou violado por ação ou omissão do poder público, reexaminando e fiscalizando as entidades e os programas de abrigo, no sentido de propiciar e assegurar o direito à convivência familiar. No primeiro semestre de 2007, foi confeccionado um relatório de diagnóstico a partir dos dados obtidos sobre a estrutura das entidades de abrigo e a realidade sócio-familiar dos abrigados, no qual registrou-se 103 entidades e 1.018 crianças ou adolescentes abrigados. O relatório demonstrou que, com raras exceções, as entidades que desenvolvem Programas de Abrigo em Santa Catarina ainda não se adequaram aos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, seja pela precariedade das condições físicas, seja pela não conformidade com as diretrizes da Lei, em face da existência de excessivo número de abrigados por unidade, falta de privacidade ou ausência de atendimentos básicos, entre outros exemplos. Este documento foi encaminhado, no mês de abril, a diversas autoridades das esferas estadual e federal, visando a mobilizar o poder público para as providências necessárias no âmbito dessa problemática. Em 2007, deu-se também continuidade à análise e identificação de irregularidades em um total de 95 entidades de abrigo, com o encaminhamento de relatórios individualizados às Promotorias de Justiça das Comarcas, sugerindo desde logo as ações extrajudiciais e judiciais a serem eventualmente adotadas, com a disponibilização de todos os instrumentos necessários para adequação estrutural, física, material e humana das entidades na Intranet. Em retorno, as Promotorias de Justiça informaram medidas executadas em 44 das 95 entidades denunciadas (46%), destacando-se a solicitação de maiores informações à entidade de abrigo, Termos de Ajustamento de Conduta, Procedimentos Administrativos Preliminares, Inquéritos Cíveis e extinção de entidade. Outra importante ação do programa em 2007 foi a retomada das tratativas com a Comissão Estadual Judiciária de Adoção, com vistas à criação do novo Sistema de Controle e Estatística das Entidades de Abrigo, para monitoramento permanente da quantidade de crianças e adolescentes abrigados e respectivo tempo de permanência nas entidades, com envio automatizado de avisos à Promotoria de Justiça responsável. Esse sistema, feito exclusivamente para o Ministério Público, será alimentado pelos dados do Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos (CUIDA), do Poder Judiciário, e tem desenvolvimento previsto para o início de 2008.

a.5) Programa de Fiscalização dos Centros de Internação e do Sistema de Execução de Medidas Sócio-Educativas

O Programa de Fiscalização dos Centros de Internação e do Sistema de Execução de Medidas Sócio-Educativas, sem marco temporal determinado, tem por objetivo geral proceder ao diagnóstico das condições físicas e dos recursos humanos dos Centros de Internação Provisórios e de Educação, a fim de avaliar o atendimento às diretrizes do Estatuto de Criança e do Adolescente e a garantia de vagas necessárias à demanda existente e, por objetivos específicos, estimular e garantir o apoio técnico aos Órgãos de

Execução, para adequação das entidades de execução da medida sócio-educativa de internação, visando a promover o resgate da cidadania e a reinserção social do adolescente em conflito com a lei e a avaliar as ações ajustadas com o Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado em 1998, no que se refere à implementação dos Programas de Execução das Medidas Sócio-Educativas de semiliberdade, liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade. Durante o ano de 2007, o programa ainda não foi implementado, aguardando também a conclusão do Inquérito Civil 01/06/CIJ. De toda forma, percebeu-se a necessidade de algumas reformulações na estrutura administrativa do Estado de Santa Catarina, no tocante à gestão da execução das medidas sócio-educativas, vinculada à Secretaria de Segurança Pública, sendo realizados levantamentos das estruturas governamentais de outros Estados da Federação, que acabou por embasar um Projeto de Gestão que foi apresentado ao Governo do Estado, seguindo de inúmeras reuniões com a Secretaria de Coordenação e Articulação, cuja implementação encontra-se em fase de estudos. Mediante tais constatações, aliado às impressões obtidas especialmente no Estado do Paraná, reuniu-se material para subsidiar a atuação dos Promotores de Justiça da Infância e Juventude da Capital, de maneira a possibilitar o pedido por eles formulado de bloqueio de aproximadamente R\$ 4 milhões do Estado de Santa Catarina para implantação de duas Unidades de Internação, uma em Criciúma e outra em Joinville, ampliando, assim, a oferta de vagas nas internações para adolescentes em conflito com a lei.

a.6) Programa de Assessoria Psicológica nos Procedimentos Judiciais e Extrajudiciais de Crianças e Adolescentes em Situação de Risco

O Programa de Assessoria Psicológica, criado em 2004, consiste na prestação de assessoria em ciência psicológica para os Promotores de Justiça da Infância e Juventude, tendo objetivos diversificados, tais como: a) subsidiar a definição de medida sócio-educativa mais adequada em adolescentes autores de ato infracional; b) avaliar situação de risco em crianças vítimas de violência; c) mediar criança ou adolescente, pais e escola, para resolver evasão ou dificuldades escolares; e d) mediar situação de conflito familiar intergeracional. O programa vem se efetivando por convênios com universidades catarinenses, as quais disponibilizam estagiários do curso de Psicologia interessados no trabalho junto ao Ministério Público, especificamente no campo da psicologia jurídica, uma área emergente do exercício profissional do psicólogo. Há, também, convênio com uma fundação que viabiliza atendimento por profissionais formados. No ano de 2007, o programa apresentou atividades em 7 Comarcas: Balneário Camboriú e Biguaçu (Convênio UNIVALI), Chapecó (UNOCHAPECÓ), Blumenau (FURB), Lages (UNIPLAC), Caçador (UnC) e Gaspar (UNIPSI), totalizando 274 casos atendidos. Foram também firmados convênios com a UNISUL, UNIVALI e UNESC, o que poderá viabilizar a expansão das atividades para as Comarcas de Tubarão, Palhoça, Itajaí e Criciúma em 2008. Novos contatos foram feitos com outras Promotorias de Justiça e universidades para possibilitar a expansão do programa para Joaçaba e São Miguel do Oeste (UNOESC), Ibirama (UDESC), Florianópolis (UFSC) e Joinville (UNIVILLE).

a.7) Programa de DNA em Audiência de Santa Catarina (PRODNASC)

Iniciado em 2007, o programa visa possibilitar às partes hipossuficientes, beneficiárias da assistência judiciária gratuita, a realização do exame de DNA para o reconhecimento de paternidade nos procedimentos administrativos e judiciais. O programa foi estabelecido a partir de uma parceria com o Poder Judiciário – Tribunal de Justiça (TJSC), a Secretaria de Estado da Saúde (SES), o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Santa Catarina (COSEMS/SC), a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e o Instituto Paternidade Responsável, mediante assinatura do Termo de Convênio n. 36/07/CIJ e seu Termo Aditivo. Em 27/08/2007, foi suspensa a coleta pelo Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN), estendendo-se o PRODNASC (Programa de DNA em Audiência de Santa Catarina), gerido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para todo o Estado.

Para tanto, inicialmente foram selecionadas algumas Comarcas como “piloto” do projeto, mediante capacitação (Lages, São Joaquim, Urubici, Campo Belo do Sul, Otacílio Costa, Correia Pinto, Anita

Garibaldi, Bom Retiro - região do Planalto Serrano, Descanso e São Miguel do Oeste - região Oeste). Somente após a realização do projeto piloto, ocorrida uma avaliação e definidos alguns ajustes, estendeu-se o programa para todas as Comarcas.

Dessa forma, o exame de DNA deverá seguir o procedimento instituído pela Resolução n. 03/2007 GP/CGJ, onde a coleta do material será realizada em audiência designada exclusivamente para conciliação e, se for o caso, de saneamento. O procedimento de coleta do material genético na Promotoria de Justiça está previsto para março do ano de 2008, a partir de sua regulamentação.

Estão sendo distribuídos pela Secretaria de Saúde às unidades judiciárias 1.500 kits para coleta de material genético, relativos ao período de um ano. A distribuição desta quantidade ocorre em 4 (quatro) remessas (setembro, novembro/2007 e janeiro, março/2008). A distribuição é feita proporcionalmente à população de cada Comarca, eis que os levantamentos efetuados pela Corregedoria Geral de Justiça, por meio de informações enviadas pelas unidades, indicam uma superestimação. Além dos kits acima, destinados para os novos casos, também estão sendo distribuídos no mesmo período outros 756 kits destinados a atender aos pedidos encaminhados ao LACEN, que não foram agendados por aquele órgão e que também deverão obedecer aos procedimentos do PRODNASC (intimação para coleta na audiência). Neste caso, a distribuição dos kits obedecerá exatamente a quantidade de solicitações registradas pelo LACEN para cada Comarca.

Assim, a partir de 27/08/2007 está suspensa a vigência dos artigos 119 e 120 do CNCGJ do TJSC, que tratam do exame de DNA, por meio de agendamento pelo Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN), bem como deixa de vigorar o Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a Secretaria de Estado de Saúde e o Ministério Público, de 17 de junho de 1998.

a.8) Programa de Inclusão Digital – Rede Digital Pró-Infância e Adolescência (Rede Piá)

Lançado em 30 de novembro de 2007, o programa, desenvolvido em parceria com o Centro de Apoio Operacional Criminal (CCR), o Estado de Santa Catarina, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) e a Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina (AMPESC), visa a revitalizar as máquinas caça-níqueis apreendidas, transformando-as em equipamentos de informática para uso didático-pedagógico nas escolas de ensino básico e médio, das redes públicas municipais e estadual e de organizações governamentais e não-governamentais de atendimento a comunidades carentes, sendo a destinação da utilização desses equipamentos exclusivamente a alunos matriculados nas referidas escolas e a pessoas carentes. Para tanto, aos Promotores de Justiça compete, em especial, proceder ao encaminhamento jurídico da liberação dessas máquinas e ao acompanhamento da sua distribuição às instituições na Comarca.

A expressão “Rede” significa toda a organização que envolve o projeto, guardando consonância também com a área da informática, além de representar o “RE”, Reciclagem, o “D”, Digital, e o “E”, Educativa. Já o “PIÁ” é um substantivo masculino utilizado para indicar um “menino”, sendo o “P” de Pró, “I” de Infância e “A” de Adolescência. Assim, temos a Rede PIÁ. A logomarca, por seu turno, corresponde à transformação entre algo sombrio, obscuro, em algo belo, colorido, traçando um paralelo entre a máquina caça-níquel e o computador a partir dela convertido. Utiliza-se nela, ainda, a disposição de teclas e de um monitor de forma a identificar um boneco, relacionando-o ao “PIÁ”, contando o lado direito do monitor (ou da cabeça do menino) com um olho e um sorriso.

Ressalta-se o necessário envolvimento do Promotor de Justiça com atribuição perante o Juizado Especial Criminal e perante o Juizado da Infância e Juventude. Enquanto o Promotor de Justiça Criminal detém a responsabilidade por dar o encaminhamento para o ingresso da máquina apreendida no projeto, através da transação penal (art. 76 da Lei n. 9.099/95), sursis processual (art. 89 da Lei n. 9.099/95), requerimento incidental ou final do processo (interpretação do art. 91 do CP), ao Promotor de Justiça da Infância e Juventude incumbe, com o apoio de um representante do Município, da IES, ou da SDR

(conforme o caso), dizer para qual escola ou entidade será destinada a máquina convertida, respeitando a disposição de que deverá obrigatoriamente retornar para o mesmo município onde tenha sido apreendida.

Além da apresentação do programa e o Termo de Cooperação Técnica n. 21/2007 firmado, foi disponibilizado aos Promotores de Justiça interessados: modelo do Termo de Adesão, roteiro de orientações para implementação e um resumo de atribuições de cada parceiro, a fim de subsidiar a sua implantação na Comarca.

b) Ações:

b.1) Inquérito Civil 01/06/CIJ, instaurado mediante Portaria n. 546, de 17 de fevereiro de 2006, nesta Procuradoria-Geral de Justiça, de âmbito estadual, para apurar as denúncias de maus-tratos, superlotação, insuficiência de vagas e o desvio de finalidade dos Centros de Internação Provisória e Centros de Educação Regional, responsáveis pela execução da medida sócio-educativa de internação imposta aos adolescentes autores de atos infracionais.

No primeiro semestre, o Centro de Apoio deu continuidade à tabulação de todas as informações repassadas pelos Promotores de Justiça e demais órgãos, a fim de compor o relatório de diagnóstico acerca das instituições no Estado para a análise das providências a serem adotadas e o banco de dados disponível na Intranet, bem como reiterou aos Promotores de Justiça faltantes os pedidos de inspeção nos CIPs e CERs e à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão as informações complementares.

No segundo semestre, o Centro de Apoio procedeu ao levantamento da estrutura administrativa existente nos outros Estados da Federação, no tocante à gestão da execução das medidas sócio-educativas, reunindo condições de aferir as possíveis falhas e alternativas para melhoria do sistema vigente em Santa Catarina. Foi sendo elaborada e apresentada a Proposta de Gestão Governamental, a qual, a despeito de bastante evoluídas as conversações, encontra-se em fase de definição.

Mediante constatações e impressões obtidas nos demais Estados da Federação, especialmente no Estado do Paraná, reuniu-se material para subsidiar a atuação dos Promotores de Justiça da Infância e Juventude da Capital, de maneira a possibilitar o pedido por eles formulado de bloqueio de aproximadamente R\$ 4 milhões do Estado de Santa Catarina para implantação de duas Unidades de Internação, uma em Criciúma e outra em Joinville, ampliando, assim, a oferta de vagas nas internações para adolescentes em conflito com a lei.

b.2) Oferta do exame de DNA, decorrente do Termo de Ajustamento de Conduta firmado pelo Ministério Público de Santa Catarina, através do CIJ, e a Secretaria de Estado da Saúde, em 17 de junho de 1998, objetivando monitorar o número de exames realizados, bem como efetivar adequações para o atendimento de acordo com o crescimento da demanda, visando à efetivação do direito indisponível à paternidade de crianças e adolescentes, decorrentes de procedimentos administrativos do Ministério Público e judiciais, desde que comprovada a hipossuficiência de recursos do requerente para arcar com as despesas laboratoriais. Em 2007, destaca-se uma consulta ao LACEN acerca dos procedimentos adotados nos casos de cobranças de taxa de coleta para os testes de paternidade (DNA), efetuadas pelos Laboratórios conveniados, a fim de encaminhá-la aos Promotores de Justiça da Comarca, tendo recebido retorno em 29 de junho, relatando que o contrato firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e o Laboratório DNA análise não autoriza a cobrança de qualquer valor e que o referido laboratório não autoriza quaisquer cobranças e, ao ser informado de tal fato, toma providências substituindo o laboratório responsável pelas coletas. Deixou de vigorar em 27 de agosto de 2007, com a implantação do PRODASC – Programa DNA em Audiência de Santa Catarina.

b.3) Sistema de vigilância alimentar e nutricional para notificação compulsória da desnutrição grave em crianças (SISVAN), como atividade decorrente do Termo de Ajustamento de Conduta firmado pelo

Ministério Público de Santa Catarina, por meio do CIJ, e a Secretaria de Estado da Saúde, em 17 de junho de 1998, que originou o termo de convênio também assinado naquele ano e renovado em 4 de dezembro de 2003. O SISVAN objetiva monitorar o número de notificações e óbitos registrados por desnutrição grave de crianças de 28 dias até 59 meses em Santa Catarina, desenvolvendo ações articuladas por meio das Promotorias de Justiça para identificar e aplicar as medidas de proteção necessárias aos casos respectivos, bem como auxiliar na formulação de políticas públicas adequadas para a atenção à saúde e ao direito à vida da população infanto-juvenil e de gestantes. No ano de 2007, foram confirmados 73 casos de desnutrição grave em Santa Catarina, sendo 01 óbito no município de Porto União, conforme tabela que foi remetida a todas as Promotorias de Justiça responsáveis, para que se promova o devido acompanhamento dos casos em parceria com os Conselhos Tutelares.

b.4) Oferta de medicamentos e suplementos alimentares para portadores de mucoviscidose ou fibrose cística está legitimada pelo Termo de Ajustamento de Conduta firmado pelo Ministério Público de Santa Catarina, por meio do CIJ, e a Secretaria de Estado da Saúde, em 12 de março de 1997. O referido termo obriga a Secretaria a fornecer, por sua Diretoria de Medicamentos Básicos, as exatas quantidades de medicamentos prescritas pelo médico da criança ou do adolescente portador da doença, observando, impreterivelmente, a continuidade do fornecimento. Assim, há o acompanhamento da execução do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado, prestando-se apoio operacional e fornecendo-se subsídios aos Órgãos de Execução para o ajuizamento das providências judiciais necessárias, nas hipóteses de descumprimento do pactuado, bem como apoio a outros órgãos ou instituições.

b.5) Combate à exploração sexual infanto-juvenil, eleito como prioridade institucional no PGA, cujas ações também vêm sendo desenvolvidas por meio do apoio ao Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil, desde a sua criação em 1998. Dentre as ações de 2007, destacam-se: a) Apoio ao III Seminário Estadual do Fórum Catarinense, ocorrido de 02 a 04 de maio no auditório desta Procuradoria-Geral de Justiça, com a participação do Coordenador na abertura do evento e suporte logístico, como divulgação, transporte de participantes e impressão de certificados; b) apoio ao dia 18 de maio, “Dia Nacional de Combate à Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil”, com a participação do Coordenador na audiência pública do dia 17 de maio na Assembléia Legislativa; c) apoio ao Seminário Municipal de Enfrentamento à Situação de Moradias nas Ruas de Crianças e Adolescentes, ocorrido no dia 4 de junho no auditório desta Procuradoria-Geral de Justiça, com a participação do Coordenador da Mesa “Crianças e Adolescentes em Situação de Moradia nas Ruas” e suporte logístico; d) encaminhamento de material de divulgação, com a distribuição de mais de 3.000 panfletos, 500 adesivos e 15 cartazes durante o segundo semestre.

b.6) Disque-Denúncia 100, antigo 0800 99 0500, serviço nacional unificado de notificação anônima e gratuita de violências sexuais cometidas contra crianças e adolescentes. Além da recepção, o serviço pretende acompanhar, monitorar, avaliar e remeter as denúncias para que sejam apuradas e seja feito o atendimento das vítimas. O serviço está amparado legalmente pelo Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério Público de Santa Catarina e a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), em 4 de fevereiro de 2004. No ano de 2007, destacam-se as alterações promovidas pelo Centro de Apoio no dia 18 de maio de 2007, Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil: a) utilização do sistema online de registro de denúncias inaugurado pela SEDH, que visa agilizar a recepção e encaminhamento das denúncias às Promotorias de Justiça em formato eletrônico (PDF); b) uso de caixa de correio eletrônico exclusiva para recepção e encaminhamento de denúncias, objetivando centralizar e organizar esta atividade para devidamente amparar o aumento progressivo das denúncias feitas no Estado. Neste ano, foram encaminhadas pelo Centro de Apoio um total de 698 denúncias, sendo 4% de violência psicológica, 11% de negligência, 14% de violência física, 17% de violência física e psicológica, 23% de exploração sexual e 29% de abuso sexual, além de 2% com outros tipos. Caracterizou-se, assim, um aumento de mais de 100% no total de denúncias recebidas em relação a 2006 (325 denúncias). Além disso, verifica-se com esses dados a gravidade da situação da violência sexual no Estado, pois as denúncias relacionadas a crimes sexuais (abuso e exploração sexual) somam mais da metade do total (52%).

b.7) Mobilização dos Promotores de Justiça da Infância para a ampliação da oferta regular de vagas no ensino infantil (creches e pré-escolas), em razão do número insuficiente de vagas no ensino infantil, aliado à vigência da Emenda Constitucional n. 53/2006, que versa sobre o FUNDEB. No primeiro semestre, a ação se iniciou com uma consulta aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude sobre o interesse na participação desta atuação, que resultou no retorno positivo de 71 Comarcas. A partir desta adesão, foram encaminhados subsídios para sua atuação: a) Modelo de Portaria de instauração de Inquérito Civil, para avaliação da situação em cada um dos Municípios, contendo sugestão de ofícios a diversas entidades, visando a estimar a demanda reprimida, e modelo de tabela a ser preenchida pelas entidades destinatárias dos ofícios referidos, indicando a qualificação das crianças de 0 a 6 anos de idade que se encontram nesta situação irregular; b) modelo de Notificação Judicial, em face do Município para elidir eventual futura alegação de ausência de previsão orçamentária para implementação integral deste serviço; c) modelo de ofício à Câmara Municipal de Vereadores, para conhecimento da medida adotada contra o Município; d) modelo de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) a ser firmado com o Município para entabular obrigação de contemplação deste serviço; e) dois modelos de Arquivamento do IC (ou PAP) perante o CSMP, caso seja confirmada a ausência de qualquer irregularidade na oferta deste serviço público, ou seja, entabulado um TAC. As etapas prosseguiram no segundo semestre, com objetivo de realizar em tempo hábil a discussão dos projetos das leis orçamentárias nos respectivos municípios (até o mês de agosto de 2007 - Art. 35, § 2º, I a III, da ADCT).

b.8) Mobilização dos Promotores de Justiça para ampliação dos currículos escolares com a inclusão de disciplinas como meio ambiente, ética e cidadania, educação sexual, saúde, educação no trânsito, prevenção à violência e indisciplina escolar, prevenção ao uso de entorpecentes e, inclusive, Estatuto da Criança e do Adolescente, esta última obrigatória pela Lei Federal n. 11.525/07. No segundo semestre, a ação iniciou-se com uma consulta aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude sobre o interesse na participação desta atuação, que resultou no retorno positivo de 25 Comarcas. A partir desta adesão, foram encaminhados subsídios para sua atuação: a) Projeto de Educação Sócio-Ambiental SER CIDADÃO, desenvolvido na Comarca de Garuva pela Promotora de Justiça Priscilla Linhares Albino, responsável pela experiência pioneira no Estado; b) sugestão de Recomendação a ser entregue aos respectivos Prefeitos Municipais; c) roteiro de ações para orientar o Promotor de Justiça na implementação do projeto e, especialmente, no convencimento dos Chefes do Poder Executivo.

c) Atividades:

c.1) Aproximação do Centro de Apoio aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude, com a implementação de estratégias que focalizem o atendimento prioritário às Promotorias de Justiça em suas atividades-fim, com destaque ao incremento do acervo de pesquisa e do auxílio com a elaboração de peças judiciais e extrajudiciais voltadas às políticas públicas.

c.2) Participação no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente (CEDCA), destacando-se: a) a participação da Promotora de Justiça Analú Librelato Longo, no dia 24 de maio, na audiência pública sobre a grave situação dos Centros de Internação Provisória (CIPs) e dos Centros Educacionais no Estado de SC, representando o Centro de Apoio Operacional, promovido pelo CEDCA e ALESC, bem como a impressão das 41 etiquetas para encaminhamento do convite aos Procuradores de Justiça; b) o encaminhamento do relatório final do programa “Família: O Melhor Abrigo”; c) o pedido de informações sobre questões orçamentárias afetas à área da infância e juventude, bem como cópias do Plano de Ação e do Plano de Aplicação, relativos aos anos de 2005, 2006 e 2007, a fim de servir de subsídio na análise de medidas porventura cabíveis, no sentido de aprimorar a estrutura atualmente existente no Estado, bem como promover a ampliação do montante de recursos financeiros voltados às políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente. O Centro de Apoio empreendeu inúmeras ações no sentido de fortalecer o CEDCA, inclusive recompô-lo adequadamente após a renúncia coletiva dos membros da sociedade civil, situação que demandou inúmeras reuniões, bem como o deslocamento do Coordenador a outros municípios catarinenses, como Criciúma e Joinville, para articulação junto a

determinadas entidades com maior prestígio em certos segmentos empresariais e sociais, possibilitando uma composição eclética e mais experiente do CEDCA, o que acabou por ocorrer. Neste particular, destacaram-se também as reuniões com agentes políticos, tanto do Executivo, como do Legislativo.

c.3) Participação no Fórum Nacional de Coordenadores de Centros de Apoio da Infância e Juventude dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal (FONCAIJ), no qual a anterior Coordenadora deste Centro de Apoio, Helen Crystine Corrêa Sanches, foi eleita Coordenadora-Geral em 2006, com destaque para as seguintes atividades: a) Reunião de trabalho conjunta da Comissão Infância e Juventude e Educação do Egrégio Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ) e da Associação Brasileira dos Magistrados e Promotores da Infância e Juventude (ABMP), nos dias 26 e 27 de janeiro, em São Paulo (SP), para discussão e deliberação do Plano de Ação Nacional dos Ministérios Públicos em Defesa do Direito Humano à Educação, que contou também com a presença do Movimento Todos pela Educação; b) X Encontro do FONCAIJ, nos dias 07 a 09 de março, em São Paulo/SP; c) participação na reunião do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, na mesma data do X Encontro; c) XI Encontro Nacional do Foncaij, 3ª Reunião da COPEIJE e Seminário Nacional de Educação, nos dias 10 a 14 de setembro de 2007, com a participação das Promotoras de Justiça Priscilla Albino e Leda Hermann.

c.4) Participação na “Ação Nacional dos Ministérios Públicos para Implantação e Fortalecimento dos Conselhos de Direitos, Tutelares e Fundos Municipais da Infância e Juventude em todos os municípios brasileiros”, deliberado pelo Fórum Nacional de Coordenadores de Centros de Apoio Operacionais da Infância e Juventude (FONCAIJ) e ratificado pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPJ). A partir de um cronograma coordenado e simultâneo em todo o País, a ação visa que sejam implantados e estruturados os Conselhos dos Direitos, Conselhos Tutelares e Fundos da Infância em todos os municípios brasileiros onde ainda não foram efetivados, bem como inspecionados e exigida a estruturação e funcionamento adequados dos Conselhos já existentes. Os Centros de Apoio Operacionais, junto com a comissão de Promotores de Justiça do FONCAIJ, orientarão os Promotores de Justiça de cada Estado, propondo metas e oferecendo o suporte - sugestões de procedimentos, modelos de peças processuais e administrativas etc. - para garantir a atuação homogênea, todos em parceria contribuindo para a mobilização das comunidades e buscando conscientizar as autoridades e lideranças locais. A ação prevê, caso necessário, o uso de medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para que sejam cumpridas as metas.

c.5) Parceria com a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude, destacando-se as seguintes atividades: a) Participação no Seminário Regional ABMP Sul, nos dias 19 a 21 de abril, em Porto Alegre/RS, com o tema “Dinâmicas Familiares e suas implicações na infância e juventude sulista: convivência, subsistência, saúde”; b) apoio na organização do Seminário Regional com o Tema: “Justiça Juvenil sob o marco da Doutrina da Proteção Integral: papel do sistema de Justiça frente aos desafios político-institucionais para a conquista e a garantia do pleno desenvolvimento dos adolescentes em conflito com a lei”, realizado nos dias 8, 9 e 10 de novembro de 2007, em Florianópolis (SC).

c.6) Continuidade às ações decorrentes do Protocolo de Intenções com a Fundação ABRINQ, cuja parceria visa a monitorar o cumprimento das ações previstas no Programa Prefeito Amigo da Criança. O Protocolo de Intenções foi assinado em 9 de setembro de 2005, com a finalidade de promover a articulação, a integração e o intercâmbio das atividades exercidas pelo Ministério Público e pela Fundação Abrinq, visando ao acompanhamento dos municípios inscritos no Programa Prefeito Amigo da Criança. Em 2007, foi: a) informado aos Promotores de Justiça a relação dos 46 municípios catarinenses que preencheram o Mapa da Criança e do Adolescente, recebendo assim o Selo Prefeito Amigo da Criança, referente ao período 2005-2006 e b) solicitado aos Prefeitos Municipais o atendimento ao prazo para elaboração e entrega do Orçamento Criança e Adolescente (OCA). Da referida fundação, o Centro de Apoio recebeu o Relatório Anual 2006 e o exemplar do DVD “Pacto Federativo e Políticas para a Infância e Adolescência: o papel do município”, à disposição no acervo da Biblioteca.

c.7) Parceria com a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho e o Grupo RBS de Comunicação, renovada com a participação nas Jornadas Catarinenses pela Infância e Adolescência Protegidas e no Portal Social. As Jornadas são uma iniciativa desta Fundação, a partir do contexto da campanha institucional da RBS: “O Amor é a Melhor Herança, Cuide das Crianças” contando também com o apoio da Assembléia Legislativa de Santa Catarina - Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e Fórum Catarinense Pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil. Os objetivos destes encontros são fomentar a mobilização social em prol da erradicação de maus-tratos a crianças e adolescentes, a celebração de compromissos e a formulação de respostas à sociedade. Em 2007, aconteceram as Jornadas em Palhoça (24 de maio), Biguaçu (25 de maio), Criciúma (26 de junho), Joaçaba (27 de junho), Itajaí (05 de julho), Blumenau (10 de julho), Chapecó (08 de agosto), Lages (14 de agosto), Florianópolis (14 de novembro) e Joinville (13 de dezembro). Em 2007 destaca-se o apoio logístico e de cerimonial à realização da Jornada em Florianópolis. Já o Portal Social é uma plataforma de relacionamento via web, com a finalidade de mobilizar pessoas e empresas para apoiar organizações sociais que atuam em benefício da sociedade. Em Santa Catarina, constam no referido sítio 60 projetos com públicos-alvo a criança e o adolescente. Destacam-se as participações na reunião do Conselho Consultivo do Portal Social/RBS, em 04 de abril; no Encontro da Comissão de Avaliação Estadual do Portal Social/RBS, em 25 de junho; e atendimento à consulta sobre instituição candidata ao Portal Social de Braço do Norte.

c.8) Apoio às atividades da Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares (ACCT), entre as quais destacam-se o apoio na divulgação, especialmente com o encaminhamento dos *folders* e ficha de inscrição do IV Congresso Sul-Brasileiro dos Conselhos Tutelares e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, de 10 a 13 de julho de 2007, em São José (SC), aos Promotores de Justiça da Infância, aos Conselhos Tutelares, aos Conselhos Municipais de Direito da Criança e do Adolescente e dirigentes da associação, totalizando 755 correspondências, bem como a participação no evento.

c.9) Combate ao Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho, através de ações visando à articulação com o Ministério Público do Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho e Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho, atendendo às necessidades dos Órgãos de Execução, para o desenvolvimento de atividades conjuntas. Em decorrência dessa parceria, destacam-se: a) a participação do apoio técnico do Centro de Apoio na Assembléia Ordinária do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho/SC, ocorrida em 14 de fevereiro de 2007; b) a participação do apoio técnico do Centro de Apoio na reunião do dia 27 de março de 2007 sobre o cumprimento da Resolução n. 74/2001 do CONANDA, discutindo acerca da articulação entre os representantes dos órgãos públicos aos quais foram delegadas as atribuições referentes à assistência ao adolescente e à educação profissional; c) atendendo ao convite da Coordenação e da Organização, o Promotor de Justiça Marcelo Gomes Silva palestrou sobre o tema “A experiência do Ministério Público do Estado de Santa Catarina no trabalho infantil”, no Seminário “Trabalho Infantil - Mitos, Realidade, Políticas e Prevenção”, ocorrido no dia 1o. de junho, na Procuradoria Regional do Trabalho - 12ª Região, em Florianópolis; d) a participação nas audiências públicas “Formação de Alianças Intersetoriais Contextualizando o Trabalho Infantil”, do Projeto Catavento, nos dias 24 de maio e 12 de junho; e) a palestra do Coordenador na Univali, no dia 11 de julho de 2007 em São José, sobre a Experiência no Combate ao Trabalho Infantil em São Miguel do Oeste; f) a participação na Jornada Catarinense pela Erradicação do Trabalho Infantil, promovida pelo Ministério Público do Trabalho, no dia 24 de setembro. Por fim, destaca-se também o encaminhamento das denúncias de trabalho infanto-juvenil e dos relatórios de fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho recebidos ao Ministério Público do Trabalho e às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude.

c.10) Parceria no oferecimento do Curso de Especialização em Interesses Difusos e Coletivos Afetos à Infância e Juventude, Idosos e Pessoas com Deficiência, com habilitação para o Magistério Superior, iniciado no primeiro semestre deste ano, junto à Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) e à Federação Catarinense de Municípios (Fecam). Inédito no Estado e com a modalidade de ensino a distância, mediante convênio viabilizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), com o currículo do curso proposto pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

(CIJ) e pelo Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações (CCF), o curso está sendo dirigido aos graduados na área de Ciências Jurídicas, Ciências Sociais, Sociologia, Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Filosofia e áreas afins. A pós-graduação visa a oferecer capacitação aos agentes que atuam no dia-a-dia na proteção e na defesa dos direitos de crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência, sejam profissionais do Ministério Público, dos Governos do Estado e Municipais, da rede pública de saúde, da educação, da segurança, de organizações não-governamentais ou do público em geral, visto que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as crianças, adolescentes, idosos e os portadores de deficiência representam mais de 60% da população brasileira. O curso iniciou-se no primeiro semestre deste ano.

c.11) Cooperação Técnica com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação, a partir das seguintes ações: a) encaminhamento dos dados recebidos sobre o repasse de recursos referentes aos Programas Educacionais deste Fundo às Promotorias de Justiça para o acompanhamento da correta aplicação dos recursos; b) encaminhamento dos dados recebidos referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) às Promotorias de Justiça, especialmente no sentido de regularizar a situação dos Conselhos de Alimentação Escolar e assim regularizar o repasse dos recursos financeiros.

c.12) Visita ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Infância e da Juventude do Ministério Público do Rio Grande do Sul, no dia 19 de abril, pela Coordenação e servidores do Apoio Técnico, a fim de estabelecer um contato mais próximo entre os Centros de Apoio e otimizar o intercâmbio de informações e experiências. Pelo apoio técnico, tornaram-se conhecidas as rotinas administrativas e seu sistema de gerenciamento, bem com as atividades desenvolvidas na área da psicologia. Na ocasião, também foi disponibilizado pelo Coordenador, o Promotor de Justiça Miguel Velasquez, o material de apoio daquele Centro aos Promotores de Justiça na área da infância e juventude, que passou a integrar o acervo eletrônico deste Centro de Apoio.

c.13) Reunião com a Comissão do México e Costa Rica, formada por magistrados, membros do Ministério Público, representantes da Defensoria Pública e de outros órgãos com atuação na área da infância e juventude e no sistema de Justiça do México e da Costa Rica, no dia 27 de abril, ocasião em que a Coordenação apresentou aos visitantes o sistema legislativo vigente no Brasil tocante ao ato infracional (ECA), e também ações empreendidas pelos Procuradores e Promotores de Justiça para cobrar políticas públicas e investimentos para melhor garantia desse atendimento. Santa Catarina é o Estado que detém uma das experiências consideradas de maior êxito na aplicação dos programas e medidas de atendimento a adolescentes infratores pelo Instituto Latinoamericano de las Naciones Unidas para la Prevención del Delito y el Tratamiento del Delincuente (ILANUD), que atua no México em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). O roteiro do grupo incluiu Espanha, Brasil e Costa Rica. O foco do intercâmbio foi o conhecimento dos instrumentos e programas de atendimentos implantados a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, a aplicação na prática da legislação semelhante que está sendo debatida no México. Em Santa Catarina, o grupo também conheceu o funcionamento do Poder Judiciário, sob orientação do Desembargador Antônio Fernando do Amaral e Silva, um dos colaboradores na elaboração do ECA.

c.14) Participação em audiências públicas na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, abordando os seguintes temas: “A redução da maioria penal e as políticas públicas para a juventude” (25 de abril); “Programa de prevenção e da saúde reprodutiva nas escolas públicas patrocinadas em parceria pelo Ministério da Saúde e Ministério da Educação, para garantir a distribuição gratuita de preservativos aos alunos das escolas públicas” (15 de maio, com a participação da Coordenação do Centro de Apoio da Cidadania e Fundações); “Dia Nacional de Combate à Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil” (17 de maio); “A grave situação dos Centros de Internação Provisórios (CIPs) e dos Centros Educacionais no Estado de SC” (24 de maio) – representado pela Promotora de Justiça Analú Librelato Longo; “12 de Junho – Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil: compromisso do Estado na erradicação do trabalho infantil” (13 de junho).

c.15) Apoio ao Projeto “Ser Cidadão” – Projeto Piloto de Educação Sócio-Ambiental para os alunos da rede de ensino do Município de Garuva (SC), promovido pela Promotora de Justiça Priscila Linhares Albino, que visou a implantar, no currículo do ensino fundamental do sistema municipal de Garuva, disciplina específica para oportunizar aos alunos o acesso a temas transversais, com a finalidade de propiciar o seu desenvolvimento pessoal e contribuir para a melhoria da qualidade de vida nas comunidades. A iniciativa é resultado de uma Recomendação do Ministério Público, acatada pela Prefeitura de Garuva, pela Secretaria de Educação do Município e pelo Conselho Municipal de Educação. Os temas previstos são Ética e Corrupção, Direitos e Deveres de Crianças e Adolescentes, Meio Ambiente, Educação para o Trânsito, Educação Sexual e Prevenção ao Abuso, Violência e Indisciplina nas Escolas, Prevenção ao Uso de Álcool e Drogas, Direitos Humanos, Gênero, Idosos e Pessoas com Deficiência, entre outros temas. Em 2007, destacam-se: a) o apoio da Coordenadoria de Comunicação Social na confecção do cartaz do projeto; b) a participação da anterior Coordenação na capacitação dos professores ocorrida em 14 de março; c) o encaminhamento de 231 livros diversos para a Comarca; d) o encaminhamento de 300 Estatutos, 200 Códigos de Trânsito e 100 Constituições Estaduais, com o apoio da Assembléia Legislativa; e) encaminhamento de 300 Constituições Federais, com o apoio da Câmara Federal.

c.16) Apoio à campanha estadual “O que você tem a ver com a corrupção?”. A campanha tem caráter educativo e busca conscientizar a sociedade, especialmente crianças e adolescentes, a partir de um diferencial, que é o incentivo à honestidade e à transparência das atitudes do cidadão comum, destacando atos rotineiros que contribuem para a formação do caráter. Em 2007, além da participação do Centro de Apoio em reuniões e apoio logístico, destacam-se: a) a participação da anterior Coordenação no lançamento da segunda fase da campanha, marcada pela apresentação da peça “O que você tem a ver com a corrupção?”, no Teatro Juarez Machado de Joinville (SC), do grupo de teatro joinvilense Red, no dia 1º de março, que mostra dois garotos - um rico e outro pobre - convivendo diariamente com atos corruptos; b) a assinatura do Protocolo de Intenções, no dia 27 de maio, durante a abertura do Curso de Capacitação para Educadores Responsáveis pelo Desenvolvimento Humano das 36 regionais, realizado pela Secretaria de Estado da Educação, em Fraiburgo (SC), com a participação do Secretário de Estado da Educação, Paulo Bauer, e do Promotor de Justiça, Affonso Ghizzo Neto, reunindo mais de 200 pessoas de todo o Estado, incluindo os participantes do curso de capacitação, marcando o Lançamento Estadual.

c.17) Apoio à palestra “Políticas Públicas de Atendimento e do Fundo da Infância e Adolescente-FIA”, ministrada pelo Coordenador-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares e de Apoio Técnico e Administrativo do MPSC, Adauto Viccari Júnior, em 29 de maio de 2007, em Rio do Sul (SC), atendendo ao pedido do Promotor de Justiça Marcelo Mengarda, direcionada aos Conselheiros Tutelares, Conselhos de Diretos, Contadores de Prefeituras e profissionais que trabalham com a infância e juventude.

c.18) Contato com as Corregedorias-Gerais de Justiça e do Ministério Público, bem como com a chefia da Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e da Procuradoria-Geral de Justiça, para avaliar a expedição de atos conjuntos, inclusive com a elaboração de minutas destas, que visassem à agilidade e à padronização do trâmite nas Promotorias de Justiça e Varas da Infância e Juventude e Criminais de processos/procedimentos em que criança e/ou adolescente se encontrasse afastada da convivência familiar (abrigada, internada) ou mesmo fosse vítima de crime sexual. Tais atos aguardam análise dos respectivos Órgãos.

8.3.5 Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME)

O Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a órgãos de execução recebidas	284
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	53
Atos de apoio realizados a órgãos de 1º grau	193
Pesquisas realizadas	97
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	327
Palestras ministradas	11
Eventos promovidos	4
Participação em reuniões	107
Participação em audiências públicas	8
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	29
Participação em órgãos externos ou outras entidades representando a Instituição	14
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	90
Ofícios, e-mails e fax expedidos	2.920
Ofícios, e-mails e fax recebidos	2.339
Pessoas atendidas (do público externo)	654
Outras atividades de apoio	33
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	38

8.3.5.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área do meio ambiente ocorreu, prioritariamente, nos campos da proteção aos recursos hídricos, da prevenção e repressão à poluição por resíduos sólidos, do saneamento básico, da ordem urbanística e da proteção atmosférica.

8.3.5.2 Proteção aos recursos hídricos

Deu-se continuidade às ações já desencadeadas, mediante cooperação técnica e operacional com os entes públicos e privados envolvidos, visando à eliminação dos focos de contaminação e poluição bem como à proteção e à recuperação das matas ciliares.

8.3.5.3 Prevenção e repressão da poluição por resíduos sólidos

Deu-se continuidade às ações já desencadeadas, buscando agregar ao Programa Lixo Nosso de Cada Dia, por meio de cooperação técnica e operacional entre os entes públicos e privados envolvidos, a regularização da destinação dos resíduos industriais e de serviços de saúde, bem como a fiscalização, proteção e recuperação das áreas degradadas, inclusive com vistas à prevenção de danos aos mananciais.

8.3.5.4 Saneamento básico

Deu-se continuidade às ações já desencadeadas, objetivando o aumento de sistemas individuais ou coletivos de tratamento e a superação dos problemas originários da destinação inadequada de esgotos sanitários, prevenindo eventuais danos à saúde da população e ao meio ambiente em todos os municípios de Santa Catarina.

8.3.5.5 Ordem urbanística

Implementação de ações tendo em vista a cooperação dos órgãos que, direta ou indiretamente, estejam envolvidos na questão da organização dos espaços urbanos habitáveis, como pressuposto essencial para uma convivência social saudável e democrática, por meio da efetivação e adequação de planos

diretores em todos os municípios catarinenses, conforme o disposto no Estatuto da Cidade, e, ainda, a proteção ao patrimônio histórico, artístico, paisagístico e cultural.

8.3.5.6 Proteção atmosférica

Implementação de ações buscando a cooperação técnica e operacional dos órgãos públicos e privados, visando à redução da poluição atmosférica, por meio da execução, em todo o Estado de Santa Catarina, de programa destinado a equacionar as fontes poluentes originárias.

8.3.5.7 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além dos resultados já retratados na tabela do item 8.3.5, foram realizadas as seguintes atividades na área do meio ambiente, relacionadas com o Plano Geral de Atuação:

a) Programas:

a.1) Programa Água Limpa

Visa à proteção e recuperação das matas ciliares e dos mananciais de abastecimento público, com o propósito de reverter o quadro de degradação e poluição existentes em todas as principais bacias hidrográficas do Estado.

a.2) Programa Lixo Nosso de Cada Dia

Articulação entre o Ministério Público, os órgãos de proteção ambiental e os 293 municípios catarinenses visando a trabalhar a educação ambiental e a implementação de aterros sanitários, usinas de reciclagem ou outras formas de destinação adequada de resíduos sólidos, bem como a fiscalização, proteção e recuperação das áreas já degradadas em razão dos antigos depósitos a céu aberto.

a.3) Programa Silêncio Padrão

Objetiva propiciar a articulação necessária entre o Ministério Público, os órgãos do poder público, as associações e o Sindicato de Hotéis e Restaurantes, com vistas à implantação de ações preventivas e corretivas, objetivando minimizar os problemas originários da prática de poluição sonora.

a.4) Programa de Prevenção e Repressão à Poluição Atmosférica

Consiste num conjunto de medidas que serão adotadas em parceria com os demais órgãos encarregados da proteção ambiental, para reduzir a poluição atmosférica produzida pelas atividades industriais, como já efetivado por intermédio de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, firmado em 2004, entre o Sindicato e a Cooperativa representativa do setor das olarias e cerâmicas de revestimento do Sul do Estado e pelas estações de rádio-base, consideradas potencialmente poluentes em razão da emissão de radiação eletromagnética não ionizante. O programa pretende, além disso, estimular a edição de leis municipais, regulamentando o licenciamento ambiental das estações de rádio-base.

b) Ações:

b.1) Na área do **Programa Lixo Nosso de Cada Dia**, foi encaminhado e-mail a todos os 293 municípios catarinenses com intuito de buscar atualização da situação da disposição final dos resíduos sólidos domiciliares.

b.2) Foram realizadas reuniões de avaliação das ações/estudos previstos no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta das **Indústrias Processadoras da Mandioca** para produção, tão

somente, do **polvilho azedo**, que tem por objetivo a destinação correta dos efluentes sólidos e líquidos oriundos de sua manipulação, levando-se em conta o adequado cumprimento da legislação ambiental, bem como, em razão do prazo previsto no referido Termo para cumprimento de suas condicionantes estar expirando, deu-se início às discussões de renovação do documento mediante novas condicionantes. Principais resultados: **1.** obtenção de recursos para realização de pesquisas sobre a destinação correta dos efluentes: R\$ 318.500,00 (FAPESC); **2.** regularização ambiental de 26 empresas; e **3.** constituição da Associação das Empresas do Polvilho Azedo da Região Sul.

b.3) Na proteção, reparação do dano e licenciamento ambiental, da atividade agrícola de **orizicultura**, considerada potencialmente causadoras de degradação ambiental, com intuito de adequar aproximadamente 8.500 (oito mil e quinhentas) propriedades agrícolas à legislação ambiental e sanitária, por meio de diagnóstico da situação e Plano de Viabilização da Propriedade, com vistas à obtenção de licenciamento ambiental, foram firmados Termos de Compromisso de Ajustamento de Condutas – 2ª etapa. Passado um ano da assinatura dos documentos extrajudiciais, foram desencadeadas ações de fiscalização, com a participação da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Guarnição Especial de Polícia Militar Ambiental, bem como realizado levantamento dos dados de licenciamento.

b.4) Na proteção, reparação do dano e licenciamento ambiental, da atividade agrícola de **fruticultura**, considerada potencialmente causadora de degradação ambiental, com intuito de adequar as propriedades agrícolas à legislação ambiental e sanitária, por meio de diagnóstico da situação e Plano de Viabilização da Propriedade. Com vistas à obtenção de licenciamento ambiental, foram estendidas e mantidas as ações em toda a região de São Joaquim e Fraiburgo, abrangendo todos os locais onde há o cultivo da maçã, com a assinatura de Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta, tendo sido realizada reunião com representantes da FAESC, FETAESC, EPAGRI, Presidente do Sindicato Rural de Videira, com o intuito de solicitar a prorrogação dos prazos de licenciamento e recuperação de APP, bem como a solicitação de tratamento diferenciado para pequena propriedade.

b.5) Na área da **suinocultura**, procurou-se desenvolver ações para mitigar, por meio de ações concretas, a poluição causada pela atividade suinícola na região do Alto Uruguai Catarinense, visando a regularizar as propriedades por meio de licenciamento ambiental, formalizado a partir de um plano de viabilização elaborado com apoio de um comitê gestor e do setor de agroindústria, razão pela qual foram realizadas ações de fiscalização para verificação do cumprimento das condicionantes previstas no Termo de Compromisso da região mencionada alhures, bem como foram promovidas reuniões nas Comarcas de Chapecó e Braço do Norte, visando a estender as ações, por intermédio da assinatura de novos Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta, relacionados à atividade nas regiões de abrangência daqueles municípios.

b.6) Na área da **avicultura de corte**, em razão de solicitação do próprio setor produtivo, foram efetivadas assinaturas de Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta, visando a regularização da atividade no Estado de Santa Catarina, tendo em vista que parte das instalações físicas para criação de aves das propriedades encontram-se em desconformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes, conforme demonstra um “Relatório de Vistoria a campo da Fundação do Meio Ambiente”. A formalização do documento ocorreu em fevereiro de 2007 na região de abrangência da Grande Florianópolis e em dezembro do mesmo ano com abrangência na Região Sul do Estado.

b.7) Vislumbrou-se a premente necessidade de buscar articulação entre os órgãos e empresas, visando a ações integradas que possibilitem a regulamentação das atividades das empresas **Reflorestadoras em Santa Catarina**, com implementação do Programa de Recuperação Ambiental (PRA), disciplinando a recomposição da vegetação em áreas já ocupadas com plantio de vegetação exótica (pinus/eucalipto), as quais serão revertidas à vegetação original, conforme medidas que serão previstas no PRA. Para tanto, foi desenvolvida uma metodologia de valoração em parceria com o Núcleo de Gestão da Sustentabilidade da UFSC, a fim de mensurar as medidas compensatórias a serem aplicadas nos Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta a serem firmados. Foi encaminhada Recomendação à FATMA, com o intuito de cessar a retirada de espécies exóticas em Áreas de Preservação Permanente,

que deverá ser condicionada à celebração concomitante de Termos de Compromisso Ajustamento de Conduta. Reuniões foram realizadas com empresa reflorestadora, objetivando apresentar e adequar a metodologia ao caso concreto, a fim de aplicar às demais empresas.

b.8) Nas atividades que envolvem as **Indústrias de Cerâmica Vermelha e de Revestimento** foi firmado Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta ante à constatação da urgente necessidade de buscar a preservação dos cursos d'água e demais áreas ambientalmente protegidas, com a disciplina e adequação legal do uso do solo nas jazidas de extração de argila; à recuperação dos passivos ambientais, consubstanciados nas cavas de extração a céu aberto, verdadeiros focos de criação de mosquitos e outros insetos nocivos à saúde, além de representar perigo para a segurança das pessoas que transitam ou residem nas áreas circunvizinhas; e ao controle das emissões atmosféricas, em função das inversões térmicas que ocorrem principalmente em época de inverno na região de maior influência, com conseqüências danosas à saúde da população local. Dando continuidade às ações previstas no Termo de Compromisso, foi realizada fiscalização, pela Promotoria Ambiental de Criciúma, FATMA e Polícia Ambiental, em Morro da Fumaça, Sangão e Criciúma, em 40 olarias, com 12 autuações, resultando em inúmeros pedidos de licenciamento ambiental junto à Fatma e um aumento de 40% na colocação de filtro em olarias de toda a região. Realizou-se, ainda, a pedido da Promotoria de Justiça de Criciúma, audiência pública com a presença do Coordenador-Geral, Promotoria de Urussanga e Técnicos do CME, no município de Morro da Fumaça, para a apresentação dos resultados das implantações dos sistemas de filtros. O Coordenador-Geral do CME solicitou dados e informações complementares para posterior discussão acerca da renovação do TAC.

b.9) Inquérito Civil sobre **Saneamento**: o Ministério Público firmou Termo de Cooperação Técnica com órgãos públicos e entidades civis, com a finalidade de implementar ações integradas que possibilitem melhorar o índice de atendimento à população urbana com serviços adequados de esgotamento sanitário, e elencou medidas que deverão ser implementadas a curto, médio e longo prazo, por bacia hidrográfica, para reverter o quadro estampado no diagnóstico, cujos números apontam que 195 (66,55%) dos municípios catarinenses não possuem rede coletora. Vislumbrando atingir os objetivos almejados pelo Inquérito Civil, houve a realização do “Seminário para Construção de Soluções do Esgoto Sanitário na Bacia Hidrográfica do Itajaí”, organizado pelo Ministério Público de Santa Catarina, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí e Federação Catarinense de Municípios, na FURB, no município de Blumenau, além de várias reuniões de trabalho para discussão de minuta de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta a ser firmado nos municípios catarinenses. Deu-se início à elaboração de Guia Prático dos Serviços de Saneamento Básico, tendo por base a Lei n. 11.445/2007, objetivando auxiliar os Promotores de Justiça com atuação na área ambiental.

b.10) Em atenção às ações previstas no **Programa Silêncio Padrão** foi realizada audiência pública, em 9 de outubro de 2007, objetivando a divulgação da nova etapa de implementação do Protocolo de Intenções que criou o programa, cujo objetivo foi tornar público os mecanismos de controle da poluição sonora no município de Florianópolis. O evento contou com a participação de proprietários de bares, restaurantes e similares, de escolas, academias, responsáveis por igrejas, templos e comunidade em geral.

c) Atividades:

c.1) CONVÊNIOS - Com o intuito de auxiliar as ações desenvolvidas pelas Promotorias de Justiça com atribuição na área ambiental, o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente iniciou diversas tratativas com entes públicos e privados objetivando efetivar **convênios** de cooperação com o Ministério Público.

*** Sistema Integrado de Licenciamento Ambiental (SinFAT)** - disponibilizado ao Ministério Público pela Fundação Estadual do Meio Ambiente, por intermédio de Termo de Cooperação Técnica firmado com o Ministério Público no ano de 2007. O objetivo deste sistema é agilizar e dar transparên-

cia aos procedimentos de licenciamento ambiental. Com referido sistema será possível ao Ministério Público acompanhar os novos processos de licenciamento ambiental protocolados na FATMA. Entre os benefícios da implantação do referido sistema, destaca-se o protocolo e a tramitação eletrônica dos processos de licenciamento, o planejamento de vistorias e fiscalizações pelo órgão ambiental, a definição correta da documentação do processo de autorização e o cadastro de empreendimentos não sujeitos a licenciamento, para futura averiguação. O acesso está restrito a funcionários da FATMA, contudo, conforme noticiado anteriormente, o Ministério Público, por intermédio do Termo de Cooperação Técnica firmado, também terá acesso ao banco de dados do SinFAT, cujo acesso ficará sob a responsabilidade do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, o qual poderá repassar aos Promotores de Justiça, sempre que solicitado, as informações constantes nesse banco de dados.

*** Convênio com a Secretaria de Estado e Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com a interveniência do Instituto Geral de Perícias e a Polícia Militar** - o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente elaborou minuta do Termo de Convênio celebrado pelo Ministério Público e Secretaria de Estado e Segurança Pública do Estado, objetivando **a coleta, a análise laboratorial de águas e efluentes, a realização de Laudos Técnicos Ambientais e Laudos Perícias Criminais**, visando a instruir Inquéritos Cíveis, Procedimentos Administrativos Preliminares, Inquéritos Policiais e Termos Circunstanciados, bem como contribuir no aparelhamento da Polícia Militar Ambiental e do Instituto Geral de Perícias.

*** Convênio com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) - Geoprocessamento** - visará à realização de pesquisas, ensino, intercâmbio de informações técnico-científicas, desenvolvimento de atividades cooperativas em áreas de interesse comum, em especial aquelas ligadas à área de geotecnologias no controle e monitoramento do meio ambiente. Os projetos e atividades específicos serão definidos em Termos de Ajuste de Condutas e seus respectivos Planos de Trabalho, onde serão estabelecidos objetivos perfeitamente realizáveis e sem prejuízo da ação individual e independente de cada uma das partes convenientes.

*** Convênio com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI) - Geoprocessamento** - visará a troca de informações entre o Ministério Público e a EPAGRI, nas áreas de geoprocessamento, sensoriamento remoto, cartografia, análise ambiental, tecnologia da informação e compartilhamento de bancos de dados, visando a otimizar, em ambas as instituições, ações preventivas, mitigatórias, corretoras e educativas na aplicação da legislação ambiental no meio rural catarinense e demais ecossistemas circunvizinhos ou dele dependentes, conforme planos de trabalhos a serem especificados a cada ação e inseridos como aditivos a este instrumento.

c.2) SEMINÁRIO - Realizou-se o Seminário “**Delimitação de APPs em Áreas Urbanas Consolidadas**”, visando a auxiliar a atuação dos Promotores de Justiça com atribuição na área do meio ambiente no Estado de Santa Catarina, tendo em vista a dificuldade no tratamento do tema “áreas de preservação permanente urbanas” e definição dos limites legalmente impostos para proteção das matas ciliares ali situadas, ante à realidade histórica de urbanização das cidades do Estado catarinense, iniciadas e desenvolvidas, em sua maioria, às margens dos cursos d’água. Este seminário foi organizado pelo Ministério Público de Santa Catarina, por intermédio do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, pela Associação Catarinense do Ministério Público e pela Escola Superior do Ministério Público e contou com a participação de 49 Procuradores e Promotores de Justiça, resultando na elaboração dos Enunciados do evento publicados na Intranet do Ministério Público.

c.3) GUIA DO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO - O Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente elaborou o **Guia sobre Parcelamento do Solo Urbano**, visando a auxiliar a atuação dos membros do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, disponibilizado na Intranet, o qual é apresentado na forma simplificada e prática de perguntas e respostas, procurando auxiliar a compreensão acerca deste tema complexo, cujo estudo, sem pretender o esgotamento da matéria, procura enfrentar maiores dúvidas suscitadas e repercussões da nova Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006), em sintonia

com as demais legislações federais, estaduais, atos e instruções normativas correlatas atualmente vigentes.

c.4) CÓDIGO AMBIENTAL CATARINENSE - O Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente por intermédio de seus Coordenadores e Equipe Técnica, coordenou o trabalho de revisão e realização de propostas ao Governo do Estado para elaboração do **Código Ambiental Catarinense**. Foi realizado debate acerca do teor da minuta do Código Ambiental Catarinense com a Fundação do Meio Ambiente, com transmissão via *web*, possibilitando a participação de todos os membros do Ministério Público, realizado sob a coordenação do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente.

c.5) EMPRESAS MINERADORAS - Este Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, em parceria com o Ministério Público Federal de Criciúma, participou das vistorias de avaliação dos Termos de Ajustamento de Conduta da atividade de mineração, objetivando a regularização ambiental das **empresas mineradoras na Região Sul do Estado**, contando com a participação da Equipe Técnica deste Centro de Apoio nas análises das auditorias realizadas nas referidas empresas, bem como elaborou minuta, conjuntamente com o Ministério Público Federal, do novo Termo de Ajustamento de Conduta firmado com as empresas do setor, no ano de 2007.

8.3.6 Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CCO)

O Centro de Apoio Operacional do Consumidor, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio recebidas de órgãos de execução	398
Pesquisas realizadas	134
Palestras ministradas	5
Participação em reuniões	104
Participação em audiências públicas	4
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	9
Participação em órgãos externos ou outras entidades representando a Instituição	17
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	809
Ofícios, e-mails e fax expedidos	3.827
Ofícios, e-mails e fax recebidos	2.961
Pessoas atendidas (do público externo)	93
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	12

8.3.6.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área do consumidor ocorreu, prioritariamente, nos campos da proteção da saúde e segurança do consumidor, do serviço de atendimento ao consumidor e da qualidade dos produtos e serviços.

8.3.6.2 Proteção da saúde e da segurança do consumidor

Deu-se continuidade a ações que visam a resguardar a saúde e a segurança dos consumidores de produtos e serviços, com ênfase nos casos relativos à qualidade da água tratada; produtos de origem animal não inspecionados e segurança em espaços de lazer (estádios, ginásios de esportes, cinemas, teatros e outros).

8.3.6.3 Ampliação do serviço de atendimento ao consumidor

Deu-se continuidade a ações que visam a incentivar a instalação de serviços de proteção ao consumidor (Procons) nos municípios catarinenses, a fim de possibilitar ao consumidor a defesa extrajudicial e judicial de seus direitos, bem como àquelas visando a ampliar os serviços de vigilância sanitária municipais.

8.3.6.4 Qualidade de produtos e serviços

Implementação de ações visando a coibir a venda de produtos e a prestação de serviços com vícios de qualidade ou quantidade, os quais afrontam direitos básicos do consumidor, inclusive a adulteração de combustíveis automotivos e a comercialização de produtos e serviços da construção civil em desacordo com os padrões técnicos exigidos.

8.3.6.5 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além dos resultados já retratados na tabela do item 8.3.6, foram realizadas as seguintes atividades na área do consumidor relacionadas com o Plano Geral de Atuação:

a) Programas:

a.1) Programa de Proteção Jurídico-Sanitária de Consumidores de Produtos de Origem Animal

Articulação entre o Ministério Público e os órgãos responsáveis pelo exercício do poder de polícia, existente desde outubro de 1999, com vistas a uma efetiva repressão à produção e à comercialização de produtos de origem animal impróprios ao consumo. Ações promovidas: apoio na articulação e organização de 53 fiscalizações municipais, promovidas pelos órgãos parceiros e Promotorias de Justiça de defesa do consumidor, a fim de coibir a comercialização de produtos impróprios ao consumo e interditar abatedouros clandestinos, resultando na apreensão e inutilização de aproximadamente 261 toneladas de produtos clandestinos. Apoio ao ciclo de seminários promovido pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV/SC), por meio de palestras sobre o Código de Defesa do Consumidor, proferidas pelos Promotores de Justiça das Comarcas onde os eventos foram realizados. Conclusão dos levantamentos relativos ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM) - da sua existência nos municípios e do número de empresas que possuem o serviço - e Serviço de Inspeção Estadual (SIE) - responsabilidade técnica das empresas que o possuem.

a.2) Programa Combustível Legal

Objetiva o aperfeiçoamento da articulação já existente entre o Ministério Público e as entidades públicas e privadas para efetiva repressão às irregularidades na distribuição e comercialização de combustíveis no Estado de Santa Catarina. Ações promovidas: gerenciamento das informações prestadas pela Agência Nacional de Petróleo, acerca dos índices de irregularidades na qualidade dos combustíveis; coleta de combustível para análise e remessa dos laudos aos Promotores de Justiça do Estado, totalizando 371 coletas (30 por mês - 349 encaminhamentos às Promotorias de Justiça); comunicação aos Promotores de Justiça sobre postos de combustível que comercializam combustível de marca diversa da bandeira ostentada no estabelecimento (93 comunicações); controle e providências com relação ao cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta firmados pelas Promotorias de Justiça do Estado quanto à qualidade dos combustíveis (45 coletas e análises).

a.3) Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat

Parceria institucional visando à proteção aos cidadãos e à sociedade, em atendimento à proposta do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade no Habitat (PBQP-H). Ações promovidas: encaminhamentos às Promotorias de Justiça de laudos recebidos da Superintendência do INMETRO deste Estado, referente às empresas que comercializam produtos cerâmicos (107 encaminhamentos); participação em 20 reuniões do PBQP-H; realização de fiscalização em 116 empresas fabricantes de blocos cerâmicos para acompanhamento dos termos de ajustamentos de conduta firmados pelas Promotorias de Justiça.

b) Ações:

b.1) Inquérito Civil Estadual n. 003, de 9 de setembro de 2004, para a apuração dos fatos e das responsabilidades atinentes ao controle e à vigilância da qualidade da água. Ações promovidas: conclusão, no mês de janeiro, do levantamento de laboratórios de instituições públicas, não vinculados ao Laboratório Central (LACEN), que realizam as análises exigidas pela Portaria n. 518/04 do Ministério da Saúde; encaminhamento, no mês de abril, de relatório das atividades desenvolvidas ao Procurador-Geral de Justiça; realização de três reuniões regionais com associações de municípios (Associação de Municípios da Foz do Rio Itajaí – AMFRI; Associação de Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC; e a Associação dos Municípios do Entre Rios – AMERIOS e Associação de Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC) e Promotorias de Justiça respectivas, para se discutir as obrigações de Termo de Ajustamento de Conduta (encaminhamento posterior de minuta de Termo de Ajustamento com as sugestões colhidas); participação em reunião ocorrida no Curso de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (VIGIAGUA), promovido pela Vigilância Sanitária do Estado e a Coordenação Geral de Vigilância Ambiental em Saúde, do Ministério da Saúde, juntamente com representantes do Laboratório Central (LACEN) e a Gerência em Saúde Ambiental (GESAM), para discutir a situação do Estado de Santa Catarina quanto à vigilância da qualidade da água; manifestações proferidas a pedido de membros do Conselho Superior deste Ministério Público em três pedidos de arquivamento de inquéritos civis.

b.2) Projeto para Fomentar Órgãos Municipais de Defesa dos Consumidores (Procons), desenvolvido desde 2000. Ação promovida: realização de reuniões, nos meses de maio e agosto, com representantes do Procon Estadual e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC), nas quais se discutiram procedimentos para que a Secretaria de Estado de Segurança Pública crie delegacia especializada na defesa do consumidor, bem como formas de auxílio e criação de Procons Municipais.

c) Atividades:

c.1) Expediente de Apoio n. 020/03, de 15 de julho de 2003, sobre excesso de água em frangos congelados: realizadas 3 reuniões com a CIDASC, MAPA, PROCON/SC, VISA/SC, ACATS, sendo que a última contou com a participação do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado de Santa Catarina (Sindicarne/ACAV) e da Associação dos Frigoríficos e Estabelecimentos com Inspeção Estadual de Santa Catarina (AFEIESC), visando a deflagrar medidas mais efetivas para coibir a adição de água no frango. Foi proposto convênio com a CIDASC, MAPA, VISA/SC e PROCON/SC para que realizassem coleta de amostras de frangos produzidos e/ou comercializados no Estado, para serem analisados pelos laboratórios da CIDASC ou do MAPA. Encaminhamento dos laudos que acusaram excesso de água às Promotorias de Justiça das Comarcas nas quais as avícolas eram sediadas (Xaxim, Braço do Norte, Itapiranga, Criciúma e Ipumirim), juntamente com minuta de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta elaborado pelo CCO, legislação pertinente e outros subsídios.

c.2) Expediente de Apoio n. 033/03, de 14 de agosto de 2003, sobre o cumprimento do Estatuto do Torcedor (normas de segurança): foram realizados 15 encaminhamentos às Promotorias de Justiça do Consumidor, em razão de vistorias feitas pela Confederação Brasileira de Futebol e Federação Cata-

rinense de Futebol.

c.3) Expediente de apoio n. 51/2005, de 2 de setembro de 2005, sobre a adequação de copos plásticos às normas da ABNT (NBR 14.865): participação, no mês de outubro, de reunião promovida pela Associação Brasileira de Copos Descartáveis (ABRADE), na cidade de Criciúma, para discussão do Termo de Ajustamento de Conduta firmado pelas Promotorias de Justiça da Região Sul com os fabricantes de copos plásticos descartáveis, para cumprimento da NBR 14.865. Acompanhamento da revisão desta norma técnica promovida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em São Paulo, juntamente com representantes de todos os setores envolvidos e sociedade civil.

c.4) Expediente de Apoio n. 053/05, de 30 de julho de 2005, sobre a troca de medicamento prescrito por medicamento similar e Expediente de Apoio n. 56/05, de 18 de outubro de 2005, sobre o funcionamento de estabelecimentos denominados “drugstores”: em razão do Aditivo n. 001/2006 ao Convênio de Cooperação Técnica n. 021/2002, firmado entre o Ministério Público, a Secretaria de Estado da Saúde e o Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina, para a promoção da saúde dos consumidores, foram realizados 74 encaminhamentos sobre irregularidades às Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, Vigilâncias Sanitárias Municipais, Conselho Regional de Farmácia e Diretoria de Vigilância Sanitária, assim como foi solicitada uma vistoria ao órgão estadual responsável.

c.5) Expediente de Apoio n. 070/2007, de 02 de março de 2007, sobre cumprimento da RDC 305/2005-ANVISA por laboratórios de análises clínicas: foram realizadas 03 reuniões com a Diretoria de Vigilância Sanitária, Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (INMETRO), Conselhos Regionais de Farmácia, Medicina, Biologia e Química, Sindicato dos Laboratórios de Análises Clínicas, Patologia Clínica e Anátomo-Citopatologia no Estado de Santa Catarina (SINDILAB/SC) e Federação Catarinense de Municípios (FECAM), visando à efetiva implementação da norma técnica (RDC 305/2005), em vigor desde meados de 2006. Como resultado desses encontros, a VISA/SC treinou 20 técnicos e deu início às fiscalizações dos laboratórios no Estado de SC, e o CRF realizou cursos, visando a capacitar os farmacêuticos-bioquímicos às normas dispostas na RDC.

c.6) Expediente de Apoio n. 071/2007, de 07 de março de 2007, sobre o acompanhamento do Programa Nacional de Resíduos de Medicamentos Veterinários no Leite (PANVET): foi realizado acompanhamento do programa que monitora o controle da qualidade do leite comercializado em Santa Catarina. Foram recebidos os laudos dos anos de 2004 a 2007, os quais não apresentaram irregularidades.

c.7) Realização de palestra sobre cumprimento de normas técnicas no lançamento do Programa de Qualidade de Sacolas Plásticas promovido pelo Instituto Nacional do Plástico (INP) e Associação Brasileira da Indústria de Embalagens Flexíveis (ABIEF).

c.8) Apoio técnico prestado à 9ª Promotoria de Justiça de Criciúma: análise do modelo de cálculo tarifário do Sistema Integrado de Transporte Público de Passageiros de Criciúma, em função do reajuste concedido em junho de 2007, bem como participação em duas reuniões realizada na citada Promotoria de Justiça para discussão de termo aditivo.

c.9) Elaboração da Nota Técnica n. 01/07, de 19 de junho de 2007, relacionada à Metodologia de Cálculo do CUB – Custo Unitário Básico da construção civil com a finalidade de adaptar o cálculo do custo da construção civil à nova norma técnica (NBR 12.721/2006).

c.10) Elaboração de parecer técnico relativo à definição de índice de correção monetária a ser utilizado em contratos e/ou termos de ajustamento de conduta que possuam como indexador a UFIR - Unidade Fiscal de Referência.

c.11) Assinatura do Termo de Cooperação Técnica n. 011, de 05 de setembro, firmado pelo Ministério Público com a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina (FCDL/SC), objetivando a promoção de condições e o estabelecimento de regras para o intercâmbio de informações, visando a resguardar o direito de informação do consumidor no Estado de Santa Catarina.

c.12) Encaminhamento às Promotorias de Justiça de defesa do consumidor, nos meses de outubro e novembro, de material de apoio e despacho proferido pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) sobre cobranças indevidas feitas em relação ao serviço de telefonia rural.

8.3.7 Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações (CCF)

O Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a órgãos de execução recebidas	602
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	39
Atos de apoio realizados a órgãos de 1º grau	613
Pesquisas realizadas	288
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	310
Palestras ministradas	6
Participação em reuniões	97
Participação em audiências públicas	4
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	36
Participação em órgãos externos ou outras entidades representando a Instituição	48
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	2
Ofícios, e-mails e fax expedidos	3.581
Ofícios, e-mails e fax recebidos	3.730
Pessoas atendidas (público externo)	796
Outras atividades de apoio	750
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	10

8.3.7.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área da cidadania e fundações ocorreu, prioritariamente, nos campos da proteção à saúde, às pessoas portadoras de deficiência e aos idosos e na orientação e fiscalização das comunidades terapêuticas e fundações privadas.

8.3.7.2 Proteção à saúde

Deu-se continuidade às ações que visam a garantir ao cidadão o acesso universal, integral e gratuito à promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como a erradicação da cobrança indevida por serviços prestados no âmbito do SUS.

8.3.7.3 Proteção às pessoas portadoras de deficiências

Deu-se continuidade às ações visando a fiscalizar e fazer cumprir os preceitos constitucionais e infraconstitucionais de proteção e garantia de acesso, por parte das pessoas portadoras de deficiências, aos edifícios, aos equipamentos públicos e aos meios de transporte coletivo, bem como a garantir o acesso dessas pessoas à rede regular de ensino.

8.3.7.4 Proteção aos idosos

Deu-se continuidade às ações já desencadeadas, visando a zelar pela correta aplicação das normas relativas ao idoso, evitando a ocorrência de abusos e lesões a seus direitos e contribuindo com o seu bem-estar, especialmente por meio de vistorias em entidades asilares e de ações articuladas com outros organismos e instituições.

8.3.7.5 Orientação e fiscalização das comunidades terapêuticas

Deu-se continuidade ao Programa de Orientação e Vistoria às Comunidades Terapêuticas, realizando visitas do Ministério Público, em conjunto com outros órgãos públicos ou instituições privadas afins (Vigilância Sanitária Estadual, Corpo de Bombeiros, Conselho Estadual de Entorpecentes e representantes das Comunidades Terapêuticas situadas no Estado), nos locais que prestam serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, visando a orientar e dotar a instituição de critérios mínimos para o funcionamento desses serviços, notadamente no que diz respeito à higiene, ao corpo técnico especializado, ao espaço para atividades, à rotina de funcionamento e tratamento etc.

8.3.7.6 Fiscalização das fundações

Deu-se continuidade ao Programa de Cadastramento e Prestação de Contas das Fundações Privadas, visando a formar e atualizar o cadastro de fundações particulares existentes em Santa Catarina e padronizar suas prestações de contas, de modo a tornar mais eficaz e efetiva a fiscalização legalmente atribuída ao Ministério Público, por intermédio do Sistema de Cadastro e Prestação de Contas (SICAP), bem como disciplinar a instituição e promover alterações estatutárias.

8.3.7.7 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além dos resultados já retratados na tabela do item 8.3.7, foram realizadas as seguintes atividades na área da cidadania e fundações relacionadas com o Plano Geral de Atuação:

a) Programas:

a.1) Programa de Combate à Abusividade de Cobrança no Sistema Único de Saúde (SUS)

Objetiva reprimir a abusividade de cobrança por serviços prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com vistas à garantia de acesso universal, igualitário, integral e gratuito à promoção, proteção e recuperação da saúde do cidadão catarinense. O programa também possibilita uma visão estatística sobre as demandas dirigidas às Promotorias de Justiça, especialmente pelo Serviço de Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Estadual de Saúde. Abaixo a tabela referente ao período de 1996 a dezembro de 2007:

Total de Processos:	659	100%
Abertura de PAP	10	1,52%
Abertura de Inquérito Civil	2	0,30%
Requisição de Inquérito Policial	147	22,31%
Ajustamento de Conduta	0	0%
Ação Civil Pública	1	0,15%
Denúncia	42	6,37%
Arquivado	92	13,96%
Não Informado	365	55,39%
Comunicado a entidade CREMESC	10	1,52%

a.2) Programa de Fiscalização de Internações Psiquiátricas Involuntárias

Objetiva proteger as pessoas portadoras de transtornos psíquicos de eventuais abusos e fiscalizar as internações psiquiátricas involuntárias, nos termos da Lei Federal n. 10.216/2001. Neste programa realizaram-se 10 reuniões da Comissão Revisora das Internações Psiquiátricas Involuntárias, no CCF, nas quais foram analisadas comunicações de internações, de prorrogações e alta de internações e, nas hipóteses de descumprimento das recomendações, nos preenchimentos destas foram requisitadas certas informações. Com o objetivo de viabilizar o preenchimento das comunicações de internações, de prorrogações e alta de internações via Internet, criou-se o CIPI - Cadastro de Internações Psiquiátricas Involuntárias. Na data de 22 de março de 2007, foi firmado o Convênio de Cooperação Técnica n. 005/2007 entre o Ministério Público, a Secretaria Estadual de Saúde, o Instituto São José, o Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina (IPq) e o Hospital Santa Catarina de Blumenau, possibilitando aos hospitais psiquiátricos ou hospitais com leito destinado à internação psiquiátrica que acessem o respectivo banco de dados cadastral com o objetivo de alimentá-lo ou visualizá-lo. O sistema acima citado também permitirá que o Promotor de Justiça da Comarca, onde haja internações psiquiátricas involuntárias, faça, dentre outras ações, notificações ao hospital ou mesmo requerimentos de auxílio à Comissão Revisora, a fim de que seja sanada alguma dúvida porventura existente acerca do processo de internação. Tendo em vista a implantação do CIPI - Cadastro de Internações Psiquiátricas Involuntárias no Instituto São José, no Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina (IPq) e no Hospital Santa Catarina de Blumenau, foram realizadas visitas aos referidos hospitais para sanar dúvidas do corpo médico e fazer uma nova explanação sobre o programa.

Com a implantação do CIPI - Cadastro de Internações Psiquiátricas Involuntárias, em caráter experimental até 31 de dezembro de 2007, no Instituto São José, o Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina (IPq) e o Hospital Santa Catarina de Blumenau passaram a alimentar o programa, não sendo mais necessário a comunicação via correio. Os demais hospitais que continuaram a comunicar as ocorrências psiquiátricas via correio foram: Casa de Saúde Rio Maina, em Criciúma, Hospital Hélio dos Anjos, em Curitiba, Hospital Nossa Senhora da Conceição, em Urussanga, e o Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, em Joinville.

a.3) Programa de Vistoria a Entidades Asilares

Objetiva coordenar as ações de fiscalização aos estabelecimentos que abriguem as pessoas idosas em regime asilar. Já em fase de execução avançada, o CCF está acompanhando as ações desencadeadas nas Promotorias de Justiça a partir das vistorias realizadas desde o segundo semestre de 2005. Especificamente em 2007, o CCF acompanhou a 9ª Promotoria de Justiça de Itajaí em vistorias realizadas em 5 (cinco) Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), estabelecidas naquela Comarca.

a.4) Programa de Cadastramento e Prestação de Contas das Fundações

Objetiva gerenciar o Banco de Dados de Fundações, criado pelo Ato n. 00059/MP/2002, que normatizou e padronizou a forma de prestação de contas anual das fundações privadas ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina. O programa utiliza sistema informatizado, elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), denominado SICAP (Sistema de Cadastro e Prestação de Contas). A situação atual das fundações privadas cadastradas no SICAP no Estado de Santa Catarina é: ativas - 181 (43 na Capital e 138 no interior); extintas - 38; em processo de extinção - 28; total de fundações - 247; prestaram contas - 167 fundações, sendo que 152 são referentes a 2006. O Termo de Cooperação com a FIPE foi renovado no dia 21 de novembro, facilitando o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas fundações e entidades de interesse social.

a.5) Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nos Prédios Públicos

Objetiva promover a adequação, mediante a supressão de barreiras e obstáculos dos prédios públicos estaduais e municipais, de modo a garantir a livre acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Está em curso na Capital, sob a condução da 30ª Promotoria de Justiça da Capital, a experiência-piloto. A fase seguinte será a interiorização do programa às demais Promotorias de Justiça da cidadania. Foram iniciadas tratativas junto ao Tribunal de Justiça com a finalidade de se adequar os prédios públicos sedes de Fóruns às normas de acessibilidade.

a.6) Programa de Orientação e Vistoria às Comunidades Terapêuticas

Objetiva, inicialmente, a realização de vistorias pelo Ministério Público, em conjunto com a Vigilância Sanitária Estadual - eventualmente com a Municipal -, Corpo de Bombeiros Militar (CBMSC), Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CI-DASC), em estabelecimentos que prestam serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas (Comunidades Terapêuticas), com o intuito principal de fazer com que tais estabelecimentos exerçam suas atividades em consonância com as normas contidas na Resolução RDC n. 101, de 30 de maio de 2001, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em especial no que diz respeito à higiene, ao corpo técnico especializado, espaço para atividades e rotinas de funcionamento e tratamento. Durante o ano de 2007, foram vistoriados três estabelecimentos situados em São Francisco do Sul, um em Santo Amaro da Imperatriz e um em Itajaí. Até o presente momento, com a finalidade de sanar as irregularidades constatadas durante as vistorias, foram firmados Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) nas Comarcas de Criciúma (Comunidade Terapêutica Desafio Jovem), Gaspar (Novo Rumo Casa de Recuperação e Centro de Reabilitação Jovens Livres), Itajaí (Comunidade Terapêutica Nova Vida, Centro de Tratamento Alternativo Pró-Vida e Centro de Recuperação da Paciência Vale Ebenezer), Lages (Sociedade Paranaense da Divina Providência e Centro de Recuperação Nossa Senhora Aparecida - CREMSA), Santo Amaro da Imperatriz (Associação de Assistência Social Jesus da Vida), Treviso (Casa de Recuperação o Bom Samaritano) e Vidal Ramos (Centro de Recuperação da Vida - CERVIDA). Oitenta estabelecimentos localizados nas mais diversas regiões do Estado já foram vistoriados e, destes, 75 efetivamente caracterizavam-se, à época das vistorias como Comunidades Terapêuticas, sendo que, atualmente, onze (14,66%) já firmaram Termos de Ajustamento de Conduta (TAC); um (1,35%) teve o respectivo Procedimento Administrativo Preliminar arquivado em virtude de ter cumprido as exigências feitas por todos os órgãos que participaram da vistoria; sete (9,33%) não mais se encontram em funcionamento; quatro (5,33) encontram-se em funcionamento, porém não mais desenvolvem atividades de recuperação de pessoas com dependência de substâncias psicoativas; e cinquenta e duas (69,33%) foram vistoriadas, tendo sido instaurados Procedimentos Administrativos Preliminares por parte dos (as) Promotores (as) de Justiça para análise da situação e, se for o caso, posterior confecção de Termos de Ajuste de Conduta ou de Ação Civil Pública, a fim de que as Comunidades Terapêuticas regularizem os aspectos que não estejam de acordo com as normas que regulam a prestação de serviço por parte dessas entidades. Durante o ano de 2008, dar-se-á continuidade ao trabalho de identificação daquelas Comunidades Terapêuticas porventura ainda não conhecidas, tomando-se como base as informações obtidas no CONEN e na Vigilância Sanitária Estadual e aquelas recebidas pelo Ministério Público provenientes de outros órgãos públicos ou mesmo de cidadãos residentes em municípios onde se situam aqueles estabelecimentos. Prosseguir-se-á na digitação de relatórios e organização de documentos remetidos ao CCF pelas próprias instituições, tais como: comprovantes de registros nos órgãos competentes, estatutos sociais, regimentos internos, programas terapêuticos, declarações de utilidade pública, com o conseqüente envio dessa documentação aos (as) Promotores (as) de Justiça das Comarcas onde se situem as Comunidades Terapêuticas em questão, a fim de que aqueles (as) possam tomar as medidas que julgarem cabíveis para a regularização do funcionamento das instituições, de acordo com as normas previstas na Resolução RDC n. 101, de 30 de maio de 2001, da Agência Na-

cional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e demais normas pertinentes.

b) Ações:

b.1) Combate à Dengue

Face à informação enviada pela Secretaria de Estado da Saúde de que entre janeiro e maio de 2007 haviam sido detectados 796 focos do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, em 39 das 293 cidades catarinenses, o Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações desencadeou uma ação de prevenção epidemiológica, informando todas as Promotorias de Justiça com atuação na cidadania sobre as condições de suas Comarcas, alertando sobre os riscos da proliferação do inseto, sugerindo o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos municípios no combate ao mosquito e a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais, caso necessário. Os números da Diretoria de Vigilância Epidemiológica, da Secretaria de Estado da Saúde, demonstravam que os 796 focos detectados nos primeiros cinco meses de 2007 ultrapassam duas vezes os 386 focos encontrados durante todo o ano de 2006 e quatro vezes os números de 2005. Desta maneira, visando a proporcionar maior facilidade para o enfrentamento da questão, o CCF instrumentalizou as Promotorias de Justiça tanto para efetuarem recomendações de adequações aos municípios, quanto para proporem Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para a implementação das medidas de prevenção necessárias, além de ajuizarem Ação Civil Pública com o objetivo de assegurar ações para impedir a evolução dos casos de dengue no Estado.

c) Atividades:

c.1) Aproximação do Centro de Apoio dos Promotores de Justiça curadores dos Direitos Humanos e Cidadania, com a implementação de estratégias que focalizem o atendimento prioritário às Promotorias de Justiça em suas atividades-fim, com destaque ao incremento do acervo de pesquisa e do auxílio, com a alimentação da Intranet institucional com material de apoio.

c.2) Participação na Reunião Descentralizada e Ampliada do Conselho Nacional de Assistência Social, realizada no período de 23 a 25 de abril de 2008. Tais reuniões acontecem periodicamente em regiões do Brasil e têm como objetivo mobilizar e propiciar a participação ampla dos vários atores da Política da Assistência Social e Políticas Setoriais e de Direito, na discussão e avaliação de temas relevantes para o fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). O MPSC fez-se representar pelos Promotores de Justiça Leonardo Henrique Marques Lehmann, Coordenador do CCF, e Genivaldo da Silva, da Comarca de Joinville.

c.3) Participação nas reuniões destinadas a tratar da Jornada Catarinense de Prevenção à Violência Contra a Mulher, realizadas nos dias 23 de abril de 2007 e 05 de maio de 2007 na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. O CCF foi representado por sua Coordenadora-Geral, Procuradora de Justiça Vera Lúcia Ferreira Copetti.

c.4) Participação na audiência pública sobre o “Programa de prevenção e da saúde reprodutiva nas escolas públicas, para garantir a distribuição gratuita de preservativos aos alunos das escolas públicas”, audiência esta realizada em 15 de maio de 2007 na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Criado em 2003, o programa faz parte do processo de promoção da saúde sexual e reprodutiva de jovens e adolescentes, com enfoque na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. O CCF foi representado por seu Coordenador, Promotor de Justiça Leonardo Henrique Marques Lehmann.

c.5) Participação no Seminário “Os Desafios da Gestão da Assistência Farmacêutica no SUS”, promovido pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), em 22 de maio de 2007, em Brasília. O evento teve como objetivo discutir o acesso da população à assistência farmacêutica do Sistema Único de Saúde (SUS), em especial aos medicamentos de dispensação excepcional ou de alto custo, por meio de demandas judiciais e teve como público-alvo Secretários Estaduais e Municipais de Saúde,

representantes do Ministério da Saúde, Juízes, Desembargadores, Promotores de Justiça, Procuradores Estaduais, parlamentares e representantes da sociedade civil organizada. Os Promotores de Justiça Ângela Valença Bordini Silveira e Luís Suzin Marini Júnior, Curadores da Cidadania e de Fundações nas Comarcas de Curitiba e Concórdia, respectivamente, e a Procuradora de Justiça Vera Lúcia Ferreira Copetti, Coordenadora-Geral do Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações, compareceram ao encontro, representando o Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

c.6) Participação no X Fórum das Entidades Médicas do Estado de Santa Catarina (FEMESC), realizado em 30 de junho de 2007, na cidade de Chapecó. O FEMESC acontece todos os anos desde 1997 e é organizado pelas três entidades médicas do Estado – SIMESC, ACM e CREMESC. Na oportunidade, a Coordenadora-Geral do CCF, Procuradora de Justiça Vera Lúcia Ferreira Copetti, apresentou painel sobre a visão do Ministério Público no fornecimento de medicamento no âmbito do SUS.

c.7) Participação no seminário “O Legislativo e a Pessoa com Deficiência”, no dia 20 de julho de 2007, em Brasília (DF), evento este promovido pela Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da Comissão de Educação e Cultura e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. O MPSC foi representado pelo Promotor de Justiça Miguel Luís Gnigler, da Comarca de Joaçaba. Durante o seminário, foram discutidos, dentre outros temas: 1) a necessidade da ratificação da Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; 2) o conteúdo dos projetos de lei n. 7.699/06, do Senado, e n. 3.638/00, em trâmite na Câmara dos Deputados; e 3) a falta de coercibilidade das normas que tutelam os direitos das pessoas com deficiência e os avanços da educação especial prevista na LDB nos últimos 10 anos. O membro do MPSC participante do evento sugeriu que a Frente Parlamentar e o CONADE, com base em seus estatutos, oficiem aos Exmos. Srs. Procuradores-Gerais de Justiça, sugerindo que os MPs dos Estados contemplem em seus planos de ação medidas para garantir a eficácia material das normas de proteção das Pessoas com Deficiência, especialmente no tocante à lei da acessibilidade, aos meios de transportes e aos órgãos públicos.

c.8) Participação na audiência pública realizada em 03 de outubro de 2008 na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para discussão sobre “utilização de discriminação e o abuso de autoridade por membros dos órgãos de segurança pública do Estado de Santa Catarina”. O CCF esteve representado por seu Coordenador, Promotor de Justiça Leonardo Henrique Marques Lehmann, representando o Procurador-Geral de Justiça.

c.9) Participação, no dia 12 de novembro, no I Encontro dos Profissionais de Fiscalização dos Conselhos de Classe, promovido pela ASCOP, no auditório do CREA-SC. O objetivo do evento foi reunir fiscais dos 20 Conselhos associados ao órgão para debater temas pertinentes à área. A programação contou com a palestra do Coordenador do CCF, Promotor de Justiça Leonardo Henrique Marques Lehmann, representando o Ministério Público de Santa Catarina, cujo tema foi “Ministério Público/Conselhos Estaduais: possibilidades de um trabalho em conjunto”.

c.10) Participação da 13ª edição da Conferência Nacional de Saúde, ocorrida de 14 a 18 de novembro em Brasília (DF). Realizado a cada quatro anos, o encontro tem a finalidade de promover discussões e permitir deliberações de políticas públicas de saúde para os anos seguintes, além de avaliar a situação da saúde, de acordo com os princípios e as diretrizes do SUS, previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Saúde. A conferência teve como tema central “Saúde e Qualidade de Vida: Política de Estado e Desenvolvimento” e foi discutida através de três eixos: “Desafios para a efetivação do direito humano à saúde no século XXI: Estado, sociedade e padrões de desenvolvimento”; “Políticas públicas para a saúde e qualidade de vida: o SUS na seguridade social”; e “A participação da sociedade na efetivação do direito humano à saúde”. O CCF foi representado por seu Coordenador, Promotor de Justiça Leonardo Henrique Marques Lehmann, representando o Ministério Público de Santa Catarina.

c.11) Participação, em 20 de novembro, do debate “Os caminhos e obstáculos na prevenção e tratamento às drogas no Estado de Santa Catarina”, por ocasião do 25º aniversário do Conselho Estadual de Entorpecentes de Santa Catarina (Conen), seguido de uma mesa redonda com a presença de

Secretários de Estado, Procurador-Geral do Estado, Presidente da Federação Catarinense de Municípios e Ministério Público de SC, representado na oportunidade pelo Coordenador do CCF, Promotor de Justiça Leonardo Henrique Marques Lehmann. O encontro ainda registrou um balanço das atividades desenvolvidas pelo órgão e uma palestra sobre as estatísticas do uso e abuso de drogas no Estado.

c.12) Participação em audiência pública com o tema “Combater a dengue é um dever meu, seu, e de todos. A dengue pode matar”, ocorrida no dia 26 de novembro na ALESC. A audiência pública foi promovida pela Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a convite da Deputada Estadual Odete de Jesus, membro da referida Comissão. O evento reuniu representantes da Secretaria de Estado da Saúde, ANVISA e das Secretarias de Saúde dos Municípios, com o objetivo de apresentar proposições que tornem o trabalho de prevenção da doença mais eficaz em Santa Catarina. O Ministério Público de Santa Catarina fez-se presente, representado pelo Coordenador do CCF, Promotor de Justiça Leonardo Henrique Marques Lehmann. Na oportunidade foram relatadas pelo Coordenador do CCF as atividades desenvolvidas no âmbito do Ministério Público em relação ao tema.

c.13) Participação na “1ª Jornada Catarinense Maria da Penha” realizada no dia 1º de dezembro de 2007, no Centro Multiuso, localizado no município de São José. O evento teve como objetivo promover um amplo debate sobre a violência doméstica e a aplicação da Lei Maria da Penha entre os diversos setores da sociedade civil, das áreas da segurança pública, saúde, Judiciário, educação, Ministério Público, movimentos sociais e de mulheres, centros comunitários, centros acadêmicos e sociedade em geral. O CCF foi representado por sua Coordenadora-Geral, Procuradora de Justiça Vera Lúcia Ferreira Copetti.

c.14) Participação na Reunião do Grupo Nacional de Direitos Humanos, Comissão Permanente de Saúde e da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos, realizada no período de 3 a 4 de dezembro de 2007, em Brasília (DF). O CCF foi representado por sua Coordenadora-Geral, Procuradora de Justiça Vera Lúcia Ferreira Copetti, e por seu Coordenador, Promotor de Justiça Leonardo Henrique Marques Lehmann.

8.3.8 Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade (CECCON)

O Centro de Apoio Operacional do Controle da Constitucionalidade, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a órgãos de execução recebidas	100
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	8
Atos de apoio realizados a órgãos de 1º grau	92
Pesquisas realizadas	13
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	14
Eventos promovidos	1
Participação em reuniões	33
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	6
Participação em órgãos externos ou outras entidades representando a Instituição	3
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	22
Ofícios, e-mails e fax expedidos	132
Ofícios, e-mails e fax recebidos	305
Pessoas atendidas (público externo)	43
Outras atividades de apoio	13

Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	8
--	---

8.3.8.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área do controle de constitucionalidade ocorreu de modo a dar continuidade a ações que visam à harmonização das atividades dos diversos Órgãos de Execução do Ministério Público, no que tange ao aforamento das ações diretas de inconstitucionalidade, estimulando-os, a partir do exercício ordenado e sistemático do controle concentrado de constitucionalidade, a manter os ordenamentos jurídicos municipais e estaduais dentro dos parâmetros definidos pelos princípios e pelas normas constitucionais.

8.3.8.2 Atividades realizadas

Além dos resultados já retratados na tabela do item 8.3.8, foram realizadas as seguintes atividades na área do controle de constitucionalidade relacionadas com o Plano Geral de Atuação:

a) Programas:

a.1) Projeto Constituição Estadual Anotada

Foi realizada a publicação da Constituição Estadual Anotada pelo Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade, com anotações e comentários nos artigos mais utilizados na feitura de ações diretas de inconstitucionalidade pelo referido Centro de Apoio Operacional, relacionando a eles decisões atualizadas do egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

a.2) Programa de Combate à Criação Ilegal de Cargos Comissionados

O Programa de Combate à Criação Ilegal de Cargos Comissionados consiste em estimular o controle da constitucionalidade das leis municipais que têm criado cargos comissionados com violação aos princípios do prévio concurso, da moralidade, da eficiência e da razoabilidade, por meio do levantamento da ordem normativa municipal para detectar qual ou quais leis apresentam referidas anomalias.

a.3) Programa de Controle Integrado de Leis Municipais Instituidoras de Conselhos

O Programa de Controle Integrado de Leis Municipais Instituidoras de Conselhos consiste em estimular e integrar o controle da constitucionalidade das leis municipais, que têm instituído conselhos municipais, em cujos órgãos colegiados prevêem a participação de membros do Ministério Público Estadual, com atribuições estranhas às suas funções constitucionais e estatutárias.

a.4) Programa de Combate à Progressão Ilegal de Servidores Públicos

O Programa de Combate à Progressão Ilegal de Servidores Públicos consiste em estimular o controle de constitucionalidade das leis municipais e estaduais que têm possibilitado a investidura derivada em cargos públicos, por meio de sua transformação, em flagrante incompatibilidade com os princípios do prévio concurso e da moralidade administrativa, com o levantamento da ordem normativa municipal e estadual para detectar qual ou quais leis apresentam as referidas anomalias.

a.5) Programa de Efetividade das Ações Diretas de Inconstitucionalidade

Consiste em remeter cópia dos acórdãos aos Órgãos de Execução competentes, objetivando desfazer os atos praticados com amparo na lei declarada inconstitucional e apurar eventuais danos e responsabilidades das pessoas envolvidas.

a.6) Programa de Controle de Normas Relativas à Admissão de Pessoal sem Concurso Público

Consiste na adoção de um conjunto sistemático de providências destinadas a combater diversas formas de admissão de pessoal sem concurso público, tais como, a criação irregular de cargos comissionados, a contratação abusiva por tempo determinado, a transposição e a transformação de cargos e outras formas inconstitucionais de acesso ao serviço público.

Vale destacar, também, a elaboração, pelo Centro de Apoio Operacional do Controle da Constitucionalidade, de minuta de Ato do Procurador-Geral de Justiça que disciplina a atuação dos Promotores de Justiça no controle de constitucionalidade das leis e atos normativos municipais.

8.3.9 Centro de Apoio Operacional às Investigações Especiais (CIE)

O Centro de Apoio Operacional às Investigações Especiais, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a órgão de execução recebidas	169
Ofícios, e-mails e fax expedidos	1.385
Ofícios, e-mails e fax recebidos	356

Nas atividades de persecução criminal do Ministério Público, além das atividades de apoio prestadas aos Órgãos de Execução, conforme dados da tabela acima, o Centro de Apoio Operacional realizou inúmeras tarefas, seja na deflagração de operações, seja na participação conjunta com os Promotores de Justiça em investigações que, em face da necessidade de manter-se sigilo, não podem ser divulgadas.

8.3.10 Centro de Apoio Operacional Cível e Eleitoral (CCE)

O Centro de Apoio Operacional Cível e Eleitoral, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a órgãos de execução recebidas	63
Atos de apoio realizados a órgãos de 1º grau	67
Pesquisas realizadas	42
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	32
Participação em reuniões	9
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	2
Participação em órgãos externos ou outras entidades representando a Instituição	1
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	2
Ofícios, e-mails e fax expedidos	101

Ofícios, e-mails e fax recebidos	90
Outras atividades de apoio	25
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	1

8.3.10.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área cível e eleitoral teve como prioridade a redução de fraudes nas falências, concordatas ou processos de recuperação judicial, assim como velar pela credibilidade dos registros públicos.

8.3.10.2 Atividades realizadas

Além dos resultados já retratados, foram realizadas diversas reuniões e atendimentos aos Promotores de Justiça que atuam na área cível e eleitoral, com a formulação de diversas pesquisas e estudos. Foram também realizados seis encontros regionais para elaboração dos planos estratégicos de atuação.

8.4 Do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Ato realizado	Quantidade
Apoio operacional oferecido a eventos promovidos diretamente por outros órgãos internos e externos	11
Análises de pedidos de apoio financeiro para participação em eventos de capacitação e aperfeiçoamento	17
Expedição de certidões e certificados	536
Realização de estudos e pesquisas diversas sobre questões jurídicas e institucionais	5
Participação em reuniões de trabalho internas e externas	67
Elaboração de minutas para publicações diversas	8
Pesquisa e elaboração de textos acerca da história do MPSC	1

Eventos realizados	Participantes	Período	Carga horária
Treinamento para usuários do Sistema de Informatização e Gestão - SIG/MPSC	24	10 a 12 de janeiro de 2007	12 h/a
Curso de preparação dos novos Assistentes de Promotorias de Justiça	34	28 de fevereiro a 2 de março de 2007	20 h/a
Programa de Competências Humanas e desenvolvimento psicológico e individual e grupal para servidores do Ministério Público	187	19 de março a 26 de novembro de 2007	58 h/a
Programa de Yoga Laboral	3.360	6 de março a 13 de dezembro de 2007	400 h/a
Estágio de orientação aos Promotores de Justiça Substitutos	20	26 de março a 4 de abril de 2007	64 h/a
“Curso Restauração de Áreas Degradadas – imitando a Natureza”	58	30 de março de 2007	7 h/a

Programa de aperfeiçoamento de condutores de veículos automotores	20	9 de abril a 5 de maio de 2007	34 h/a
Curso de Aperfeiçoamento funcional para Oficiais de Diligência	14	10 de abril de 2007	7 h/a
Planejamento Estratégico Regional 2007 – Chapecó	41	25 de maio de 2007	8 h/a
Planejamento Estratégico Regional 2007 – Criciúma	43	1º de junho de 2007	8 h/a
Planejamento Estratégico Regional 2007 – Blumenau	38	14 de junho de 2007	8 h/a
Planejamento Estratégico Regional 2007 - Florianópolis	86	15 de junho de 2007	8 h/a
Planejamento Estratégico Regional 2007 – Joinville	35	22 de junho de 2007	8 h/a
Planejamento Estratégico Regional 2007 – Lages	47	29 de junho de 2007	8 h/a
Planejamento Estratégico Regional 2007 - Procuradores	14	11 de setembro de 2007	8 h/a
O Ministério Público como órgão agente e interveniente	58	2 e 3 de agosto de 2008	13 h/a
Curso à distância de disseminadores de educação fiscal	28	13 de agosto a 26 de outubro de 2007	80 h/a
Seminário “O Ministério Público e o Crime Organizado”	200	13 e 14 de setembro de 2007	11 h/a
Curso de Capacitação e Treinamento do Sistema de Administração Fazendária para Assistentes de Promotoria de Justiça	18	26 de outubro de 2007	8 h/a
Curso de Atualização em Linguagem Jurídica	28	26 a 30 de novembro de 2007	25 h/a
Atuação Social do Ministério Público	72	22 a 23 de novembro de 2007	12 h/a
Congresso Anual do Ministério Público Catarinense	132 inscritos	13 a 15 de dezembro de 2007	16 h/a
Total	1.253	21 atividades	6.565 h/a

Foram realizadas diversas atividades inéditas no âmbito do Ministério Público, como os encontros regionais de planejamento estratégico, com ampla participação dos Promotores de Justiça, o Congresso Anual do Ministério Público, além de outros cursos em parceria com Escola Superior do Ministério Público da União. Além disso, o Centro de Estudos coordenou o Curso de Ingresso na Carreira do Ministério Público aos 20 Promotores de Justiça Substitutos empossados no dia 22 de março de 2007. Outra inovação foi a transmissão pela TVWeb MPSC do curso de português ministrado pelo Professor Adalberto Kaspar, possibilitando a participação de alunos em todo o Estado. Ainda no ano de 2007, iniciaram-se os projetos de implantação do ensino à distância, integrando várias tecnologias de mídia e a videoconferência, o que possibilitará o treinamento de todos os servidores e membros do Ministério Público com eficiência e economia de recursos.

8.5 Da Comissão de Concurso

Em 14 de novembro de 2007, foi publicado no Diário Oficial do Estado o Edital de Concurso

n. 003/PGJ/2007, que abriu, no período de 19 de novembro a 19 de dezembro, as inscrições para o XXXIII Concurso Público de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Dentre as regras previstas, destaca-se aquela referente à reserva de 5% das vagas para os candidatos portadores de necessidades especiais. Por meio da Portaria n. 5.211/2007/PGJ, foram designados os membros da Comissão de Concurso, cabendo a presidência à Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.

Inscreveram-se, no prazo final determinado, 1.990 candidatos, tendo sido designado o dia 13 de abril de 2008 para a realização do Processo Seletivo Preambular, no campus da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

O encerramento do concurso, conforme cronograma apresentado, está previsto para o final de 2008.

8.6 Dos Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo

8.6.1 Coordenadoria-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo (COGER)

Os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo estão, em sua maioria, vinculados à Coordenadoria-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo. Nos itens e nas tabelas seguintes, estão descritas as atividades desenvolvidas por cada setor no decorrer de 2007, iniciando-se pela Coordenadoria-Geral (COGER):

Produtos	Quantidade
Planejamento dos serviços administrativos	1
Avaliação dos serviços administrativos	12
Programas	42
Acompanhamento da RLD	12
Acompanhamento da RCL – LRF	12
Acompanhamento da Receita FERMP	12
Avaliação do Relatório de Gestão – LRF	12
Avaliação do Orçamento do MPSC	12
Avaliação do Orçamento do FERMP	12
Avaliação do Orçamento do FECEAF	12
Avaliação do Orçamento do FRBL	12
Avaliação das contas do Condomínio – Sede	12
Avaliação das contas do Condomínio – Palas	12
Avaliação das despesas (MPSC-FERMP-FECEAF-FRBL)	12
Projetos (SIGA-GEO-ACESSO-BSC)	4
Estudos	10
Participação em comissões	4
Reuniões de trabalho	36

8.6.2 Coordenadoria de Planejamento e Estratégias Organizacionais (COPEO)

Produtos	Quantidade
Planejamento Estratégico	7
Plano Plurianual (MPSC-FERMP-FRBL-FECEAF)	4
Lei de Diretrizes Orçamentárias (MPSC-FERMP-FRBL-FECEAF)	4
Orçamento Anual (MPSC-FERMP-FRBL-FECEAF)	4
Elaboração de Projetos	9
Gestão do Balanced Scorecard – BS3	1
Gestão do Sistema de Gestão Administrativa - SIGA	1
Elaboração de planos de trabalho	3
Atualizações e cálculos	48
Estudos de <i>layout</i> – construções, reformas e aluguéis	60
Acompanhamento de obras	12
Organização de eventos (ou apoio)	7
Visitas técnicas (administração e arquitetura)	40
Acompanhamento de Programas Institucionais (MPSC-FERMP-FRBL-FECEAF)	41
Trabalhos gráficos	96
Acompanhamento de Fundos Especiais (FERMP-FRBL-FECEAF)	2
Participação de grupos de trabalho externos (com outras instituições públicas)	3
Participação em comissões	4
Reuniões de trabalho	162

8.6.3 Coordenadoria de Pagamento de Pessoal (COPAG)

Produtos	Quantidade
Folha de Pagamento – Normal	
Inclusões	
Membros/Servidores	222
Diárias	1.272
Substituições	1.412
Gratificação Coordenadores Administrativos PJs	1.358
Férias	1.120
Serviços extraordinários (hora-extra)	347
Ajuda de custo	135
Auxílio-educação	72
Atrasados (cálculo e inclusão)	144
Estagiários/Bolsistas – Inclusão	459
Estagiários/Bolsistas – Exclusão	417
Redução carga horária	1
Descontos telefonemas particulares	20
Movimentações	
Promoções	213

Licenças e afastamentos	304
Lotações	195
ACMP	3.057
ASPROJUS	1.496
Contas-correntes	288
Seguradoras	142
Vale-transporte	12
Expedientes	
Ofícios/Notas	178
Certidões	14
Declarações	36
Margens Consignáveis	692
Projeções/Relatórios	21
Elaboração de contracheque pensionista	312
Envio de contracheques inativos/pensionistas	3.384
Reuniões de trabalho	22

8.6.4 Coordenadoria de Tecnologia da Informação (COTEC)

Produtos	Quantidade
Coordenação	
Planejamento	8
Avaliação	90
Participação em comissões	21
Reuniões de trabalho	152
Atendimento de Pessoas	456
Gerência de Desenvolvimento (GEDES)	
Sistemas desenvolvidos	31
Sistemas em desenvolvimento	6
Manutenção nos sistemas existentes	347
Orientações	389
Treinamento	2
Participação em comissões	2
Reuniões de trabalho	97
Gerência de Rede (GERED)	
Usuários em rede	2.042
Licenças de usuários de rede	1.000
Usuários de <i>e-mail</i>	1.430
Licenças de usuários de <i>e-mail</i>	1.460
Ocupação do servidor de <i>e-mail</i>	27%
Ocupação do servidor de arquivo PGJ	75%
Ocupação do servidor de arquivo do Palas	NA
Ocupação do servidor do banco de dados	21%
Disponibilidade do servidor de rede	99,37%
Disponibilidade do servidor de <i>e-mail</i>	99,68%

Disponibilidade do servidor de Internet	99,98%
Orientações	1.035
Participação em comissões	2
Reuniões de trabalho	54
Atendimento de pessoas	11.580
Atendimento de telefones	4.870
E-mails	1.340
Gerência de Suporte (GESUP)	
Atendimento de <i>hardware</i>	1.865
Atendimento de <i>software</i>	718
Orientações	1.050
Reuniões de trabalho	15
Atendimento de pessoas	1.230
Atendimento de telefones	1.490
E-mails	300
Setor de Atendimento	
Pedido de serviço aberto	7.992
Pedido de serviço fechado	7.958

Os resultados descritos abaixo são fruto das deliberações e orientações da Procuradoria-Geral de Justiça, diretamente ou por intermédio da Secretaria-Geral do Ministério Público, da Comissão Especial de Informática (CEI), da Comissão do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público (FERMP), e do trabalho em parceria das Gerências de Rede, de Suporte e de Desenvolvimento e do Setor de Atendimento ao Usuário, da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, com o apoio e a participação ativa da Coordenadoria de Operações Administrativa (COAD) e da Coordenação-Geral de Apoio aos Órgãos e Serviços Auxiliares (COGER):

8.6.4.1 Equipamentos:

8.6.4.1.1 Microcomputadores para Procuradorias e Promotorias de Justiça

Aquisição de microcomputadores para substituir todas as estações de trabalho (*desktop*) defasadas em termos de *hardware* e de *software* (*SO Windows 98*) para os padrões do MPSC, localizadas, principalmente, nas Promotorias de Justiça. Tais equipamentos possibilitarão executar o Sistema de Informatização e Gestão da Instituição (SIG/MPSC), cuja implantação deverá ocorrer em 2008. Além disso, visando à melhoria dos serviços de informática, foram adquiridos ou instalados os seguintes equipamentos: 300 placas de rede sem fio para as Promotorias de Justiça, roteadores e placas de interface ADSL 2 para mudanças de *links*, 15 impressoras laser e 35 multifuncionais, todas com toner para 20 mil páginas, grupo gerador de energia elétrica e aparelhos de refrigeração da sala do CPD, de modo a evitar a paralisação dos serviços e o risco de perda de *hardware* diante das constantes interrupções no fornecimento de energia por parte da operadora estatal, ampliação do número de servidores de rede e *storage* para garantir o atendimento da crescente demanda do MPSC em termos de serviços e ocupação da área de armazenamento, diante do impacto previsto com a implantação do SIG/MPSC em todas as Promotorias de Justiça e da continuidade do Projeto de Geoprocessamento.

8.6.4.2 Serviços:

8.6.4.2.1 Migração de todos os dados e sistemas de rede para nova estrutura

Foram instalados 13 servidores tipo *Blade* e *Storage* com capacidade de 4Tb, adquiridos no final de 2006 e colocados em operação em abril e maio de 2007, e efetuado o reaproveitamento dos antigos servidores, agora destinados à homologação e uso de outros sistemas.

8.6.4.2.2 Estudo e implantação de virtualização de servidores e da tecnologia iSCSI para aproveitamento do espaço em disco do Storage MSA1000

A virtualização de servidores permite a operação de várias máquinas virtuais, cada uma correspondendo a um servidor e/ou estação num mesmo *hardware*, o que proporciona flexibilidade e economia à administração da rede.

8.6.4.2.3 Implantação de clusterização dos servidores e serviços de rede

A operação da rede do MPSC foi configurada de modo a garantir contingência, caso uma determinada máquina pare de operar, sendo substituída por outra de forma automática e/ou manual.

8.6.4.2.4 Ampliação da linha de comunicação da sede com a Internet, de 4 Mbps para 10 Mbps

A linha de comunicação do Edifício-Sede foi ampliada de 4Mbps *Multilink Serial* para 10 Mbps *Fast Ethernet*, tecnologia esta que permite a ampliação do *link* sem necessidade de aquisição de novas interfaces.

8.6.4.2.5 Ampliação do número e da velocidade dos *links* da rede de dados

Foi iniciada a migração da tecnologia MPLS (Vetor) para ADLS, a qual possui maior desempenho e menor custo mensal.

8.6.4.2.6 Monitoração dos *links* e dos equipamentos da rede de dados

Todo o controle da rede de dados foi assumido pela equipe da Gerência de Rede com o auxílio dos Técnicos em Informática das Comarcas-pólo e das Gerências de Suporte e do Setor de Atendimento ao Usuário, em substituição à empresa terceirizada.

8.6.4.2.7 Filtros e diretivas para garantir tráfego das linhas de comunicação (QoS)

Adoção de diretivas de segurança da informação para privilegiar o uso adequado dos recursos de internet, notadamente o acesso a sites de conteúdo jurídico (tribunais e portais de notícias) e a serviços institucionais como correio eletrônico, Internet e Intranet, SIG/MPSC, aplicativos próprios ou de terceiros adquiridos pelo MPSC, em detrimento de endereços como *YouTube*, *Orkut*, *Emule*, *Bittorrent*, entre outros, e a recepção de arquivos no formato *wmv*, *mp3*, *mp4* etc.

8.6.4.2.8 Implantação do SIG/MPSC

Análise das atividades do Ministério Público para definição de fluxogramas e outros documentos utilizados como base para a criação das funcionalidades do SIG. Acompanhamento do desenvolvimento feito pela Softplan e homologação de novas versões lançadas. Análise técnica das soluções propostas pela Softplan para novos módulos do SIG. Elaboração e aplicação do treinamento dos usuários piloto e multiplicadores do SIG de cinco Comarcas (Joinville, Blumenau, Criciúma, Lages e Chapecó) e da Capital. Suporte aos usuários dos pilotos do SIG. Análise e implementação da integração entre o SIG e o

Sistema de Recursos Humanos.

8.6.4.2.9 Sistema de Recursos Humanos – SRH

8.6.4.2.9.1 Marcação de férias coletivas de servidores: neste módulo todos os chefes recebem e-mail com a relação dos servidores sob sua responsabilidade (efetivos e comissionados) e os meses possíveis para a marcação das férias. Após as férias de todos os servidores terem sido solicitadas pelas chefias e conferidas quanto a um possível conflito com outros afastamentos, são gerados automaticamente a portaria de férias e o cadastro das férias nos assentamentos individuais de cada servidor.

8.6.4.2.9.2 Avaliação de estágio probatório de servidores: neste módulo são controladas as avaliações de estágio probatório. O sistema vai avisando à CORH o momento em que os servidores devem ser avaliados, levando em consideração licenças, faltas injustificadas etc. Então é enviado um e-mail às chefias para poderem avaliar seus servidores, em um número total de 12 avaliações por servidor.

8.6.4.2.9.3 Avaliação de desempenho para promoção por merecimento: neste módulo são controladas as avaliações de desempenho para promoção por merecimento. O sistema vai avisando à CORH o momento em que os servidores devem ser avaliados, levando em consideração licenças, faltas injustificadas etc. Então é enviado um e-mail às chefias para poderem avaliar seus servidores. Esta avaliação é feita de dois em dois anos.

8.6.4.2.9.4 Relotação de servidores: este módulo permite que um servidor seja lotado em outro local de trabalho, fechando a data da lotação antiga e liberando a vaga ocupada por ele naquela lotação, se as vagas do cargo que ele ocupa forem controladas por lotação.

8.6.4.2.9.5 Permuta entre servidores de mesmo cargo: neste módulo é feita a alteração simultânea de lotação entre dois servidores que possuam o mesmo cargo, notadamente os Assistentes de Promotoria de Justiça, os Assistentes de Procuradoria de Justiça e os Estagiários. Este módulo fez-se necessário, pois o SRH controla as vagas destes cargos pela lotação dos mesmos e pela grande demanda de permutas.

8.6.4.2.9.6 Investidura e dispensa de estagiários: neste módulo são controladas a entrada e a saída dos estagiários dentro do MP, bem como a lotação de cada um. Também provê um relatório que avisa com a antecedência de 60 dias quando o prazo para o estagiário permanecer vinculado ao MP está se esgotando (3 anos).

8.6.4.2.9.7 Remanejamento de vagas de estagiários: este módulo possibilita que uma Promotoria ou Procuradoria de Justiça ceda, temporariamente e por meio de Portaria, uma vaga de estagiário não ocupada a outra Promotoria ou Procuradoria de Justiça. Fez-se necessário para manter correto o controle de vagas por lotação.

8.6.4.2.9.8 Controle de capacitação profissional: neste módulo são cadastrados todos os cursos que são feitos pelos servidores. Além de auxiliar nas promoções por aperfeiçoamento, também serve como uma base de talentos.

8.6.4.2.9.9 Férias, LP, LTS etc.: análise de todos os direitos dos servidores e membros para o posterior desenvolvimento de solicitações via Intranet.

8.6.4.2.9.10 Quadro de antigüidade dos membros: série de relatórios que permite ordenar os membros do MPSC conforme sua antigüidade no grau, na carreira, no tempo de serviço público estadual e no tempo de serviço público geral. É facultado utilizar uma data de referência anterior à data atual (a partir de 31 de dezembro de 2006). Quanto à antigüidade no grau, também está disponível para consulta na Intranet, sempre com a data de referência baseada na data atual.

8.6.4.2.9.11 Inclusão da geração automática de várias comunicações por e-mail: disponível para vários setores, conforme as informações forem sendo acrescentadas no sistema. Por exemplo: avisa à COPAG quando um ato de exoneração é incluído. Este módulo será desnecessário quando o projeto de identidade estiver concluído.

8.6.4.2.9.12 Promoção de servidores na modalidade especial: como esta modalidade de promoção foi disciplinada na LC 368/2006, houve necessidade de ampliar-se o módulo de promoção de servidores, para contemplar também a promoção especial.

8.6.4.2.10 Geoprocessamento

Integração do Sistema de Informações Geográficas Corporativas com o Sistema de Gerenciamento de Informações Municipais (GIM). Foi elaborada documentação de todos os dados constantes no GIM para auxiliar a integração com o Sistema de Informações Geográficas Corporativas, além do acompanhamento do crescimento desta base de dados, que mesmo em sua fase inicial este sistema representa 50% da área ocupada do banco.

8.6.4.2.11 Nova Intranet

Canal de comunicação com acesso restrito a membros e servidores, mediante perfis e grupos de informação específicos, que objetiva a adoção de fluxogramas organizacionais para a tramitação eletrônica de solicitações diversas e documentos, bem como para a solicitação e prestação de serviços. A nova Intranet foi codificada na linguagem ASP.NET com o propósito de substituir gradualmente os aplicativos escritos em ASP e CGI (Delphi) e possibilitar a gestão por intermédio apenas de navegador *web*, sem a necessidade de instalação de qualquer *software* ou cliente na estação de trabalho. No decorrer de 2007 foram migrados para ASP.NET os seguintes módulos de sistemas legados: dependentes, cadastro (dados pessoais), endereço, ponto eletrônico, portaria e atos, aniversariantes do MPSC, pesquisa telefônica, lista de e-mails, relatório de férias, sistema de busca nos materiais de apoio dos órgãos auxiliares e quadro de antigüidade dos membros.

8.6.4.2.12 Projeto de Identidade

Diante da necessidade de integrar todos os aplicativos de acesso restrito e público ao Sistema de Recursos Humanos (SRH), otimizando as atividades e evitando a geração de erros de informação, foi iniciada a elaboração do Projeto de Identidade, que começou a ser implementado gradualmente. Em 2007, iniciou-se a etapa de autenticação, para extrair os dados dos usuários no Sistema de Recursos Humanos (SRH), liberando direitos nos sistemas de acesso restrito, de acordo com o perfil de cada membro ou servidor. Também foi desenvolvido *login* personificado e troca de senha, estes ainda em ambiente de desenvolvimento.

8.6.4.2.13 Base de documentos textuais – NXT

Além de pareceres e acórdãos, foi desenvolvida uma base para a Coordenadoria de Recursos, que atualmente possui cerca de 18.000 documentos. O acervo completo da base de documentos textuais, que se utiliza da ferramenta NXT, possui os seguintes números:

Base	Quantidade Atual	Crescimento Mensal
CCO	6.600	170
Pareceres	180.000	2.000
Acórdãos	120.000	4.000
Recursos	18.000	-

8.6.4.2.14 Sistema de Controle de Internações Psiquiátricas Involuntárias (CIPi)

Instalado em modo piloto no Instituto Psiquiátrico de São José, no IPQ em Florianópolis e no Hospital Santa Catarina em Blumenau, conforme convênio firmado com a Secretaria Estadual de Saúde. No PGA de 2008 está prevista a sua expansão a todos os hospitais com leitos psiquiátricos no Estado.

8.6.4.2.15 BOffice como ferramenta para edição de textos e planilhas

Adoção do pacote gratuito da ferramenta de escritório BOffice para substituir gradativamente os *softwares* proprietários da mesma linha de produtos, considerando o alto preço da licença. Em 2008, será oferecido treinamento para os usuários.

8.6.4.2.16 Transmissão pela TVweb MPSC

Consolidação do serviço de transmissão audiovisual *online* pela Intranet, alcançando simultaneamente até uma centena de usuários conectados, principalmente nas Sessões do Conselho Superior e do Colégio de Procuradores de Justiça. Preservação e publicação do acervo de transmissões na Intranet e possibilidade de o usuário assistir a reprise a qualquer tempo. Serviço composto de sistema próprio de transmissão, com servidor exclusivo, câmeras e mesa de corte digital. Configuração da transmissão com o menor uso de banda possível para não sobrecarregar os *links* de Internet.

8.6.4.2.17 Treinamento da equipe técnica

Participação de quase duas dezenas de servidores da área de TI em treinamentos Linux, Cisco, Microsoft, HP, Telefonia IP (Asterisk) e *Wireless*, além de seminário sobre Segurança da Informação e BOffice, conforme segue:

Treinamento	Horas-aula	Participantes
Cisco Certified Network Administrator	280	2
Certificação Microsoft Windows 2003 server	64	1
Novell Suse Linux	40	1
Congresso Novell Brainshare	40	1
Redes sem fio	24	1
Administração, suporte e firewall linux	100	2
VoIP	40	2
HP – Gerência e suporte a equipamentos e sw	40	6
Segurança da Informação	24	1

8.6.4.2.18 Manutenções em sistemas

Atendimento a pedidos de alterações nos sistemas já implantados, tanto modificações corretivas como adaptativas:

- SRH – Sistema de Recursos Humanos
- SPI – Sistema de Procedimentos Instaurados
- SCC – Sistema de Controle de Chamados
- SCA – Sistema de Controle de Atividades
- SIGA – Sistema de Informação e Gestão
- SAP – Sistema de Atividades das Promotorias
- SCE – Sistema de Avaliação de Estagiários
- DKM – Sistema de Diárias por Km rodados
- Parcela de Equivalência Salarial

- SVE – Sistema de Votação Eletrônica
- Concurso – Sistema de Concursos
- SIE – Sistema de Indicações Eleitoral
- SCD – Sistema de Controle de Diárias
- CAD – Cadastro de Adiantamentos
- SCT – Sistema de Controle Telefônica
- STC – Sistema de Tabelas Comuns (loais de trabalho, Comarcas, Promotorias etc.)

8.6.4.2.19 Homologação de equipamentos, sistemas e projetos piloto

Na busca de maior independência operacional e redução de gastos com informática, a Gerência de Rede tem procurado alternativas em termos de equipamentos de rede e de *softwares* de código aberto, que visam a acoplar várias funcionalidades de interconexão e aproveitamento de equipamentos tidos como obsoletos, em face das mudanças tecnológicas. Também foi implantado piloto de Telefonia IP e realizado estudo do uso de telefonia no MPSC, para conhecimento da necessidade desta nova frente de atuação da Coordenadoria de Tecnologia da Informação.

8.6.4.2.20 Projeto e especificação de equipamentos de interconexão de rede

Foram analisados e especificados equipamentos para a conexão das estações de trabalho e impressoras do Edifício-Sede com o *backbone* de rede, que serão responsáveis pelo incremento da capacidade de transmissão da fibra que a interliga ao Edifício Palas e também para a interconexão dos seus andares, assim como os equipamentos a serem instalados nas localidades que terão o *link* ampliado.

8.6.4.2.21 Introdução de novos sistemas operacionais de rede e de *software* livre

No início de 2007, os nove servidores de rede do MPSC apresentavam apenas os sistemas operacionais Microsoft Windows 2000 Server, Microsoft Windows 2003 Server e Novell Netware 6.5. No final do mesmo ano, após a instalação de novos servidores físicos, a rede administra os seguintes sistemas operacionais: Novell Netware Open Enterprise 6.5.4, Windows 2003 Standart Server, Windows 2003 Storage Server, Suse Linux Enterprise Server, Suse Linux Desktop e MacOS. Além disso, há cerca de 13 servidores rodando em máquinas virtuais.

8.6.4.2.22 Plataforma para monitorar e atender a rede de dados

Iniciou-se em 2007 o desenvolvimento e o uso do noc.mp.sc.gov.br, uma plataforma própria para monitorar as linhas da rede de dados e os ativos das redes das Promotorias de Justiça. Projetada para uso pelos integrantes das equipes das Gerências de Rede, que detêm o controle central, e de Suporte e dos Técnicos em Informática das Comarcas-pólo, visa também a agilizar o atendimento dos chamados técnicos.

8.6.4.2.23 Desenvolvimento de base de conhecimento da administração da rede

Fazendo uso de *software* livre, a Gerência de Rede iniciou o uso do *eGroupware* como ferramenta centralizada de documentação e base de conhecimento para os tópicos relacionados à administração da rede do MPSC.

8.6.4.2.24 Suporte à instalação e desenvolvimento de sistemas de uso específico, alguns produzidos por empresas terceirizadas

- a) Instalação, configuração e manutenção dos servidores nos quais está hospedado o aplicativo SIG/MP, desenvolvido em parceria com a empresa Softplan;
- b) instalação, configuração e manutenção do servidor onde está hospedado o aplicativo de geoprocessamento ArcGis, em parceria com empresa terceirizada;
- c) instalação, configuração e manutenção do aplicativo *Moodle*, solução em software livre solicitada pelo CEAf para treinamento à distância (em implantação no que tange à integração ao SRH e customização da interface);
- d) instalação, configuração e manutenção do aplicativo Bibliobase, aplicativo de biblioteca fornecido pela empresa Salvato Consultoria; e
- e) suporte ao portal de Internet do MPSC e às aplicações desenvolvidas pela GEDES.

8.6.4.2.25 Implantação de novo sistema de cópia de segurança

Foi implantado um sistema de cópias de segurança, composto por *hardware* de *backup*, tipo biblioteca de fitas com dois drives de uso simultâneo e com o sistema *HP Data Protector* rodando em um servidor exclusivo.

8.6.4.2.26 Atendimento aos usuários

O número de chamados técnicos registrados aumentou de 6.019 para 7.992, de 2006 para 2007. Não obstante este crescimento, verificou-se ao final de 2007 que a quantidade está aquém da realidade, porque muitos chamados feitos pelos usuários não são lançados no sistema de controle, circunstância que será corrigida em 2008. Abaixo segue quadro com dados do Setor de Atendimento ao Usuário:

Descrição			
Chamados Abertos em 2007	Sede	Sede	2.489
		Gabinete de Procuradores	1.325
	Fora da sede	Fora da sede	4.178
	Total		7.992
Atendidos por:			
Assistência Técnica Total: 1.394	Garantia	Itautec	181
		Ilha Service	111
		Positivo	246
	Total		538
	Contratos de manutenção	Microx	299
		Helioprint	290
		VOffice (1)	267
	Total		856
COTEC Total: 6.598	Atendimentos Diversos	GEDES	347
		GERED	616
		GESUP	3.458
		SAU	1.585
		TÉC. INTERIOR (2)	592
	Total		6.598

Total Geral		7.992
Informações Adicionais		
Ligações telefônicas recebidas pelo SAU (Sem contar de ramais)		10.691
Chamados atendidos via suporte remoto (3) pelo SAU		595

1. Somente chamados abertos pelo usuário diretamente ao SAU.
2. Não está contabilizado os chamados em que o usuário liga diretamente ao Técnico de Informática.
3. Chamados contabilizados no Sistema de Chamados a partir de agosto de 2007.

Além disso, deu-se continuidade às atividades relacionadas à administração da rede, como gerência de servidores, de base de usuários, atendimentos para sanar dúvidas, implantação de estrutura e configurações para funcionamento de sistemas relacionados a convênios externos, investigação de códigos maliciosos em mensagens recebidas e rastreamento de outras, atualização de sistemas, aplicação de atualizações, distribuição de aplicações e configurações para as estações de usuários, recuperação de arquivos, gerência do sistema de arquivos, entre outros.

Na área de atuação da Gerência de Suporte, foram elaborados planos de instalação de impressoras e de microcomputadores; cedidos quatro Técnicos em Informática para reforçar a Gerência de Rede; prestado auxílio à Promotoria de São José na operação de desmonte de caça-níqueis; foi dado apoio na seleção dos materiais doados pela Receita Federal, na distribuição dos materiais doados pela Receita Federal, nas especificações de equipamentos de informática, nas transmissões da TVweb MPSC e em eventos diversos com a instalação e suporte de informática.

8.6.4.3 Contratos:

8.6.4.3.1 Monitoração e suporte ao banco de dados Oracle

Um dos novos contratos a serem firmados em 2008 tem o propósito de prevenir incidentes com o banco de dados Oracle, fonte primordial de praticamente todos os sistemas do MPSC (SIG, Geoprocessamento, Portal, Intranet, SIGA, SRH etc.).

8.6.4.3.2 Renovação da atualização dos produtos Novell

Renovação do contrato anual com a empresa Novell, para atualização dos seguintes *softwares* e licenças por usuário: *Access Manager, iChain, eDirectory, Cluster Services, Groupwise, Groupwise Mobile Server, Suse Linux Enterprise Server, Xen Suse Linux Virtual Server, Open Enterprise Server* e *Zenworks*. Após diversas negociações, além da redução padrão de 34% aplicada em anos anteriores, o preço final foi reduzido em cerca de R\$ 90 mil/ano (32%), totalizando R\$ 198 mil/ano.

8.6.4.3.3 Unificação da manutenção e suprimentos para impressoras e multifuncionais

Modificação significativa na forma de prestação do serviço de manutenção e atendimento dos chamados gerados pelos usuários de impressoras e multifuncionais, resultado de trabalho conjunto com a Coordenadoria de Operações Administrativas: o novo modelo de contratação permitiu a redução do patamar de gastos de R\$ 568 mil/ano (valor total dos contratos vigentes e das compras de suprimentos - toner, cilindro etc.) para R\$ 332 mil/ano.

8.6.5 Coordenadoria de Operações Administrativas (COAD)

Produtos	Quantidade
Coordenadoria	
Administração de contratos com valores mensais fixos (quantidade)	26
Administração de contratos com valores mensais não fixos (quantidade)	26
Administração dos imóveis locados (quantidade)	5
Administração de contratos, despesas globais, compras, serviços e cursos diversos realizados por meio de compra direta e por processos licitatórios (n. de af's e de as's)	2.900
Administração de despesas globais controladas sem contrato (quantidade)	56
Participação em comissões	6
Reuniões de trabalho	97
Gerência de Compras (GECOMP)	
Solicitação de orçamento	1.905
Autorização de despesas encaminhadas	1.448
Processos licitatórios instaurados (Pregões, DLs, ILs)	58
Processos licitatórios homologados	56
Participação em comissões	2
Reuniões de trabalho	12
Gerência de Manutenção (GEMAN)	
Atendimento de manutenção de rotina	1.949
Atendimento de manutenção emergencial	77
Participação em comissões	3
Reuniões de trabalho	79
Gerência de Transporte e Serviços Gerais (GETSEG)	
Viagens realizadas no Estado	474
Viagens realizadas fora do Estado	14
Atendimento da Capital	4.883
Manutenção em veículos	130
Veículos da frota	39
Correspondências recebidas e enviadas (Setor de Protocolo)	59.832
Reuniões de trabalho	18
Gerência de Patrimônio (GEPAT)	
Administração dos bens móveis	4.801
Administração dos bens de informática	2.041
Administração da baixa de bens em geral	346
Administração das doações	309
Participação em comissões	2
Reuniões de trabalho	18
Gerência de Almoxarifado (GEALM)	
Bens permanentes e de consumo	9.438
Participação em comissões	1
Reuniões de trabalho	15

8.6.6 Coordenadoria de Recursos Humanos (CORH)

Produtos	Quantidade
Setor de Registro Funcional	
Elaboração de Atos:	
Nomeação	222
Exoneração	33
Exoneração a pedido	73
Aposentadoria	3
Elaboração de Portarias:	
Adicional por Tempo de Serviço	19
Afastamentos	2
Concessões de gratificação	30
Cessação gratificação	29
Marcação de férias – membros	653
Concessão de férias – membros	273
Suspensão de férias – membros	16
Transferência de férias – membros	179
Marcação de férias – servidores	286
Concessão de férias – servidores	1
Suspensão de férias – servidores	96
Transferência de férias – servidores	355
Desaverbação de férias	1
Licença-luto	21
Licença-maternidade	7
Licença-paternidade	24
Licença-núpcias	22
Licença para freqüentar cursos	2
Concessão automática licença-prêmio	15
Concessão licença-prêmio	313
Desaverbação licença-prêmio	1
Lotação/Relotação	143
Licença para Tratamento de Saúde	185
Licença por motivo de doença em pessoa da família	25
Licença para Tratamento de Interesse Particular	2
Redução de carga horária	1
Retificação	5
Elaboração de notas	108
Elaboração de ofícios	326
Elaboração de termos de posse	85
Designação de substitutos de outro cargo	214
Concessão automática ATS	19
Elaboração de declarações	67
Cadastramento:	
Atos	491

Portarias	5.423
Procedimentos administrativos	671
Agendamento perícia médica	120
Scaneamento de portarias e atos	5.494
Atualização cadastral	102
Sistema de protocolo	7.510
Setor de Desenvolvimento Humano	
Bolsa de trabalho:	
Elaboração de convênios	31
Elaboração de termos de compromissos	142
Elaboração de termos de rescisões	61
Realização de seleção de bolsistas	85
Cadastramento de bolsistas	308
Elaboração de publicações	234
Elaboração de declarações	83
Controle de frequência e aproveitamento	85
Controle de avaliações	203
Estágio Curricular Obrigatório:	
Elaboração de convênios	3
Elaboração de termos de compromissos	5
Elaboração de publicações	8
Atendimento a interessados	8
Progressão Funcional:	
Elaboração de atos de promoção	23
Programas:	
Confecção de relatórios	3
Atendimento psicológico individualizado	62
Acompanhamento a servidor em LTS	1
Participação em relotações	3
Gerência de Cadastro e Legislação (GECAD)	
Informações Processuais:	
Averbação de Tempo de Serviço	43
Aposentadoria	3
Retificação de averbação	1
Isenção previdenciária	10
Exercício findo	9
Compensação de horário com LP	2
Redução de carga horária	3
Auxílio-Funeral	1
Auxílio-Creche	5
Abono de permanência	1
Análise de faltas	2
Horário especial	2
Afastamento para curso	1
Reconhecimento de férias não usufruídas	2
Informação de processo de disfunção	18

Férias proporcionais	1
Revisão de situação funcional	130
Processo de agregação	4
Promoção	5
Remoção	3
Transcrição funcional	3
Elaboração de Documentos:	
Declarações	10
Certidões	65
Atribuições dos cargos	26
Exposição de motivos	1
Contagem de tempo para aposentadoria	82
Minuta de Ato	47
Levantamento de faltas	1
Estudos:	
Análise dos assentamentos funcionais	9
Consultas/assuntos	24
Atribuições da Comissão de Assuntos Funcionais:	
Reuniões	9
Avaliação de processo de bolsa de estudo	41
Cálculo de benefício da bolsa de estudo	41
Revisão de cálculo de bolsa de estudo	15
Análise de requerimentos de promoção/aperfeiçoamento	148
Participação em comissões	3

8.6.7 Coordenadoria de Finanças e Contabilidade (COFIN)

Produtos	Quantidade
Coordenadoria	
Registro das receitas do MPSC	12
Registro das receitas do FRBL	12
Registro das receitas do FECEAF	12
Registro das receitas do FERMP	12
Informe de disponibilidade de dotação e financeiro do MPSC	12
Informe de disponibilidade de dotação e financeiro do FRBL	12
Informe de disponibilidade de dotação e financeiro do FECEAF	12
Informe de disponibilidade de dotação e financeiro do FERMP	12
Autorização de nota de empenho	26.385
Análise e assinatura de nota de empenho	4.342
Autorização para pagamento da despesa liquidada	2.083
Controle e previsão dos gastos	48
Avaliação dos balancetes mensais	48
Avaliação dos balanços anuais	48
Gerência de Contabilidade (GECON)	
Balancete do MPSC	12

Balancete do FRBL	12
Balancete do FECEAF	12
Balancete do FERMP	12
Balanço do MPSC	1
Balanço do FRBL	1
Balanço do FECEAF	1
Balanço do FERMP	1
Relatório de controle interno do MPSC-TCE	12
Relatório de controle interno do FRBL-TCE	12
Relatório de controle interno do FECEAF-TCE	12
Relatório de controle interno do FERMP-TCE	12
Geração e transmissão do ACP-TCE-MPSC	1
Geração e transmissão do ACP-TCE-FRBL	1
Geração e transmissão do ACP-TCE-FECEAF	1
Geração e transmissão do ACP-TCE-FERMP	1
Elaboração e prestação de contas de adiantamentos concedidos a servidores do MPSC	54
Conferência e encaminhamento dos processos Licitatórios à COAD	50
Baixa de bens móveis do patrimônio do MPSC	2
Arquivamento e guarda de empenhos, notas fiscais, ordens bancárias, correspondências e faturas	2.825
Elaboração anual da Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte DIRF à Receita Federal	1
Elaboração de Rendimentos Isentos e Não Tributáveis para a COPAG	12
Elaboração de ofícios	100
Gerência de Fianças (GEFIN)	
Controle de autorização de despesas por saldo de dotação orçamentária	2.345
Controle de credores	201
Boletim de execução orçamentária	236
Emissão de notas de empenho	4.342
Bloqueio e desbloqueio de saldo orçamentário	363
Liquidações de empenhos	2.118
Emissão de ordens bancárias	1.645
Comunicação de crédito	1.938
Resgate e aplicação de recursos financeiros	163
Emissão de Guia de Recolhimento de Plano de Saúde (IPESC)	12
Emissão de Guia de Contribuição Previdenciária (IPESC)	65
Emissão de Guia de Recolhimento de Imposto sobre Serviço	12
Emissão de Declaração da Fonte de Imposto sobre Serviço	73
Emissão de Guia de Recolhimento do FGTS e informação à Previdência Social	13
Adiantamentos	55
Pagamento de diárias	1.258
Prestação de contas de adiantamento	55
Balancete de prestação de contas	55

8.6.8 Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas (COPIJ)

Produtos	Quantidade
Coordenadoria	
Recebimento de processos do TJ	29.191
Distribuição de processos	30.927
Encaminhamento de processos ao TJ	29.837
Pesquisas realizadas	521
Reuniões de trabalho	8
Atendimento de pessoas	453
Gerência de Biblioteca (GEBIB)	
Pesquisas realizadas	944
Empréstimos	8.721
Indexações	5.114
Livros comprados	300
Livros recebidos por doação (intercâmbio)	795
Participação em comissões	2
Reuniões de trabalho	8
Conferência de Planilhas na Base de Dados	1.769
Gerência de Arquivo e Documentos (GEDOC)	
Exemplares recebidos de DOE	225
Caixas, pastas A-Z, e encadernações recebidas das Coordenadorias, Centros, Assessorias e SGMP, contendo documentos da Instituição	1.741
Caixas processados e cadastrados na base de dados (GED)	999
Folhas higienizadas e ordenadas	270.022
Páginas indexadas e inseridas na base de dados	7.376
Páginas digitalizadas	33.391
Pesquisas e consultas realizadas	491
Participação em comissões	1
Reuniões de trabalho	3
Atendimento de Pessoas	121
Atendimento Telefônico	806
E-mails	555
Edição de Imagens	1.058

8.6.9 Coordenadoria de Comunicação Social (COMSO)

Serviços e Produtos	Quantidade
Análise de sistemas de informação digital	5
Apoio à organização de eventos	152
Apoio a campanhas institucionais	62
Atendimento a membros e servidores	945
Atendimento à mídia e ao cidadão	1.075

Avaliação dos serviços e produtos de Comunicação Social	6
Consultoria	3
Elaboração de planos de trabalho	2
Elaboração de projetos	3
Estudos	1
Ofícios/Notas	37
Participação em comissões	13
Planejamento dos serviços e produtos de Comunicação Social	8
Relacionamento com a mídia	215
Relatórios	3
Reuniões de trabalho	65
Serviços de cadastro	305
Serviços de criação gráfica	324
Serviços de distribuição eletrônica	1.047
Serviços de distribuição postal	40
Serviços de editoração eletrônica	13
Serviços de fotojornalismo	192
Serviços de impressão	30.415
Serviços de Internet e Intranet	2.366
Serviços de pesquisa de notícias (clipping)	14.063
Serviços de radiojornalismo	4
Serviços de redação	590
Serviços de telejornalismo	2
Treinamento	7

Em termos qualitativos, destacam-se as seguintes atividades da Coordenadoria de Comunicação Social:

Campanha Boas Práticas

Em colaboração à Comissão da Campanha, foram criados peças gráficas (cartazes e adesivos) e um audiovisual (vinheta), e publicados na Intranet e Internet da Instituição conteúdos alusivos à “Campanha Boas Práticas - economizando recursos públicos, protegendo a natureza”, com o objetivo de sensibilizar membros, servidores, estagiários, contratados e colaboradores para a economia de recursos, bens e serviços e para adoção de medidas que reduzam os prejuízos ao meio ambiente. As peças gráficas foram distribuídas para todos os Órgãos de Execução, Auxiliares e de Apoio Administrativo e ações da campanha foram divulgadas.

Campanha de combate à corrupção

Colaborou-se na divulgação de eventos relacionados à campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”, como a celebração de Termos de Cooperação firmados, por exemplo, com o Tribunal de Contas do Estado, Associação Catarinense do Ministério Público, Governo do Estado de Santa Catarina e Assembléia Legislativa do Estado, para difusão da iniciativa; colaborou-se ainda na definição da estrutura e dos conteúdos da *homepage* oficial da campanha, com lançamento previsto para 2008; e também na multiplicação de conteúdos audiovisuais e gráficos para a divulgação da campanha em outros Estados, preparando-a para ser lançada nacionalmente.

Planejamento estratégico

Promoveu-se a divulgação, cobertura jornalística e acompanhamento dos seis encontros regionais realizados pela Procuradoria-Geral de Justiça, para debater o planejamento estratégico da Instituição para o ano de 2008 com as Promotorias de Justiça, e do encontro realizado na Capital, com as Procuradorias de Justiça, com a mesma finalidade.

Congresso Anual do MPSC

Produziu-se, em conjunto com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, material gráfico alusivo ao 1º Congresso Anual do Ministério Público de Santa Catarina, realizado de 13 a 15 de dezembro, com o tema “O Ministério Público e o compromisso com as futuras gerações”. Também foram distribuídos *kits* à imprensa com informações sobre o congresso, foram remetidas notícias por meio eletrônico aos veículos de comunicação e foi realizada cobertura *online* (textos e fotos) das palestras do evento, com publicação instantânea no Portal do MPSC e distribuição por e-mail.

Aproximação com a mídia

Foram realizadas visitas aos principais veículos de comunicação com abrangência estadual, para divulgação do 1º Congresso Anual do Ministério Público de Santa Catarina, visando também a uma aproximação com a mídia, fortalecendo o relacionamento institucional.

Papel reciclado nas publicações

Realizou-se concorrência pública para a contratação dos serviços de impressão das publicações do MPSC em papel reciclado, em respeito à campanha institucional “Boas Práticas - economizando recursos públicos, protegendo a natureza”.

Produção de audiovisuais institucionais

Iniciou-se a elaboração de um projeto para a produção própria de audiovisuais institucionais, com conteúdo de caráter educativo, voltado ao cidadão comum, com o objetivo de aproximá-lo do MPSC e de levar ao seu conhecimento as atribuições e os serviços prestados pela Instituição e, ainda, de servir de material de apoio ao trabalho das Procuradorias e Promotorias de Justiça em defesa dos direitos da sociedade.

Apoio a eventos

Ampliou-se a divulgação de eventos e cursos de aperfeiçoamento promovidos pela Administração Superior e pelos Órgãos Auxiliares do MPSC, por intermédio do Portal Institucional, de notícias encaminhadas aos veículos de comunicação e, principalmente, ampliaram-se os serviços de criação, produção e impressão de materiais gráficos com esta finalidade.

Divulgação de notícias

Ampliou-se a produção e divulgação de notícias sobre a atuação dos membros do MPSC e iniciativas dos Centros de Apoio Operacional e da Procuradoria-Geral de Justiça, em atendimento à demanda institucional, e deu-se início a um trabalho de produção de textos mais curtos, próprios para a Internet, estimulando-se, por outro lado, a aproximação de Jornalistas à Instituição e o aprofundamento do seu conhecimento das atribuições ministeriais.

Atendimento à mídia

Manteve-se o atendimento aos profissionais da mídia que buscaram informações sobre a atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, zelando-se pela agilidade, eficiência e clareza na transmissão destas. Registrou-se um crescimento na busca por informações da Instituição e de seus membros por parte dos veículos de comunicação.

Serviços de *clipping*

Manteve-se os serviços de *clipping* (pesquisa, seleção, catalogação e publicação de notícias) de jornais e revistas impressos estaduais e nacionais e de telejornais, com disponibilização dos conteúdos de interesse institucional em banco de dados na Intranet do MPSC.

Diário Eletrônico do MPSC

Ampliou-se a publicação de conteúdos de publicidade oficial do Ministério Público no Portal Institucional, na seção denominada “Diário Eletrônico do MPSC”, com o destacamento de um Servidor, cuja atribuição principal é publicar conteúdos na Internet, para atuar neste serviço.

Identidade visual

Iniciou-se a elaboração de um manual de identidade visual institucional, com a adoção de procedimentos para atualização e/ou adequação das logomarcas dos Órgãos Auxiliares, de ilustrações e de outros elementos e peças gráficos produzidos na Instituição, identificando-se seus padrões de cor, fonte etc., nas suas mais diversas aplicações. Da mesma forma, manteve-se a padronização conferida anteriormente às publicações impressas da Instituição.

8.6.10 Assessoria Militar

Serviços e Produtos	Quantidade
Acompanhamento a assuntos institucionais do Ministério Público	25
Acompanhamento a assuntos institucionais da PMSC e outros órgãos	36
Elaboração de projetos e convênios	1
Elaboração de pareceres, sindicâncias, processos administrativos etc.	4
Apoio ao Gabinete do PGJ	92
Planejamento de viagens do PGJ	37
Apoio aos Procuradores de Justiça	96
Apoio aos Promotores de Justiça	264
Acompanhamento protocolar aos membros do MP	45
Apoio aos servidores	52
Apoio a Policiais Militares	25
Prestação de segurança pessoal e patrimonial (instalações físicas, transporte, comunicação e informática)	49
Recepção e acompanhamento de autoridades	51
Supervisão do sistema de segurança contra incêndio	7
Operações realizadas	13
Realização de diligências	20
Atendimento de ocorrências	15
Processo para aquisição, registro e transferência de armas e munições	73
Protocolos de atendimentos / segurança pessoal de membros ameaçados	17

Processos relacionados à segurança dos veículos de membros e servidores	170
Providências pertinentes à gestão do efetivo Policial Militar (escala de serviço, controle de refeições, controle de armamento e munições, fardamento etc.)	264
Realização de cursos, treinamentos, estágios, palestras e reuniões	15
Apoio e organização de eventos – audiências, palestras, programas, encontros, seminários, jornadas, simpósios, fóruns, congressos etc.	176
Agendamento e providências para utilização dos auditórios	48
Providências pertinentes à gestão das recepcionistas / telefonistas	134
Providências pertinentes à supervisão de serviços terceirizados	96
Expedição de convites	4.400
Expedição de documentos (ofícios, comunicações, exposições de motivos, convites etc.)	373

Quanto ao aspecto qualitativo, merece destaque a realização de treinamento de Autodefesa com membros do Ministério Público, abrangendo 37 Promotores de Justiça, entre eles os novos Promotores de Justiça Substitutos; o emprego dos Policiais Militares da Assessoria na execução de policiamento ostensivo na região das sedes do próprio Ministério Público, durante o cumprimento de escalas de horas-extras, atendendo diversas ocorrências policiais, colaborando para a segurança das pessoas e dos estabelecimentos e para a redução da criminalidade nas respectivas áreas de atuação; a manutenção do serviço de apoio aos membros do Ministério Público relacionado ao controle, emprego e manutenção dos armamentos, realizando mais de 70 processos de registros e renovação, além dos inúmeros atendimentos prestados a respeito do assunto; o apoio para a realização de 176 reuniões, eventos e solenidades, destacando-se a solenidade de posse do Procurador-Geral de Justiça e o 1o. Congresso Anual do Ministério Público, além de eventos realizados no interior do Estado.

Ainda, cumprindo orientação da Administração Superior do Ministério Público, foram realizadas operações policiais em algumas cidades do Estado, em apoio aos membros vítimas de ameaças em decorrência da atuação funcional, proporcionando assim a segurança necessária ao adequado desempenho das funções ministeriais.

8.6.11 Coordenadoria de Auditoria e Controle (COAUD)

Espécie	Quantidade
Sector de Auditoria Interna	
Auditorias/Perícias/Cálculos	23
Consultorias/Pesquisas	69
Procedimentos Administrativos	302
Outras atividades	43
Sector de Auditoria e Apoio Técnico a Fundações	
Prestação de Contas	211
Prestação de Contas Retificadora	154
Outras Atividades	15

A Coordenadoria de Auditoria e Controle atua em vários segmentos das atividades realizadas pelo Ministério Público, tanto na área meio (pareceres em procedimentos administrativos, pesquisas e auditorias) quanto na área fim (perícias e auditorias para os Centros de Apoio Operacional e para as Procuradorias e Promotorias de Justiça).

Em termos qualitativos, destacam-se as seguintes atividades:

Setor de Auditoria Interna

- a) Conclusão dos trabalhos de auditoria na Gerência de Transportes e parcialmente na Coordenação de Recursos Humanos, colaborando com a melhoria dos controles internos das áreas;
- b) acompanhamento dos gastos com pessoal de membros e servidores do Ministério Público, verificando a adequada aplicação dos recursos públicos e dos percentuais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal; e
- c) apoio na elaboração de normas que disciplinam o melhor funcionamento das Áreas Administrativas.

Setor de Auditoria e Apoio Técnico a Fundações

- a) Apoio técnico aos trabalhos de intervenção nas fundações, por meio do auxílio na seleção de interventor judicial e administrativo e de empresa de auditoria;
- b) elaboração de orientações técnicas a serem observadas pelas fundações na elaboração de suas prestações de contas;
- c) estruturação e organização do Setor a partir da organização do manual de procedimentos; e
- d) acompanhamento da assinatura de Termo de Cooperação Técnica para dar continuidade na utilização do Sistema de Cadastro de Prestação de Contas (SICAP) utilizado para prestação de contas das fundações.

Setor de Auditoria e de Suporte aos Órgãos de Execução de 1º e 2º graus e Centros de Apoio Operacional

- a) Estruturação e organização do Setor a partir de sua criação;
- b) identificação de problemas em inúmeros processos licitatórios, tais como: fracionamento, desvio de recursos, prática de conluio, subsidiando dessa forma o Promotor de Justiça com informações imprescindíveis às suas atividades; e
- c) identificação de diárias pagas indevidamente por órgão público estadual.

IV - COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Procurador-Geral de Justiça
 Gercino Gerson Gomes Neto

(48) 3229.9001 | pgj@mp.sc.gov.br

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
 Paulo Antônio Günther

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos
 Gladys Afonso

Grupo Especial de Apoio ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
 Gladys Afonso - Coordenadora
 Vera Lúcia Ferreira Copetti
 Lenir Roslindo Piffer - Secretária

Secretária-Geral do Ministério Público
 Cristiane Rosália Maestri Böell

Procuradora de Justiça Assessora do Procurador-Geral de Justiça
 Lenir Roslindo Piffer

Promotores de Justiça Assessores do Procurador-Geral de Justiça
 Eliana Volcato Nunes
 Carlos Alberto de Carvalho Rosa

Colégio de Procuradores de Justiça - CPJ

Presidente: Gercino Gerson Gomes Neto
 Anselmo Agostinho da Silva
 Paulo Antônio Günther
 Luiz Fernando Sirydakís
 Demétrio Constantino Serratine
 José Galvani Alberton
 Robison Westphal
 Odil José Cota
 Paulo Roberto Speck
 Jobel Braga de Araújo
 Raul Schaefer Filho
 Pedro Sérgio Steil
 Vilmar José Loeff
 José Eduardo Orofino da Luz Fontes
 Raulino Jacó Brüning
 Humberto Francisco Scharf Vieira
 Sérgio Antônio Rizelo
 João Fernando Quagliarelli Borrelli
 Hercília Regina Lemke
 Mário Gemin
 Gilberto Callado de Oliveira

(48) 3229.9014 | cpj@mp.sc.gov.br

Antenor Chinato Ribeiro
 Narcísio Geraldino Rodrigues
 Nelson Fernando Mendes
 Jacson Corrêa
 Anselmo Jeronimo de Oliveira
 Basílio Elias De Caro
 Aurino Alves de Souza
 Paulo Roberto de Carvalho Roberge
 Tycho Brahe Fernandes
 Guido Feuser
 Plínio Cesar Moreira
 Francisco José Fabiano
 André Carvalho
 Gladys Afonso
 Paulo Ricardo da Silva
 Vera Lúcia Ferreira Copetti
 Sidney Bandarra Barreiros
 Lenir Roslindo Piffer
 Paulo Cezar Ramos de Oliveira
 Paulo de Tarso Brandão - Secretário

Conselho Superior do Ministério Público - CSMP

Presidente: Gercino Gerson Gomes Neto
Paulo Ricardo da Silva
Paulo Roberto Speck
Raul Schaefer Filho
Odil José Cota

(48) 3229.9014 | csmp@mp.sc.gov.br

Antenor Chinato Ribeiro
Narcísio Geraldino Rodrigues
Basílio Elias De Caro
André Carvalho
Secretária: Cristiane Rosália Maestri Böell

Corregedor-Geral do Ministério Público

Paulo Ricardo da Silva

(48) 3229.9033 | cgmp@mp.sc.gov.br

Secretário da Corregedoria-Geral do Ministério Público

Marcílio de Novaes Costa

Assessores do Corregedor-Geral do Ministério Público

Kátia Helena Scheidt Dal Pizzol
Aor Steffens Miranda
Ivens José Thives de Carvalho

Coordenadoria de Recursos - CR

Tycho Brahe Fernandes - Coordenador

(48) 3229.9119 | crecursos@mp.sc.gov.br

Assessores da Coordenadoria de Recursos

Laudares Capella Filho
Alexandre Carrinho Muniz

Ouvidoria do Ministério Público

Anselmo Jeronimo de Oliveira - Ouvidor

(48) 3229.9088 | ouvidoria@mp.sc.gov.br

Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações - CCF

Vera Lúcia Ferreira Copetti - Coordenadora-Geral
Leonardo Henrique Marques Lehmann - Coordenador

(48) 3229.9233 | ccf@mp.sc.gov.br

Centro de Apoio Operacional Cível e Eleitoral - CCE

Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes - Coordenador-Geral

(48) 3229.9333 | cce@mp.sc.gov.br

Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade - CECCON

Raulino Jacó Brüning - Coordenador-Geral
Affonso Ghizzo Neto - Coordenador

(48) 3229.9311 | ceccon@mp.sc.gov.br

Centro de Apoio Operacional do Consumidor - CCO

Alvaro Pereira Oliveira Melo - Coordenador-Geral

(48) 3229.9212 | cco@mp.sc.gov.br

Centro de Apoio Operacional Criminal - CCR

Robison Westphal - Coordenador-Geral
Andrey Cunha Amorim - Coordenador
Fabiano Henrique Garcia - Coordenador-Adjunto

(48) 3229.9214 | ccr@mp.sc.gov.br

Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude - CIJ

Marcelo Gomes Silva - Coordenador-Geral

(48) 3229.9155 | cij@mp.sc.gov.br

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente - CME

Luis Eduardo Couto de Oliveira Souto - Coordenador-Geral

(48) 3229.9216 | cme@mp.sc.gov.br

Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa - CMA Fabrício José Cavalcanti - Coordenador-Geral Benhur Poti Betiolo - Coordenador	(48) 3229.9206 cma@mp.sc.gov.br
Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária - COT Ernani Guetten de Almeida - Coordenador-Geral Rafael de Moraes Lima - Coordenador	(48) 3229.9154 cot@mp.sc.gov.br
Centro de Apoio Operacional às Investigações Especiais - CIE Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin - Coordenador	(48) 3214.2000 cie@mp.sc.gov.br
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF Gustavo Mereles Ruiz Diaz - Diretor	(48) 3229.9190 ceaf@mp.sc.gov.br
Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais - CCPPI	ccppi@mp.sc.gov.br
Ex-Procuradores-Gerais de Justiça: José Galvani Alberton Pedro Sérgio Steil	
Representante do Segundo Grau: Antenor Chinato Ribeiro	
Representantes do Primeiro Grau:	
1ª Região - Extremo Oeste	Luiz Fernando Góes Ulysséa
2ª Região - Oeste	Renee Cardoso Braga
3ª Região - Meio Oeste	Cássio Antônio Ribas Gomes
4ª Região - Planalto Serrano	Lio Marcos Marin
5ª Região - Alto Vale do Itajaí	Marcelo Mengarda
6ª Região - Médio Vale do Itajaí	Maristela Nascimento Indalêncio
7ª Região - Vale do Rio Itajaí e do Tijucas	Andreas Eisele
8ª Região - Grande Florianópolis	Márcia Aguiar Arend
9ª Região - Planalto Norte	Max Zuffo
10ª Região - Norte	Cristian Richard Stahelin Oliveira
11ª Região - Sul	Cid Luiz Ribeiro Schmitz
12ª Região - Extremo Sul	Diógenes Viana Alves
Assessoria Militar Ten. Cel. Rogério Martins	(48) 3229.9007 assmilitar@mp.sc.gov.br
Coordenadoria-Geral de Apoio aos Órgãos e Serviços Auxiliares - COGER Nelson Alex Lorenz	(48) 3229.7541 coger@mp.sc.gov.br
Coordenadoria de Auditoria e Controle - COAUD Jair Alcides dos Santos	(48) 3229.9130 coaud@mp.sc.gov.br
Coordenadoria de Comunicação Social - COMSO Aline Pedrosa Felkl	(48) 3229.9011 comso@mp.sc.gov.br
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade - COFIN Márcio Abelardo Rosa	(48) 3229.7553 cofin@mp.sc.gov.br
Gerência de Contabilidade Nelcy Volpato	
Gerência de Finanças Ivania Maria de Lima	

Coordenadoria de Operações Administrativas - COAD
Doris Mara Eller Brüggmann

(48) 3229.7552 | coad@mp.sc.gov.br

Gerência de Almoxarifado
Luís Antônio Buss

Gerência de Compras
Samuel Wesley Elias

Gerência de Manutenção e Conservação
Rômulo César Carlesso

Gerência de Patrimônio
Júlio Cesar Sodré

Gerência de Transportes e Serviços Gerais
Nair Terezinha da Silva

Coordenadoria de Pagamento de Pessoal - COPAG
Maria Inês Finger Martins

(48) 3229.7550 | copag@mp.sc.gov.br

Coordenadoria de Planejamento e Estratégias Organizacionais - COPEO
Cinthya Garcia

(48) 3229.7554 | copeo@mp.sc.gov.br

Gerência de Informações e Projetos
Isabel Cristina Silveira de Sá

Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas - COPIJ
Denis Moreira Cunha

(48) 3229.9143 | copij@mp.sc.gov.br

Gerência de Arquivo e Documentos
Selma de Souza Neves Machado

Gerência de Biblioteca
Terezinha Weber

Coordenadoria de Recursos Humanos - CORH
Silvana Maria Pacheco

(48) 3229.7557 | corh@mp.sc.gov.br

Gerência de Cadastro e Legislação de Pessoal
Janete Aparecida Coelho Probst

Coordenadoria de Tecnologia da Informação - COTEC
Janaina Klettenberg da Silveira

(48) 3229.9135 | cotec@mp.sc.gov.br

Gerência de Desenvolvimento
George Luiz da Rosa Luz

Gerência de Rede e Banco de Dados
Alexandre Tatsch

Gerência de Suporte
Oldair Zanchi

V - PROMOTORES DE JUSTIÇA, POR ENTRÂNCIA E ANTIGÜIDADE NA CARREIRA

Entrância Especial

Ernani Dutra
 Donaldo Reiner
 Eroni José Salles
 Sadi Brigido Jung
 Saulo Torres
 Ricardo Francisco da Silveira
 Gercino Gerson Gomes Neto
 Moacir José Dal Magro
 Francisco Bissoli Filho
 Newton Henrique Trennepohl
 Heloísa Crescenti Abdalla Freire
 Norival Acácio Engel
 Fábio de Souza Trajano
 Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes
 Luiz Eduardo Braunsperger
 James Faraco Amorim
 Ivens José Thives de Carvalho
 Walkyria Ruicir Danielski
 Paulo Roberto Luz Gottardi
 Alexandre Herculano Abreu
 Durval da Silva Amorim
 Ernani Guetten de Almeida

Vânio Martins de Faria
 Genivaldo da Silva
 Américo Bigaton
 Janir Luiz Della Giustina
 Aor Steffens Miranda
 Eliana Volcato Nunes
 Sandro José Neis
 Mário Luiz de Melo
 Lio Marcos Marin
 Rogério Antônio da Luz Bertoncini
 Rui Arno Richter
 Viviane D'Ávila Winckler
 Cristiane Rosália Maestri Böell
 Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti
 Murilo Casemiro Mattos
 Sidney Eloy Dalabrida
 Fábio Strecker Schmitt
 Neori Rafael Krah
 Monika Pabst
 Sonia Maria Demeda Groisman Piardi
 Marcílio de Novaes Costa
 Jorge Orofino da Luz Fontes

Onofre José Carvalho Agostini
 Eduardo Mendonça Lima
 Carlos Alberto de Carvalho Rosa
 Rogê Macedo Neves
 Jayne Abdala Bandeira
 Abel Antunes de Mello
 Leonardo Felipe Cavalcanti Lucchese
 Carlos Henrique Fernandes
 Davi do Espírito Santo
 César Augusto Grubba
 Rui Carlos Kolb Schiefler
 Henrique Limongi
 Ary Capella Neto
 Kátia Helena Scheidt Dal Pizzol
 Hélio José Fiamoncini
 André Fernandes Indalencio
 Paulo Antonio Locatelli
 Alex Sandro Teixeira da Cruz
 Cid Luiz Ribeiro Schmitz
 Protásio Campos Neto

Entrância Final

Aristeu Xenofontes Lenzi
 Carlos Alberto Platt Nahas
 Jorgelita Toner Favaretto
 Maria Regina Dexheimer Lakus Forlin
 Jádél da Silva Júnior
 Marcelo Truppel Coutinho
 Rosemary Machado Silva
 Elizabete Mason Machado
 Vera Lúcia Coro Bedinoto
 Ruy Vladimir Soares de Sousa
 José Eduardo Cardoso
 Darci Blatt
 Daniel Paladino
 Márcia Aguiar Arend
 Flávio Duarte de Souza
 Leda Maria Hermann
 Margaret Gayer Gubert Rotta
 Raul de Araujo Santos Neto
 Vera Lúcia Butzke
 Cláudia Mara Nollí Melo
 Debora Wanderley Medeiros Santos
 Rosan da Rocha
 Ângela Valença Bordini
 Ricardo Luis Dell'Agnolo
 Álvaro Luiz Martins Veiga
 Ricardo Marcondes de Azevedo
 Andréa da Silva Duarte
 Miguel Luís Gnigler
 Marcelo Wegner
 Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin
 Andreas Eisele
 Alexandre Schmitt dos Santos

Cristina Costa da Luz Bertoncini
 Sérgio Ricardo Joesting
 Leonardo Henrique Marques Lehmann
 Isaac Newton Belota Sabbá Guimarães
 Gustavo Mereles Ruiz Diaz
 Fernando Linhares da Silva Júnior
 Maristela Nascimento Indalencio
 Thais Cristina Scheffer
 Alexandre Daura Serratine
 Maury Roberto Viviani
 Alexandre Wiethorn Lemos
 Eduardo Paladino
 Júlio César Mafra
 Felipe Martins de Azevedo
 Francisco de Paula Fernandes Neto
 Luis Eduardo Couto de Oliveira Souto
 Luis Suzin Marini Júnior
 Rogério Ponzi Seligman
 Vânia Augusta Cella Piazza
 Fabiano David Baldissarelli
 Assis Marciel Kretzer
 Joubert Odebrecht
 Havah Emília Piccinini de Araújo Mainhardt
 Andrey Cunha Amorim
 Julio André Locatelli
 Marcelo Brito de Araújo
 Mário Vieira Júnior
 Juliana Padrão Serra de Araújo
 Rafael de Moraes Lima
 Luiz Augusto Farias Nagel
 Joel Rogério Furtado Júnior
 Sandro Ricardo Souza

Helen Crystine Corrêa Sanches
 Geovani Werner Tramontin
 George André Franzoni Gil
 Kátia Rosana Pretti Armange
 Luciano Trierweiller Naschenweng
 Rodrigo Millen Carlin
 Rosângela Zanatta
 Sandro de Araujo
 Cristina Balceiro da Motta
 Maria Luzia Beiler Girardi
 Anelize Nascimento Martins Machado
 Fabrício Nunes
 Milani Maurilio Bento
 Nazareno Bez Batti
 Fabiano Henrique Garcia
 Affonso Ghizzo Neto
 Celso Antonio Ballista Junior
 Jonnathan Augustus Kuhnen
 Gustavo Viviani de Souza
 Fabrício José Cavalcanti
 Márcio Conti Junior
 Aurélio Giacomelli da Silva
 Ana Paula Cardoso Teixeira
 Marcelo Mengarda
 Alexandre Piazza
 Marcelo Gomes Silva
 Diana Spalding Lessa Garcia
 Maria Amélia Borges Moreira
 André Otávio Vieira de Mello
 Wilson Paulo Mendonça Neto
 Gilberto Polli
 João Carlos Teixeira Joaquim

Entrância Intermediária

Pedro Roberto Decomain
Eraldo Antunes
Karla Bardio Meirelles Menegotto
Viviane Damiani Valcanaia
Ricardo Figueiredo Coelho Leal
Vânia Lúcia Sangalli
José Orlando Lara Dias
Hélio Sell Júnior
João Carlos Linhares Silveira
Simone Cristina Schultz
Cristian Richard Stahelin Oliveira
José de Jesus Wagner
Douglas Alan Silva
Laudares Capella Filho
Jean Michel Forest

Odair Tramontin
Sandra Goulart Giesta da Silva
Ricardo Viviani de Souza
Heloisa Melo Enns
José Renato Côrte
Deize Mari Oechsler
Luciana Rosa
Benhur Poti Betiolo
Fernando da Silva Comin
Osvaldo Juvencio Cioffi Junior
Silvana Schmidt Vieira
Ricardo Paladino
Maurício de Oliveira Medina
Amélia Regina da Silva
Alexandre Carrinho Muniz

Jackson Goldoni
Rodrigo Silveira de Souza
Rodrigo Kurth Quadro
Gustavo Wiggers
Leonardo Todeschini
Alvaro Pereira Oliveira Melo
Luiz Fernando Góes Ulysséa
Rafael Alberto da Silva Moser
Alan Boettger
Fábio Fernandes de Oliveira Lyrio
Marco Antonio Schütz de Medeiros
Alicio Henrique Hirt
Max Zuffo
Susana Perin Carnaúba

Entrância Inicial

Victor Emendörfer Filho
Cristina Elaine Thomé
Andréa Machado Speck
Luciana Schaefer Filomeno
João Alexandre Massulini Acosta
Nilton Exterkoetter
Jussara Maria Viana
Maria Cristina Pereira Cavalcanti Ribeiro
Murilo Adaghinari
Silvana do Prado Brouwers
Adalberto Exterkötter
Luiz Mauro Franzoni Cordeiro
Caio César Lopes Peiter
Cristine Angulski da Luz
Cristiano José Gomes
Cesar Augusto Engel
Carla Mara Pinheiro Miranda
Patricia Dagostin Tramontin
Roberta Mesquita e Oliveira
Lenice Born da Silva
Nádea Clarice Bissoli
Daniel Westphal Taylor
Fabrício Franke da Silva
Andrea Gevaerd

Gláucio José Souza Alberton
Nataly Lemke
Marcio André Zattar Cota
Lara Peplau
Wagner Pires Kuroda
Fred Anderson Vicente
Mauro Canto da Silva
Ana Cristina Boni
Marcus Vinícius Ribeiro de Camillo
Giovanni Andrei Franzoni Gil
Renee Cardoso Braga
Cléber Augusto Hanisch
Rafael Meira Luz
Luis Felipe de Oliveira Czesnat
André Braga de Araújo
Jadson Javel Teixeira
Cláudio Everson Gesser Guedes da Fonseca
Cássio Antônio Ribas Gomes
Jorge Eduardo Hoffmann
Priscilla Linhares Albino
Tatiana Rodrigues Borges Agostini
Marcelo de Tarso Zanellato
Diógenes Viana Alves
Raul Gustavo Juttel

Eduardo Chinato Ribeiro
Belmiro Hanisch Júnior
Rodrigo Cunha Amorim
Ernest Kurt Hammerschmidt
Marcionei Mendes
Caroline Moreira Suzin
André Teixeira Milioli
Henrique da Rosa Zieseimer
Luciana Uller
Jean Pierre Campos
Guilherme Luis Lutz Morelli
Glauro José Riffel
Marcio Rio Branco Nabuco de Gouvêa
Eduardo Sens dos Santos
Samuel Dal-Farra Napolini
Carlos Renato Silvy Teive
Fernanda Crevanzi Vailati
Fabiano Francisco Medeiros
Carlos Eduardo Cunha
Germano Krause de Freitas
Júlio Fumo Fernandes
Diego Rodrigo Pinheiro
Alexandre Estefani

Substitutos

Regina Kurschus
Raul Rogério Rabello
Ivanize Souza de Oliveira
Henriqueta Scharf Vieira
Mário Waltrick do Amarante
Vanessa Wendhausen Cavallazzi Gomes
Analú Librelato Longo
Thiago Carriço de Oliveira
Luiz Fernando Fernandes Pacheco
Rejane Gularte Queiroz
Henrique Laus Aieta
Alceu Rocha
Marina Modesto Rebelo

Fernanda Broering Dutra
Tehane Tavares Fenner
Caroline Cristine Eller
Mônica Lerch Lunardi
Mirela Dutra Alberton
Alessandro Rodrigo Argenta

FOTOS DA CAPA

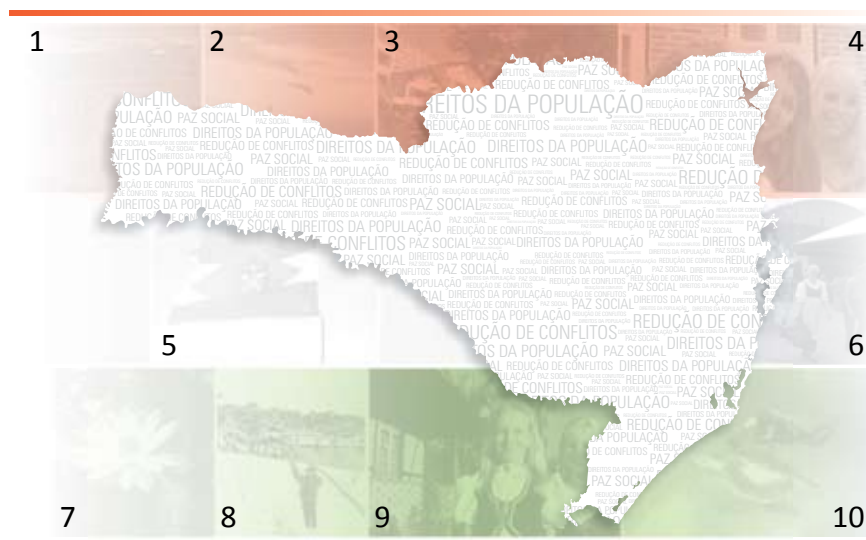


Imagem da capa: montagem sobre fotos

Fotos:

1 - Florianópolis | Foto: Divulgação

2 - Pomerode | Foto: Daniel Curtipassi/Divulgação

3 - Blumenau | Foto: Divulgação Prefeitura Municipal

4 - Blumenau | Foto: Mario Barbeta/Divulgação

5 - Bandeira de SC | Foto: Divulgação

6 - Pomerode | Foto: Roseana S. Lunghard/Divulgação

7 - Flora catarinense | Foto: Ênio Frassetto/Divulgação

8 - São Joaquim | Foto: Irene Hasse/Divulgação Santur

9 - Vale do Itajaí | Foto: Estudio Noir/Divulgação Santur

10 - Bombinhas | Foto: Pata da Cobra/Divulgação Santur

ECONOMIZE NÃO ABUSE

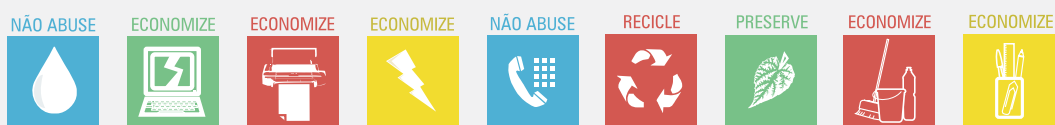


RECICLE

PRESERVE

Campanha Boas Práticas

www.mp.sc.gov.br



Economizando recursos públicos,
protegendo a natureza.

PARTICIPE!

MP  **SC**
Estado de Santa Catarina
MINISTÉRIO PÚBLICO